



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO  
UFRPE**

# Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE

Publicação do Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal Rural de Pernambuco

**ISSN: 2446-6662 – Versão Eletrônica  
ISSN: 2316-977X – Versão Impressa**

**Ano VIII, volume I, número 14 – Jan – Jun, 2019.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

## **INDEXADORES**

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

**Sumários de Revistas Brasileiras** (Sumários.org)

**Latindex** (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

**Periódicos Capes** ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))

## **ASSESSORIA TÉCNICA**

**Editoração e Diagramação:**

Adalton Laporte e J. C. Marçal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de  
Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, v. I, n. 14 (jan../jun. 2019).  
– Recife: EDUFRPE, 2019.  
142 p.: il.

ISSN 2446-6662

1. Ciências Sociais – Periódicos I. Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais II.

CDD 300



## UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

### **REITORA:**

Professora Dra. Maria José de Sena

### **Vice-reitor:**

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

### **Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG**

Professora Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

### **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG**

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

### **Pró-Reitoria de Atividades de Extensão - PRAE**

Professora Dr. Ana Virgínia Marinho

### **Pró-Reitoria de Administração - PROAD**

Professor Dr. Mozart Alexandre Melo de Oliveira

### **Pró-Reitoria de Gestão Estudantil - Progest**

Professor Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior

### **Pró-Reitoria de Planejamento - Proplan**

Carolina Guimarães Raposo

### **Departamento de Ciências Sociais (DECISO)**

Diretora Professora Dra Andrea Lorena Butto Zarzar

### **REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS COMISSÃO EDITORIAL**

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva - UFRPE

Dra Andrea Lorena Butto Zarzar - UFRPE

Dr Roberto Mauro Cortez Motta - UFPE

Dra Renata Menasche - UFRGS

Dra Ellen Fensterseifer Woortmann - UNB

Dra Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

### **COMISSÃO DE PARECERISTAS PARA EDIÇÃO 2019.2**

Conceição Maria Dias de Lima - UNEAL, Sheila Maria Doula - UFV, Carolina Braz de Castilho e Silva - UFRGS, Laila Mayara Drebes - UFSM, Cristiane Sander - UNIOESTE, Maria de Assunção Lima de Paulo - UFCG, Victor Pereira de Oliveira - UAG/UFRPE, Lorena Lima de Moraes - UAST/UFRPE, Socorro Silva - UFPI, Breno Martins Campos - PUC/Campinas, Nicole Louise Macedo Telws de Pontes - UAST/UFRPE.

### **EDITOR**

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva - UFRPE

## SUMÁRIO

EDITORIAL

ENTREVISTA

### **MARXISMO E A CRISE DO NEOLIBERALISMO DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19**

Diogo Valença de Azevedo Costa..... 08

### **ARTIGOS**

#### **DESASTRE, RISCO E VULNERABILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ENCHENTES E INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE**

Maria de Lourdes de Carvalho Fragoso,

Tarcísio Augusto Alves da Silva..... 36

#### **CONDIÇÕES DAS JUVENTUDES RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE: DA MIGRAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Arthur Saldanha dos Santos.....54.

#### **COMPREENDENDO O PODER: REFLEXÕES SOBRE O “PODER” COMO CATEGORIA ANALÍTICA A PARTIR DA ANTROPOLOGIA POLÍTICA**

Aline Neves Aguiar

Whodson Silva.....75.

#### **OS SENTIDOS DO LAZER PRODUZIDOS POR JOVENS DO CURSO DE TURISMO DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO INTERIOR**

Samuel Pires Melo

Miriam Barbosa de Lima Costa.....87

#### **“POR FAVOR, ABRAM O LIVRO NA PÁGINA...” OBRAS DIDÁTICAS DE SOCIOLOGIA E AS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE**

Rodrigo de Souza Pain

Walace Ferreira.....105

**NEM FORDISMO, NEM TOYOTISMO: FLEXIBILIZAR/PRECARIZAR O TRABALHO É O NEGÓ-  
CIO**

Jorge Barreto Ribeiro..... 119

**RESENHA**

**O AQUÁRIO E O SAMURAI**

Michel Zaidan Filho..... 136

**ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA  
UFRPE**

## EDITORIAL

Os ataques à comunidade científica e, em especial, às ciências humanas seguem, sem tréguas, no governo Bolsonaro. Deslegitimar o conhecimento e produção oriunda da ciência, além de asfixiá-la pela ausência de investimentos, ausências de bolsas e estrutura para pesquisa, ameaça colocar o país à margem do desenvolvimento social e econômico, nos remetendo a um passado de dependência econômica e intelectual.

Os desmontes pelos quais vivenciam as universidades públicas não encontram paralelos se não no período de 1995 a 2002, quando governou o Brasil o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso. O que talvez distinga esse período do momento atual, seja a dose de fascismo arraigada a mais pura ideologia neoliberal da presente fase do capitalismo mundial.

A junção do fascismo e neoliberalismo se torna a face mais cruel desses tempos difíceis em que as relações de trabalho se precarizam, a uberização da vida se torna uma realidade e o mercado, como um deus, procura ampliar o fosso entre pobres e ricos de modo a permitir maiores ganhos e lucros às empresas. Todo esse processo tem estado, cada vez mais, presente na realidade do povo brasileiro com as reformas aprovadas desde o golpe de 2016: PEC dos gastos, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência.

Nesse sentido, a sociedade que se descortina e toma forma pelas mudanças produzidas com as crises do capitalismo, e os avanços das tecnologias da comunicação e informação, colocam como centrais o papel das Ciências Humanas e, em especial, as Ciências Sociais para análise, compreensão e interpretação dos fenômenos que caracterizam nossa época.

O conhecimento produzido por esse campo permite revelar as causas e efeitos das tomadas de decisão e as assimetrias de poder que orientam os resultados das mesmas. Desse modo, o contexto, apesar de desfavorável ao fomento à pesquisa em Ciências sociais, que teriam o Estado como principal agente, revela-se como ambiente mais que propício à reflexão e crítica realizadas com base nos estudos dessa área de conhecimento.

Nesse contexto, a revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE deseja ser um espaço necessário a corroborar o lugar da Sociologia, da Antropologia e da Ciência política como conhecimentos úteis a compreensão do mundo moderno. Desejamos que os textos presentes nessa edição possam contribuir para esse entendimento.

## ENTREVISTA

## MARXISMO E A CRISE DO NEOLIBERALISMO DIANTE DA PANDEMIA DO COVID-19<sup>1</sup>

O filósofo e professor J. C. Marçal (DECISO - UFRPE) realizou uma entrevista com o sociólogo e professor da UFRB, Diogo Valença. A partir da crise mundial ocasionada pela pandemia do covid-19 e diante da clara demonstração de incapacidade do capitalismo globalizado neoliberal em atender as novas demandas sociais surgidas a partir da referida crise, tornou-se imperioso pensar as ideologias do capitalismo, suas políticas públicas e a dimensão atual de sua economia-política. Seguindo uma perspectiva marxista para dar resposta a essa crise, a entrevista procurou mapear os espectros ideológicos envolvidos no combate ao covid-19, rever uma alternativa marxista para a facticidade contemporânea e visualizar a situação do Brasil em meio à crise mundial.

O professor Diogo Valença possui graduação em Ciências Sociais (2001), mestrado em Sociologia (2004) e doutorado em Sociologia (2009) pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Realizou estágios pós-doutorais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e no Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basileia, nesta última como bolsista CAPES - Proc. no BEX 10774/13-0. Desenvolve pesquisas nos campos da teoria sociológica, da sociologia do conhecimento e da sociologia do desenvolvimento, com foco no pensamento social latino-americano e brasileiro, nas relações raciais e de classes. Possui artigos em torno das obras de cientistas sociais latino-americanos como Florestan Fernandes e Rodolfo Stavenhagen, sobre as ciências sociais em Moçambique e exploração do trabalho nas minas sul-africanas e, mais recentemente, vem desenvolvendo pesquisas sobre a sociologia de Wright Mills e suas interfaces com a América Latina.

---

1. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.



## ENTREVISTA COM O SOCIÓLOGO DIOGO VALENÇA

JC: O século XXI se iniciou com o crescimento, no mundo inteiro, de políticos de extrema direita e um discurso neoliberal agressivo. O capitalismo globalizado ganha, cada vez mais, contornos neoliberais. Para além de Hayek e Friedman, os neoliberais brasileiros se inspiram na Escola Austríaca - principalmente nas teorias de Mises - e no discurso de Paulo Guedes. Como o senhor vê o momento atual brasileiro - com políticas neoliberais de sucateamento do Estado - diante das demandas sociais surgidas com a pandemia do covid-19?

Para responder à questão, gostaria de situar um pouco a perspectiva política na qual me coloco e isso tem muito a ver com as leituras que venho fazendo nos últimos tempos, no campo da teoria da dependência, construída por pensadores marxistas latino-americanos, dentre os quais gostaria de destacar os nomes de Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Esses autores possuem uma produção teórica de peso, que procura situar a particularidade brasileira nos quadros mais gerais da dinâmica imperialista internacional, num movimento de análise que apanha a interação dialética entre o político e o econômico, sem desprezar outras dimensões, como a cultura e a ideologia. Um pensador como Florestan Fernandes questionava o próprio uso da expressão neoliberal, apontando que as condições históricas que criaram o liberalismo já estão superadas, então como seria possível falar de “neoliberalismo”? Embora eu concorde com essa opinião do Florestan, acho que o neoliberalismo emerge com uma forte dimensão ideológica, capaz de hegemonizar vários setores da sociedade, em especial as chamadas classes médias (uma noção sociológica às vezes muito imprecisa e uma ficção útil para mascarar concepções políticas conservadoras e mesmo reacionárias, como vemos atualmente aqui no Brasil), e alimenta um senso-comum muito difícil de combater porque se tornou algo enraizado no modo de vida das pessoas, pois estas estão constantemente lutando pela sobrevivência e isso cria um forte individualismo. Na mídia televisiva hegemônica, por exemplo, escutamos os comentaristas políticos e de economia repetirem “o mercado isso, o mercado aquilo”, “o mercado reagiu mal”, “o mercado aprovou tal decisão política” etc. Ou seja, o mercado se tornou um ser sobrenatural mais poderoso do que a própria humanidade e isso é reproduzido com um ar de certeza científica irrefutável. A ideologia não apenas inverte a realidade, mas a distorce. O neoliberalismo não funciona em lugar nenhum do mundo e, mesmo se formos nos ater às premissas dos seus argumentos, pois o chamado Estado mínimo, a livre iniciativa do mercado, os ajustes monetários, as contrarreformas fiscais cada vez mais regressivas etc., todas as suas medidas são tomadas a partir do recrudescimento da violência institucionalizada do Estado capitalista-burguês e da colonização da esfera pública, dos organismos estatais, pelos setores privatistas

da sociedade civil. Ou seja, há uma apropriação do público pelo privado, que sempre está relacionada à apropriação privada das riquezas e do tempo de trabalho não-pago pelo capital. O Estado não é mínimo de jeito nenhum, pois se trata de uma estrutura que sustenta a exploração. De modo que, como ideologia, o neoliberalismo torna realidade um mundo fantástico em que o mercado ganha vida e o dinheiro se transforma no dínamo que movimenta toda a nossa existência, fazendo crer que tudo isso se consegue com a ausência do Estado. Precisamos combater, nas várias frentes, essa ideologia, mas uma ideologia não se combate apenas no plano das ideias. Seria preciso construir, junto com isso, novas formas de sociabilidade, que sejam capazes de romper com tal alienação individualista e utilizo o termo alienação aqui como estranhamento, dentro da tradição filosófica e humanista do marxismo. Uma nova sociabilidade se constrói na prática política emancipatória e isso vi de alguma forma nos movimentos sociais. Já estive algumas vezes na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, que considero uma verdadeira universidade popular e lá a divisão de tarefas entre os militantes que estão passando por alguma formação é igualitária. Um grupo cuida da comida, outro cuida da limpeza e todos possuem tarefas. Todas e todos também estudam arduamente. Isso é uma concepção socialista, a da abolição da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Neste momento de pandemia, o MST está doando toneladas dos alimentos que eles mesmos produzem para a população, não como caridade, mas como um novo modo de vida que se sustenta numa proposta alternativa de produzir e distribuir a riqueza criada pelos próprios trabalhadores. A mercadoria é um modo de vida e constitui a base da ideologia capitalista, por isso é tão difícil combater essa ideologia, porque, mesmo quando somos críticos a ela, vivemos num mundo individualista e acabamos por reproduzir esses particularismos mesquinhos.

Dito isso, eu acho que tais características gerais, presentes nessa difusão hegemônica do neoliberalismo, fazem parte em maior ou menor grau da realidade dos países submetidos ao receituário e às ideologias neoliberais, ao poder do capital financeiro parasitário e, no Brasil e em outros países subordinados, isso é ainda pior, pois somos uma nação capitalista dependente, subdesenvolvida e de origem colonial. Isso quer dizer que, além das condições gerais de todos os países neoliberais, temos que lidar com condições históricas particulares e mais específicas. É certo que se você pega os teóricos marxistas da dependência, cujos trabalhos de maior peso se concentram na década de 70, temos aí uma análise de como fatores externos, associados ao imperialismo, se combinam com a dinâmica interna das classes sociais numa interação dialética e isso cria uma situação que Florestan Fernandes chamava de “capitalismo dependente”, a qual se caracteriza pela superexploração do trabalho nas periferias do sistema e pela dupla espoliação de seu povo, pelas burguesias internas e suas elites (elites brancas das classes dominantes, como diria Florestan) que jamais vão abrir mão de seus luxos e privilégios, e pelas burguesias

externas, associadas ao capital financeiro, aos grandes conglomerados internacionais. Por assumirem uma perspectiva socialista coerente e revolucionária, pensadores como Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini se aproximam bastante: uma categoria comum aos dois, por exemplo, seria a de superexploração e ambos incorporam e trabalham as teorias marxistas do imperialismo. Mas a própria teoria marxista da dependência não é estática. Ela precisa de uma atualização e isso já tem sido feito por intelectuais vinculados à luta política. O MST tem se dedicado, por exemplo, a recuperar o pensamento do Marini e utiliza sua perspectiva nas batalhas travadas pelo movimento. Mas gostaria de citar também um trabalho que considero uma atualização bastante refinada e teoricamente muito consistente da teoria da dependência, que é o livro de Carlos Eduardo Martins, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Se formos recuperar o pensamento dos teóricos marxistas da dependência para entender o momento atual, temos que fazer esse esforço de ir além deles porque a própria realidade se transformou e podemos ver que, no caso dos setores burgueses internos vinculados ao capital parasitário, ao capital fictício (aquela fração do capital financeiro que não participa da produção da mais-valia, mas dela se apropria e abocanha um grande pedaço), dificilmente poderíamos caracterizá-la como uma burguesia nacional, mesmo que pró-imperialista. Essa burguesia já perdeu todo e qualquer vínculo nacional, exceto o de uma relação instrumental com o Estado brasileiro para defender seus interesses neocolonialistas. E isso alimenta, nesse setor de classe e nos seus funcionários subalternos, que se vinculam às chamadas classes médias, conservadoras e reacionárias, uma personalidade de tipo patológico, particularista ao extremo e indiferente à situação do outro, do negro, da mulher, das pessoas LGBT, do pobre, do índio, do trabalhador, dos sem eira nem beira, dos sem-teto, dos condenados da terra etc. A violência política no Brasil tem se manifestado contra todas essas identidades populares de luta e resistência e isso é algo que não conseguimos extirpar até hoje, uma violência política ainda muito presente. 17 de abril é a data do massacre de Eldorado dos Carajás. Li o livro do jornalista Eric Nepomuceno sobre esse episódio de violência, tendo sido, para mim, muito difícil ler o que estava escrito.

Dadas essas nossas raízes históricas, que se reproduzem no tempo presente em novas roupagens, e as características estruturais do capitalismo dependente, nunca acreditei que a “autocracia burguesa”, o fascismo que temos incrustado na estrutura do nosso Estado capitalista-burguês, imperializado, estivesse morta e ela cobraria um preço alto. Se vocês conhecem *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, vão perceber como ele caracteriza o modelo autocrático burguês de transformação capitalista e a própria estrutura da dominação burguesa no Brasil. A essência de nosso Estado é muito violenta porque vivemos numa “sociedade civil não civilizada”, que sustenta uma democracia dos mais iguais, uma “democracia restrita”, estrutura que articula formas modernas e arcaicas de

dominação para garantir a defesa dos interesses das elites brancas das classes dominantes. Isso não acabou com a Nova República, embora tenhamos que reconhecer os avanços das lutas sindicais e dos movimentos sociais, até mesmo na resistência para aprovar a Constituição de 1988, hoje rasgada pelos setores golpistas. Apesar do respiro que tivemos com os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores - e posso dizer que apoiei o partido, porque se não votava nele no primeiro turno, no segundo turno sempre terminei votando, mas conseguia perceber, com base no estudo dessa literatura sobre o capitalismo dependente, que um retrocesso conservador no Brasil não estava descartado e isso afirmei num artigo que foi publicado em 2011 numa Conferência do IPEA, “Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural” - achava difícil que, dada a ultraconcentração de riquezas no país e, sem que isso fosse corrigido, os avanços conquistados fossem mantidos. Lamento amargamente que estamos numa situação de ofensiva neofascista, com riscos reais de um endurecimento maior do cenário político nacional pelas mãos de uma lumpenburguesia raivosa. Mas essa é uma característica permanente do capitalismo dependente e caberia quebrar essa estrutura de classes ultraconcentradora das riquezas, do prestígio social, da cultura e do poder para termos a possibilidade de construir uma nação mais justa e igualitária. O que eu via em 2011, no texto que mencionei, é que a autocracia burguesa estava se movimentando de alguma forma e um dos focos de tensão disso era a luta em torno das comissões da verdade. Percebia aí que o Estado burguês nunca abriria mão de sua reserva última de poder, que seria o uso da violência institucionalizada do Estado, ou pelo menos de sua ameaça potencial, para tentar manter no seu lugar as massas populares, os trabalhadores, os movimentos e partidos de esquerda. Escrevi um artigo sobre isso, a respeito desses impasses da comissão da verdade e tentando mostrar como isso tinha profundas relações com a violência histórica da sociedade brasileira, racista e de origem escravocrata. Tanto é que hoje estamos vivendo uma democracia fictícia tutelada manu militare. A fração mais aberta e declaradamente fascista-miliciana aparentemente está mais isolada, mas ainda recebe o respaldo da junta militar que a cerca (estou me referindo ironicamente ao gabinete de ministros militares que participam do governo, não devendo esquecer que o Ministro da Defesa e os comandantes-em-chefe das três armas saudaram explicitamente o golpe de Estado de 1964) e não sei se os militares que embarcaram nessa farsa histórica agora poderão descer do barco, ou seja, vão ter que segurar o cão feroz deles até encontrarem uma solução mais confortável, talvez esperando o mandato completar dois anos, para endossarem o impeachment e o general Mourão poder assumir efetivamente; o setor mais tradicional da direita percebeu há muito tempo que Bolsonaro e seus filhos são um fator constante de instabilidade, que prejudica seus negócios. Mas não tenho ilusões de que mesmo essa direita tradicional - que se alinha com Bolsonaro na aprovação da contrar-

reforma da previdência e no ataque aos direitos sociais e trabalhistas - prefere entregar o país a um aventureiro do que aceitar mesmo o retorno de uma esquerda mais moderada, de centro. Lula não propôs nenhuma ruptura, nenhuma revolução, e sempre procurou conciliar, negociar com os partidos conservadores. Não é exatamente uma crítica a Lula e ao PT, mas foi simplesmente o que aconteceu. Não atribuo a culpa do Golpe de 2016 aos erros do PT, pois esta é uma maneira muito simplista de ver as coisas, e muitos intelectuais de esquerda tecem tais críticas, pressupondo que uma tática e estratégia mais consequentes teriam criado uma base popular capaz de barrar ou impor uma resistência mais tenaz contra a ofensiva das direitas, que conseguiram se unificar antes da deposição da Presidenta Dilma Rousseff. Reduzir tudo aos erros do PT é desconsiderar que a história não se faz com um partido ou uma pessoa. O fato, porém, é que o PT foi o único partido à esquerda com forte perspectiva eleitoral, dada a figura de Lula e sua presença popular. Por outro lado, as alianças com partidos tradicionais, primeiro com o PL, no qual havia se filiado José Alencar e depois com o PMDB, sendo Temer o vice de Dilma, também foram um fator decisivo para abrandar a imagem de radicalismo do PT e alcançar a vitória eleitoral. Vamos considerar a hipótese de que o PT tivesse tido uma radicalização à esquerda antes, durante e depois da sua primeira conquista presidencial. Conhecendo a história política brasileira, isso seria um fator de acirramento do golpismo das forças de direita e a conciliação teria se esfacelado mais cedo. O único meio de resistir a isso teria sido buscar apoio nas camadas populares e no conjunto das classes trabalhadoras. O que se critica no PT, hoje, é que a atuação parlamentar e no executivo se distanciou de um processo de conscientização política. O pobre teve ganhos, conseguiu melhorar de vida, viu seus filhos ingressarem na Universidade, mas isso foi feito sem uma adequada conscientização política (prefiro falar de autoconsciência, pois esta deve ser construída pelos próprios trabalhadores e pelas camadas populares no processo de luta; quando falamos de conscientização, estamos pressupondo que alguém sabe mais e irá conscientizar os outros e acredito num projeto autopedagógico coletivo no qual já se comece a abolir as distinções de classe, os racismos, machismos etc.). O que eu acho problemático seria reduzir tudo ao PT, à sua política de alianças e, de certa forma, à sua adesão à política econômica neoliberal. Embora isso seja verdade, nenhum partido atua como demiurgo do real e qualquer outro caminho mais radical que se tivesse seguido antes teria desatado reações contrárias em outros conjuntos de forças sociais, à direita. A pergunta para se fazer à época seria se teríamos base social ampla para barrar as forças golpistas e se muitos críticos de esquerda do PT estavam na linha de frente para ajudar a organizar a luta. Acredito que em alguns momentos podemos ter perdido uma oportunidade histórica, mas isso agora ficou no passado.

Não estou dizendo, por isso, que tais críticas não tenham elementos de verdade. Mas eu apontaria para o relativo isolamento desses setores da esquerda, cujos discursos muitas

vezes doutrinários não apontam para uma relação orgânica desses grupos com as massas populares. Muitas vezes se trata de intelectuais de esquerda ligados às universidades brasileiras, que desenvolvem um trabalho importante de formação cultural e às vezes com grande erudição marxista, mas que passam necessariamente por uma socialização burguesa na academia e querem indicar o caminho correto para os movimentos sociais, acusando-os de terem sido cooptados pelos governos petistas. Esses intelectuais dificilmente saberiam falar com o povo como eu já vi Lula fazer diversas vezes ou, também, não estão na linha de frente das lutas populares, com os riscos que isso envolve, sendo o maior deles o de perder a própria vida. Na última vez em que estive na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, presenciei uma homenagem a um militante do MST da Bahia que foi assassinado, Márcio Mattos. Tenho muito respeito pelas companheiras e companheiros que estão na linha de frente e correm todos os riscos, dos quais muitas vezes estamos aparentemente protegidos. Há certo elitismo no nosso modo de ser esquerda que impede o nosso diálogo com as massas populares, então análises brilhantes terminam sendo apenas isso mesmo, análises brilhantes. Não fico satisfeito com uma análise que tente atribuir a um partido ou outro, seja ele o PT, o PCdoB etc. toda a culpa do golpe. Acho que a análise deve buscar o conjunto de relações econômicas, políticas e sociais, a correlação de forças e apontar caminhos alternativos. Às vezes vejo que os caminhos alternativos apontados são irrealistas porque não possuem nenhuma base social concreta ou apoio popular, nem procuram indicar os caminhos para se fazer isso. Então termina sendo mera fraseologia, lançando-se palavras de ordem ao vento, que não irão mobilizar as massas. Isso não quer dizer que o PT não tenha errado, mas creditar toda culpa ao partido é um exagero e não apanha a situação global. Se eu for culpar alguém pelo Golpe, culpo os setores da direita que foram diretamente responsáveis pela quebra das regras do jogo, que são antidemocráticos, e não o PT. Lembro que cheguei a votar no Plínio de Arruda Sampaio, porque ele representava na época uma alternativa mais radical de esquerda e, no segundo turno, votei na Dilma Rousseff. Depois, na reeleição de Dilma, não votei no primeiro turno porque tive que justificar e, diante da ameaça de uma vitória de Aécio Neves, viajamos minha companheira e eu apenas para votar na Dilma. Na época fiz campanha para Dilma e escrevi um artigo, que foi publicado no jornal Brasil de Fato, com o título de “As eleições, o PSDB e o golpe conservador”. Ou seja, tratava-se de ganhar fôlego político contra as forças reacionárias. Nas últimas eleições, embora simpatizasse muito mais ideologicamente com Boulos, votei no Haddad no primeiro turno, porque minha compreensão era de que devêssemos unificar em torno do candidato mais provável de bater Bolsonaro. Mesmo com todo o apoio que depus para o PT nas eleições, isso não quer dizer que eu estivesse contente com a perspectiva de conciliação de classes, pois historicamente isso já havia dado errado, como a quebra do pacto populista que conduziu à ditadura empresarial-militar de

1964. E o PT pagou um elevado preço histórico por isso, mas ao mesmo tempo conseguiu avanços que melhoraram a vida de muita gente, inclusive de quem critica o partido e, sendo bastante sincero, de nós docentes universitários. Quantos de nós estaríamos em faculdades particulares se não tivesse ocorrido a política de expansão do ensino superior e interiorização das universidades? Acho, por isso, que muitos intelectuais acadêmicos, que são autenticamente de esquerda, caíram numa espécie de “radicalismo abstrato”, sendo excessivamente críticos, mas essa crítica não possuía uma base social concreta, um canal social para ser transformada em força política e, numa posição confortável em relação à média do brasileiro, dentro da universidade. Lembro que, na minha Universidade, a UFRB, em 2014 e 2015 havia gente de esquerda muito crítica ao PT, que duvidava do golpe e isso era um erro grave de avaliação. Mas houve o golpe e se houve o golpe, é porque o Brasil de certa forma avançou e a direita mais reacionária elegeu o PT como inimigo público número um, inclusive ficando evidente a prisão política de Lula e o acirramento de um Estado de exceção. Quando chegou a possibilidade de explorarmos o Pré-Sal e, dada a conjuntura política internacional de autodefesa dos Estados Unidos para se manter como a maior superpotência imperialista, sofreremos o golpe parlamentar e jurídico, que foi a forma como a autocracia burguesa encontrou para manter seus privilégios de classe. Embora não tenhamos tido um golpe militar clássico, o exército brasileiro de certa forma tutelou o Supremo e nosso Estado se tornou policialesco e, agora, parte dele é miliciano. A disputa entre Bolsonaro e Moro tem sido por quem irá controlar a Polícia Federal. Hoje acho que é um dever democrático a defesa da existência do próprio PT, ameaçado de cassação, algo semelhante com o que aconteceu com o PCB, quando foi declarado ilegal no governo autocrático de Dutra. Tenho plena certeza que se, em algum momento, o PT tivesse aproveitado para avançar mudanças mais profundas, embora eu ache que esse não tenha sido um objetivo imediato do partido, a reação política da direita, que vemos hoje, teria se manifestado antes. A diferença é que antes talvez tivéssemos tido um apoio popular expressivo, de fato. Mas não devemos idealizar a realidade e achar que teria sido mais fácil, porque o golpismo é uma tradição política cultivada religiosamente pela direita na América Latina, bastando citar a Bolívia e a Venezuela. De modo que penso ser a situação muito mais complexa para buscarmos culpados e isso não ajuda numa política de alianças antifascistas que seja capaz de reunir os diferentes campos da esquerda.

Mencionei tudo isso para tentar responder à pergunta. O Brasil pós-Golpe e, agora, o Brasil de Bolsonaro se caracteriza pela tentativa de implementar a agenda antinacional, antipovo, antidemocrática e antitrabalho. O Golpe teve o objetivo, como todos já sabemos, de jogar nos ombros da população brasileira, das classes trabalhadoras, as contas da crise internacional, desonerar as empresas dos custos de reprodução da força de trabalho e fazer com que as riquezas produzidas pelos trabalhadores, os valores, sejam abocanhados

pelo capital financeiro. As contrarreformas trabalhistas e da previdência possuem esse objetivo explícito, bem como as outras medidas e contrarreformas que estão por vir. O sucateamento da economia nacional, com a entrega dos nossos recursos naturais e a perda de nossa soberania, também faz parte desse quadro histórico mais global. Isso não pode ser feito sem um correlato acirramento dos componentes fascizantes do Estado brasileiro, existentes nas instituições, no judiciário, nos aparelhos policiais e militares, nas empresas, na mídia etc. A pandemia da Covid-19 trouxe, no entanto, um elemento novo, que talvez seja o de explicitar mais rápido a falência desse modelo. É, de fato, uma novidade que a proposta de taxação das grandes fortunas tenha sido colocada, mesmo que de forma bastante tímida. Isso aponta para germes possíveis de contestação. O Paulo Guedes se diz economista, mas o fato de ele ter se formado em economia não muda o fato de ele atuar como um mero funcionário dos grandes bancos, que hoje ocupa o Ministério da Economia. No meu ver, ele é um simples corretor de bolsa de valores, com toda a ignorância do economista vulgar. Quem leu algo de Teorias da Mais-Valia, de Marx, vai compreender qual a opinião que tenho, não apenas do Guedes, mas de toda economia neoliberal. A verdade é que esse pessoal não sabe o que fazer com a situação atual provocada pela pandemia e a estratégia genocida de Bolsonaro apela para o irracionalismo e para a ignorância, dele próprio e de quem o segue. O fato de ele ter perdido apoio e estar mais isolado pode conduzir a desfechos inesperados. Os ataques dele ao atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia - que podem ser vistos como conflito entre frações de classe do bloco composto do poder burguês - é um sinal talvez de que ele estaria disposto a enfrentar o Congresso. A pergunta é se ele teria base política e social para isso. Qual seria a posição da junta militar? Mesmo que não sustentem Bolsonaro, a tendência dos militares será a de impor a manutenção da autocracia burguesa e esta autocracia não necessita de uma ditadura aberta para se impor, mas de instituições tomadas por gente aliada ideologicamente ao projeto conservador das elites das classes dominantes e de sua fração hegemônica, o capital financeiro. A depender de como a crise da pandemia será enfrentada pelo conjunto da sociedade, aliada ao desemprego estrutural, que já é uma característica inextirpável do capitalismo dependente, agora agravada com as contrarreformas trabalhista e da previdência, e se a incapacidade do Governo Federal de enfrentar todos esses problemas gerar uma forte insatisfação popular e isso for identificado de forma negativa contra as forças que atualmente ocupam o poder executivo, é provável que iniciemos um processo de retomada de condições de luta mais democráticas para as classes trabalhadoras e as camadas populares. Isso depende, entretanto, de uma articulação das forças progressistas, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, mas para isso teríamos que fazer um grande esforço de deixar de lado muitas divergências de ordem doutrinária e tentar perscrutar a construção da autoconsciência de luta e resistência da maioria do povo, para



tentar caminhar junto com o povo e transformar a nossa própria consciência nesse processo, perdendo alguns dos vínculos com o estilo de vida burguês também presentes nas esquerdas. Acredito que o intelectual militante de esquerda, seja ele marxista ou de outras correntes radicais, teria um papel fundamental aí nos debates com as camadas populares, mas ele deveria deixar de lado certo elitismo e aprender com o povo. Penso exatamente no que Paulo Freire escreveu em *A Pedagogia do Oprimido*. Paulo Freire possuía vínculos católicos, mas às vezes eu acho, não só pelas ideias dele, mas pela sua prática de vida, que ele era muito mais radical e consequente do que muitos marxistas que conheço. Estamos muito longe de uma construção coletiva dessa autoconsciência, por isso não nutro até agora muitas esperanças de uma saída mais popular e democrática. O risco é que a situação da pandemia possa levar a soluções ainda mais autocráticas para a crise política e essa hipótese, infelizmente, não está descartada no momento. Estou falando em termos de Brasil, mas podemos pensar no conjunto da América Latina, nos casos do Chile, Bolívia (este último país sofreu um golpe mais próximo ao de tipo clássico, militar), Equador e Venezuela (esta última agora ameaçada pelos EUA), apenas para citar alguns exemplos mais próximos. Na Hungria, a solução fascista me parece ter sido vitoriosa e, por enquanto, permanente. Para concluir, ano passado escrevi um texto sobre a estrutura de classes do bolsonarismo. Esse texto eu apresentei para um grupo de colegas da Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), na Argentina, um grupo que estuda Hegemonia e questões agrárias, coordenado pelo Prof. Javier Balsa, que considero um gramsciano bastante original e, também, possui uma militância política radical e progressista. O Prof. Balsa conhece o Brasil e faz comparações muito interessantes com o kirchnerismo. Tentei avançar na análise do discurso bolsonarista, mas até agora não obtive muito sucesso e eu mesmo acho que a análise da estrutura de classes que fiz do governo Bolsonaro já se encontra um pouco obsoleta. Não foi um texto publicado, poucas pessoas leram e nele eu afirmo que o bolsonarismo poderá sobreviver à pessoa do próprio Bolsonaro. Explico: o que deu a vitória a Bolsonaro - além do antipetismo, que leio como a forma como se expressa o reacionarismo contra as esquerdas em geral no Brasil, e muito além das fakenews - foi o vácuo político deixado pelas esquerdas em relação à grande maioria da população brasileira e não podemos culpar apenas o PT por isso. Esse vácuo foi preenchido pelos grupos fundamentalistas pentecostais e neopentecostais, porque de alguma forma eles sabem falar a linguagem que toca direto nas dificuldades cotidianas de muita gente e transformam isso numa empresa muito lucrativa. Além desse setor, bastante numeroso, temos as baixas patentes do exército e das polícias militares, muito suscetíveis à agitação fascista. Os altos comandos das forças armadas são conservadores, mas procuram manter a aparência de respeito à legalidade e à Constituição. As ameaças ao STF feitas pelo General Villas Boas, entretanto, mostram que setores do exército ainda sonham de alguma forma com os idos

de 64. Não estou dizendo que vamos ter um “autogolpe”, apenas que isso entrou algumas vezes como um blefe político, como se estivéssemos num jogo de poker e essa chantagem se tornou um estilo de fazer política de setores da ala militar. Bolsonaro não criou essa realidade e, mesmo na ausência do líder fascista, o bolsonarismo poderá sobreviver nesses grupos. O que estamos vivendo no Brasil é muito grave e, por isso, acho que o caminho político para construir a democracia deve ser bastante difícil e tortuoso, começando pela tentativa de reconquistar um enraizamento popular mais amplo do que a atual base social dos movimentos sociais contestatórios da ordem e de combater o irracionalismo dessas ideologias reacionárias, presentes em diversos setores da sociedade brasileira. Se compararmos o hitlerismo com o bolsonarismo, veremos que o mesmo apelo ao irracionalismo está presente nas duas ideologias. O que me preocupa, enfim, é a fragmentação das forças de esquerda e acho que não estamos opondo resistência quase nenhuma. Quem leu a biografia de Hitler, do Joachim Fest, e o Assalto à razão, de Lukács, vai conhecer as raízes históricas e culturais do irracionalismo nazista. Também não é à toa que o astrólogo Olavo de Carvalho, que de filósofo não tem nada, foi ovacionado como o grande ideólogo do bolsonarismo e isso só demonstra o grau de ignorância que estamos enfrentando.

JC: Em artigo recentemente publicado, Slavoj Žižek afirma que o covid-19 é um golpe letal no capitalismo e que reinventaremos nossa sociedade a partir dessa crise mundial. O colapso econômico atual se dá, em sua opinião, porque o capitalismo atual se baseia no consumo e na moralidade da posse de bens. Sendo assim, a pandemia estaria minando as ideologias capitalistas recentes. Por outro lado, o filósofo Byung-Chul Han, em artigo também recente, criticou a posição “otimista” de Žižek. Para Han, ao contrário do que indica Žižek, a China estará apta a vender seu Estado policial digital como um modelo de sucesso contra a pandemia e que, como pensava Agamben, o estado de exceção pode se tornar na normalidade. A questão é: podemos pensar em como será o futuro próximo? Há um colapso do capitalismo diante da pandemia ou o capitalismo ainda tem fôlego para se reinventar?

Tenho dificuldades para responder de forma tão geral assim. Acho que nem uma coisa nem outra. Pela minha formação marxista, considero a partir de Lênin que disse, numa de suas cartas, que o marxismo é a “análise concreta de situações concretas”. O capitalismo, embora possua características universais, é uma realidade que se constrói concreta e historicamente. Desse modo, o que pode acontecer em algum país, continente ou região não será necessariamente repetido em outros lugares. Por outro lado, há tendências mundiais em curso que, de certa forma, afetam a toda humanidade. Não sei se concordo com Žižek que o que define o capitalismo atual seria o seu suporte no consumo

e na moralidade da posse de bens. Acho que muito mais o sistema está baseado no capital financeiro, sendo a posse e o consumo categorias que estão subsumidas a determinações mais fundamentais. O capital financeiro, que é um termo amplo e inexato, na verdade se baseia na ilusão de que valor gera valor, dinheiro gera dinheiro, a realização máxima da forma-valor que se autovaloriza. Essa fração do capital se tornou hegemônica mundialmente e qualquer análise das tendências futuras deve passar pelo seu exame mais detido. Por exemplo, ao estudar um pouco da exploração do trabalho africano nas minas de ouro da cidade de Sadiola, no Mali, percebi a ponte que se pode estabelecer entre o capital financeiro e regimes de dominação típicos do apartheid, sem contar as relações entre a lavagem de dinheiro do crime organizado e os lucros dos grandes bancos. Ao se concentrar no consumo e na moralidade da posse de bens, talvez essa seja uma questão que faça sentido para a realidade na qual Zizek vive e atua, mas em outros lugares, como aqui no Brasil, em que se está em jogo a própria sobrevivência das pessoas, a questão talvez seja outra. É justamente essa hegemonia do capital financeiro que cria as condições atuais para regimes de extrema direita ao redor do mundo. Mas também acho que, contra tais tendências conservadoras e reacionárias, os povos podem se insurgir, dadas suas condições concretas, reais, de vida e as correlações de força entre as classes e outras categorias sociais, que sempre são históricas e específicas. Então isso é difícil de avaliar de um modo tão geral, se o capitalismo irá entrar em colapso ou não. Ele pode entrar em colapso num lugar e, também, pode impedir sua morte em outros lugares, constituindo aí um foco de reação contra as tentativas de construir novas formas de sociedade, anticapitalistas, mais solidárias e não destrutivas. Não acredito que esse seja um processo homogêneo mundialmente. O importante, a meu ver, é que se busque fortalecer a solidariedade entre os povos e as classes trabalhadoras dos diferentes países, mas isso só pode ser conseguido pelo avanço da organização popular nas diferentes realidades nacionais. Penso que deveríamos caminhar para isso. Algo como faz Cuba, que exporta médicos para o mundo, enquanto outros países exportam guerra e destruição. De qualquer modo, sou muito desconfiado e acho que o capital irá se aproveitar da pandemia para fortalecer suas posições de poder. Em relação à China, não reduziria o país a suas características centralizadoras e burocráticas, ou a um Estado policial digital, que talvez tenham a ver com seus impasses e dilemas históricos de construção do socialismo, ou se preferirem alguns, de uma sociedade pós-revolucionária. Não podemos esquecer o que era a China antes de 1949 e que pensar a China dentro de parâmetros da democracia ocidental seria uma ausência grave de tino antropológico. Na minha cabeça, o modelo mais acabado de Estado de exceção seria o exemplo mais notório de democracia ocidental, os Estados Unidos, internamente em seu próprio território com a política de segregação dos imigrantes, dos negros e outros grupos, e externamente na sua política genocida de dominação imperialista. Seria suficiente dar uma olhada em suas

intervenções na Ucrânia, na Síria, no Iraque e, agora, a ofensiva desumana contra a Venezuela em tempos de pandemia mundial. Acho difícil dizer se o capitalismo irá entrar em colapso e cair na lata de lixo da história, ou se ele irá se reinventar. O mais certo é que as crises em diferentes lugares possam levar a readaptações do sistema, mas eventualmente em algum lugar possa ocorrer algum tipo de ruptura (algo que não tenho condições de avaliar) e, por fim, em outros possa haver uma fascistização maior do sistema, como no caso da Hungria. Mas na hipótese de haver alguma ruptura efetivamente democrática, anticapitalista, é quase certo que o cerco imperialista irá se fechar contra tais tentativas, como ocorreu contra a Rússia em 1917, contra a China, Vietnam, Cuba, contra países africanos como Moçambique etc. A tentativa da Venezuela de se afirmar e construir seu próprio caminho tem sido constantemente sabotada não apenas pelos Estados Unidos, mas também por outras nações centrais. Podemos ter muitas críticas ao processo venezuelano e a Maduro, mas acho que muito dessas críticas idealizam o que seria tentar romper com o imperialismo e, com isso, ter que dia a dia enfrentar a contrarrevolução interna e externamente, numa situação constante de guerra. É o mesmo tipo de incompreensão que vejo em relação a Cuba, historicamente. Julgamos esses países com parâmetros da democracia ocidental e raramente julgamos a própria democracia de tipo ocidental nos seus aspectos ditatoriais, em especial quando exportam violência e colonialismo ao redor do mundo. Voltando à pergunta inicial, acho que a única possibilidade de prevermos o futuro é se atuarmos na construção de uma nova sociedade, percebendo as tendências históricas em curso e nos movimentando no conjunto real das forças políticas para tentar transformar os rumos dos acontecimentos. É uma ideia que retirei de Gramsci. Em outras palavras, a condição de previsão nas ciências sociais talvez seja participar da própria organização da ação política coletiva.

JC: Na sua obra *Luta de Classes*, Domenico Losurdo esclarece a polissemia do conceito de lutas de classe, no plural mesmo (*Klassekämpfe*). Seria possível pensarmos que diante das diferentes posições dos governos no cenário mundial atual diante da pandemia do covid-19 que a teoria de lutas de classes de Marx se mostra mais atual do que nunca? Ou seja, o tratamento das políticas públicas e o acesso das pessoas aos leitos de hospitais, testes e acesso à informação não parecem corroborar o conceito marxista?

Sempre considerei o marxismo atual. Penso que o marxismo e as ideologias socialistas só irão morrer um dia se realizarmos o socialismo e construirmos sociedades humanizadas. No entanto, não penso o marxismo de uma maneira idealista, como se fosse um ideal que a humanidade devesse alcançar. Para Marx e Engels, o comunismo é o movimento real que procura abolir o estado de coisas atual. No prefácio de *A crítica da econo-*

mia política, Marx também diz que os problemas só se colocam quando já estão presentes as condições históricas que permitam sua solução. Ou seja, o socialismo e o próprio marxismo não surgem da cabeça de Marx como uma prova de genialidade intelectual. Foi pelo fato de ele ter participado das lutas políticas inicialmente como um democrata radical, e de ter travado relações com o movimento operário da época, que levou Marx a elaborar seu método e propor categorias de análise do modo de produção capitalista capazes de servir à luta socialista, ou melhor, comunista. Gosto muito do texto de Lukács sobre o jovem Marx, que retrata essa evolução política. E, ao mesmo tempo, o marxismo de Marx sempre se transformou diante das mudanças da realidade histórica que ele enfrentava. Ao ler Marx, percebemos que sua obra era inacabada. O *Capital* é um livro inacabado e Marx estava sempre revendo suas posições. Não poderia ser diferente com o marxismo, que procura também responder às novas realidades históricas. Então, desde que iniciei minhas primeiras leituras marxistas sempre vi o marxismo como atual. Acho que a situação causada hoje pela pandemia mundial pode ser analisada pela óptica marxista da luta de classes, não sendo, contudo, a situação da pandemia que comprova a atualidade do marxismo, mas sim a existência do sistema capitalista em escala mundial. Estou recuperando a leitura de uma das precursoras da sociologia da saúde aqui no Brasil, que é a Maria Cecília Ferro Donnangelo. Ela defendeu uma tese de doutorado sobre a profissão do médico em São Paulo, cujo título é *Medicina e sociedade e, também, sua tese de livre-docência, Saúde e sociedade*. Ela trabalhava dentro da perspectiva marxista do modo de produção e da formação social, num olhar muito althusseriano. Por outro lado, a categoria de classe social é sempre uma categoria histórica, com níveis distintos de abstração e concreção ou de aproximação ao real histórico. Não vamos encontrar em Marx um conceito de classes pronto, acabado e fechado, mas elementos de elaboração teórica que nos fornecem apenas pontos de partida para a análise de situações concretas. Gosto muito de um livro de Theotônio dos Santos, que utilizo em sala de aula, sobre o conceito de classe em Marx. Vejo que, na pergunta, vocês já estão admitindo que sim, que o marxismo é atual e que sua categoria de classes seria algo fundamental para analisar o cenário da pandemia mundial. Acho que só consigo responder essa pergunta nestes termos.

JC: Para explicar a crise de 2008, o geógrafo David Harvey se vale de uma abordagem marxista para compreender como o capitalismo global se alimenta das crises inventadas por ele mesmo. Essas crises são cíclicas, sazonais e se movem ao redor do mundo. Nesse sentido, como o senhor compreende a ascensão da extrema direita no mundo como uma maneira de responder às crises criadas pelo próprio capitalismo? E mais: sendo uma pandemia, o covid-19 não se restringe a uma crise localizada e a abordagem ao problema é internacional. A solidariedade preconizada pelo socialismo seria factível nos tempos atuais?

É possível remodelarmos as políticas mundiais a partir dessa crise?

Andei lendo recentemente um livro intitulado *Le retour des populismes: l'état du monde 2019*, organizado por Bertrand Badie e Dominique Vidal, que se trata de uma compilação de artigos de vários autores. O tema do populismo se tornou algo bastante atual e vejo que isso está dando margem a diversas confusões conceituais. Por exemplo, não estou bem certo de que se deve opor populismos de esquerda a populismos de direita, como se fossem duas coisas opostas, contrárias, mas com pesos equivalentes. Então tudo termina sendo populismo e se pode colocar tudo no mesmo saco, populismos de direita e populismo de esquerda. Isso traz confusões políticas muito grandes e, com base nisso, podemos dizer que Bolsonaro seria um populista de direita e Lula um populista de esquerda. Essa oposição, de alguma forma, tem sido tentada por alguns meios televisivos, no caso a Globo. Eu não diria que Bolsonaro é um populista, ele possui uma visão de mundo fascista. O que é muito diferente de populismo. Certo que podemos distinguir entre um populismo demagógico e um populismo mais radical. No Brasil, esse último tipo de populismo nunca teve força. Eu diria que um exemplo mais recente de populista radical foi o Presidente Hugo Chávez, que acabou caminhando em direção ao socialismo. Outras referências são importantes nesse debate, como o livro de Chantal Mouffe, *Por un populismo de izquierda* e deixo aqui como indicações. Apesar de não concordar com uma noção muito ampla de populismo, que presta mais a confusões e dificulta a análise, a coletânea de artigos que mencionei acima nos traz um exame de várias situações concretas, caracterizadas por regimes de extrema direita no mundo. Desde Trump às Filipinas de Duterte, passando pela Índia e pela Itália do Movimento Cinco Estrelas, cada contexto político específico é posto em discussão. É um livro muito interessante nesse sentido e acho difícil, portanto, fazer uma avaliação global da irrupção desses regimes de extrema-direita. Houve uma ameaça recente por parte de Donald Trump de fechar o Congresso para que ele pudesse nomear funcionários. Quem leu *As elites do poder*, do sociólogo Wright Mills, sabe muito bem como funciona um pouco da “democracia estadunidense”, por meio de um controle tecnocrático de cúpula em que os grandes interesses militares, econômicos e políticos decidem os rumos da superpotência imperialista. Então uma atitude dessas não me surpreende. Por isso é inteiramente possível que as respostas de extrema direita à crise, as soluções fascistas contemporâneas, sejam uma maneira de que as burguesias dos diversos rincões do mundo tenham encontrado para manter seu poder e dominação. Mas afirmar isso é muito pouco, se não analisarmos concretamente cada situação. Acho que cabe às ciências sociais empreenderem análises desse tipo em cada país, continente, regiões ou blocos geopolíticos. Quanto à possibilidade de uma solidariedade socialista, tendo a acreditar que ela sim seria factível, pois o socialismo não é uma utopia, no sentido de sonho irrea-

lizável, mas emerge das próprias contradições do sistema capitalista e isso depende de luta e organização política autônoma “dos de baixo”. Quando cito Paulo Freire, é porque ele enfatizava que a emancipação não parte de dirigentes iluminados, mas deve partir do próprio oprimido ou então estaremos construindo novas formas de opressão. Nesse sentido, acredito ser possível remodelar as políticas mundiais, se talvez, com a pandemia da Covid-19, grande parte da população mundial entender que a solução da economia reside no controle social da produção pelos próprios trabalhadores e que isso seja revertido para a produção de bens socialmente úteis. Isso significa lutar contra a mercadoria como forma ideológica do regime de dominação burguesa e do sistema capitalista de exploração, pois essa forma ideológica nos faz pensar que o valor (ou valor de troca), na forma dinheiro, é quem movimentava a economia. Isso é uma ilusão muito real. No caso brasileiro, por exemplo, para enfrentar a pandemia todo o esforço produtivo deveria ser voltado para garantir os serviços essenciais e a alimentação da população. Mas não estamos numa lógica de produção e distribuição que nos permita isso. No entanto, e não poderia ser diferente por conta dos interesses que representam, Bolsonaro e Guedes estão tentando proteger o lucro das empresas, dos bancos e do capital financeiro: mostrar que a economia poderia ter um outro tipo de organização ultrapassa seus horizontes estreitos e limitados. E como o discurso que chega à população é que, sem dinheiro, não se come, com isso Bolsonaro consegue agitar e inflamar as massas mais suscetíveis à propaganda fascista. A forma-valor, expressa na forma dinheiro, talvez seja um dos instrumentos mais poderosos da ideologia capitalista. Seria o caso de movimentar a produção para garantir equipamento hospitalar para os profissionais de saúde, alimentos, combustível etc. e organizar essa distribuição para o conjunto da população, mas como fazer isso se nossa economia está organizada única e exclusivamente por interesses privatistas e temos um desenvolvimento econômico distorcido pelo agronegócio, pelas multinacionais e pelo capital financeiro? Sem que os países desenvolvam novas formas de práticas sociais econômicas mais solidárias e que isso mude a mentalidade das pessoas, acho difícil reproduzirmos exemplos de solidariedade como o de Cuba. A Ilha é um pequeno país, com poucos recursos, e seu internacionalismo sempre foi um legado dos mais belos de sua revolução e isso se deu porque, apesar das intensas privações econômicas por que passa o povo cubano, as relações sociais de produção transformadas condizem com novas formas de consciência. Então não digo que a economia irá falir se as empresas não tiverem lucros, o que pode falir são empresas que operam no sistema capitalista e isso não seria o fim do mundo. Se todos os recursos econômicos fossem organizados pela associação livre de trabalhadores autônomos, a coisa seria muito diferente, pois os nossos recursos seriam destinados para as necessidades de saúde, educação e enriquecimento cultural da maioria da nossa população. Por que a direita sempre criminaliza o MST? O MST propõe um novo tipo de sociedade com novas bases produtivas,

de tipo socialista e solidário. Em seus assentamentos, a depender das diferentes realidades locais e regionais, as pessoas trabalham no campo e, ao mesmo tempo, se formam em diversas profissões com alta qualidade técnica, na medicina, na agronomia, na pedagogia etc. Mas o MST não pode carregar o Brasil nas costas, mas poderia nos ajudar a aprender essas novas práticas. Os assentamentos do movimento, embora produzam dessa forma, estão inseridos numa economia capitalista subordinada e, por isso, sofrem as determinações e contradições também do capitalismo dependente. O fato é que se voltássemos a organização de nossa economia nessa direção, aí sim teríamos condições de construir uma nação em que todos tenham um lugar digno na sociedade e, com isso, combater os privilégios de classe e a exploração do trabalho. Se essa pandemia levar a reivindicações desse tipo nos diversos países, eu acharia que poderíamos modificar e redirecionar as políticas mundiais em direções mais solidárias e humanas. Mas as coisas não estão caminhando nessa direção e tudo que acabei de falar termina ficando no terreno das potencialidades históricas. Vi que na Itália houve uma contestação por parte dos trabalhadores, que queriam fazer greve para não serem submetidos à infecção pelo novo coronavírus. Não sei, contudo, se isso conduziu à construção de uma autoconsciência anticapitalista. É assim que posso responder.

JC: O presidente Jair Bolsonaro foi eleito se valendo de uma intrincada rede de Fake News. Inicialmente, diante da pandemia, o presidente negou, assim como seu guru Olavo de Carvalho, a pandemia do covid-19 e foi acirradamente contra o isolamento social como maneira de lidar com a propagação exponencial do vírus. Contas de Olavo de Carvalho e de pastores evangélicos brasileiros foram derrubadas nas redes sociais. Em uma recente live com evangélicos, o presidente - indo de encontro às posições da OMS e dos especialistas na área de todo mundo - afirmou que o covid-19 estava deixando o Brasil (o que vai de encontro aos dados oficiais que demonstram o aumento de pessoas infectadas no país). O senhor acredita que está no momento de uma interdição do presidente Bolsonaro? Como o senhor percebe a relação da esquerda brasileira diante das atitudes do Governo Federal e das falas de Bolsonaro?

De certa forma, já respondi um pouco sobre isso na primeira questão que me foi colocada. Sou totalmente a favor do impeachment de Bolsonaro. A eleição dele foi um subproduto do Golpe de 2016. No caso da Presidenta Dilma Rousseff, podemos falar de golpe porque ela não cometeu crime de responsabilidade e não se tira uma presidente sem que haja crime de responsabilidade. Portanto, dentro dos limites da institucionalidade burguesa houve golpe. Então tirar Bolsonaro seria um passo mais adiante na possibilidade



de ganharmos mais espaço para as forças progressistas e democráticas. Bolsonaro cometeu crimes de responsabilidade e, como deputado, cometeu crime de apologia à tortura ao elogiar a memória de um assassino e terrorista de Estado, que foi o Coronel Brilhante Ustra. O mandato dele como deputado já aí deveria ter sido cassado e ele deveria ter perdido os direitos políticos. Isso é sinal de que, nos subterrâneos da Nova República, a herança do regime ditatorial sobreviveu e agora coloca suas garras à luz do dia e, de certa forma, não acho que vivemos o fim da Nova República, mas o retorno de forças que foram de algum modo represadas na sociedade brasileira, mas que não morreram. Foi o fato de não termos feito um acerto de contas com o passado que possibilitou esse retorno de alguém que simboliza tudo o que existe de pior no brasileiro, que trabalha agora como cão de guarda dos interesses burgueses e atua nos marcos da cultura da ignorância. O fascismo nada mais é do que uma reação de extrema direita às crises do capital. Não gosto de definições muito gerais, mas não estou tentando ser rigoroso conceitualmente aqui. Há que se distinguir entre o fascismo clássico, que emerge na periferia da Europa, a Itália dos anos 20 e 30, num momento de consolidação mundial do imperialismo e do capitalismo monopolista, e os fascismos de hoje. Dada a dominação do capital num contexto de crise estrutural e permanente, as próprias estruturas tecnocráticas do Estado se tornam fascistizadas, de modo a permitir que uma minoria domine a maioria sem precisar prestar contas de suas decisões. Vejam como o fascismo se disseminou em diversos setores do judiciário brasileiro, permitindo-se aberrações jurídicas como os excessos da Lava-Jato. Aliás, recomendo a leitura da crítica marxista do Direito, um pensador russo que está sendo relido hoje, Pachukanis, e dos textos do Alysson Leandro Mascaro, que é jurista e trata o Estado e o Direito de uma perspectiva marxista. Há dois livros dele muito interessantes, Estado e forma política e Crise e golpe. Ele mostra como a própria forma do Direito reproduz de maneira sobredeterminada a forma mercadoria. É um trabalho muito inspirado em Althusser e Poulantzas, mas muito denso e original. Voltando ao assunto, hoje podemos dizer que o bolsonarismo tem um forte apelo de massas, sendo apoiado por um setor da população brasileira que muitos dizem oscilar entre 20 e 30%. Talvez seja um elemento novo do fascismo à brasileira que devemos levar em conta muito seriamente. Em 19 de abril, no dia do exército, Bolsonaro estava agitando parte dessa massa fascistizada, a qual defende uma reedição do AI-5 e a intervenção militar, e essa talvez seja a forma como ele encontrou de chantagear o Congresso e pressionar por maior apoio dos militares que o acompanham, embora me pareça que ele não seja respeitado pelos militares tradicionais e seja visto como um mal necessário. Minha impressão também é a de que ele deseja o confronto com o Congresso, achando que isso irá lhe dar alguma sobrevida na presidência. Mas se trata de um jogo muito perigoso e, mesmo na possibilidade de um golpe, tenho minhas dúvidas se ele conseguiria sustentar. No entanto, acho que Bolsonaro

representa um risco grave de uma solução fascista, pois a violência de seu séquito está se tornando cada vez mais exacerbada e ele utiliza isso para se manter na cadeira da presidência, para chantagear as frações de classe da burguesia mais tradicionais, dentre eles os setores militares. Se ele não for parado agora, será muito mais difícil que isso ocorra depois. A direita tem medo de seguir com o impeachment, porque acho que sabe que o Brasil do PT mais moderado acabou e que uma eventual volta da esquerda poderia significar uma margem menor de conciliação de classes e, conseqüentemente, um ataque decisivo contra os privilégios das classes dominantes e das camadas sociais que lhe são subordinadas, se o descontentamento popular se tornar mais elevado e isso se refletir num processo de autoconscientização contra a ordem burguesa. Mesmo se a Centro-Esquerda, mais moderada e reformista, possa alcançar o poder, e isso só poderá ocorrer por meio de um descontentamento mais geral da população contra a farsa bolsonarista (a não ser que a direita encontre outro candidato com forte apelo eleitoral, talvez o preferido da Globo, o ex-juiz Moro, que até agora tem blindado a família Bolsonaro, mas entra em conflitos com seu chefe em torno da influência sobre a Polícia Federal, que parecem querer transformar numa polícia política; e, de outro lado, a indústria da alienação da mídia televisiva e das fakenews ainda continuam produzindo efeitos tão devastadores nas consciências), para fazer algo de diferente do que foi tentado antes nos governos petistas só com uma radicalização à esquerda isso seria possível, em termos de garantir uma quebra da ultraconcentração de riquezas e reestruturar nossa economia. Quanto às esquerdas, acho que não estamos opondo quase nenhuma resistência e isso é muito grave. Seria difícil indicar apenas uma explicação para essa dificuldade de união das esquerdas. Mas acho que devemos começar deixando de lado as tentativas de culpabilizar este ou aquele partido como traidores da causa popular. Embora possamos ter nossas opiniões políticas sobre isso e nada na história irá nos isentar de responsabilidades, acho que ficar batendo nessa tecla não irá levar a nada. Enquanto as esquerdas brigam, a direita vai avançando. Acho que o essencial seria construir uma inserção nas massas. Se me perguntarem como fazer isso, acho que temos que ir perguntar a quem já desenvolve um trabalho de base e conhecer essas diversas experiências de luta. Acredito que os militantes dos movimentos sociais teriam muito mais a nos ensinar sobre isso e deveríamos nos inserir nesse trabalho coletivo. Acho que temos diversos pontos de partida espalhados pelo Brasil. Mas eu sugiro duas leituras do Florestan Fernandes que nos ajudariam a ter algumas direções: o texto sobre partidos políticos e movimento socialista, que foi publicado num dos volumes das Teorias da organização política (organizados por Ademar Bogo), pela Expressão Popular, e o livro de 1991, O PT em movimento, que também foi reeditado por essa mesma editora. Se as esquerdas se preocuparem apenas com as eleições, estaremos perdidos, pois a luta parlamentar sem um amplo movimento de massas estará fadada ao fracasso. Por enquanto,

apesar de ver crescer em setores da esquerda a certeza de que o impeachment é necessário, dados os crimes de responsabilidade já cometidos e os riscos reais à democracia, parece que estamos com medo cutucar a onça com a vara curta e estamos muito tímidos. Quem não respeita as regras do jogo, quem se utiliza da violência, é sempre direita aqui, em especial a extrema direita bolsonarista e talvez a tática nesse momento seja pressionar o Congresso, Rodrigo Maia, para encaminhar os pedidos de impedimento do presidente que já se acumulam.

JC: A extrema direita brasileira é, em essência, negacionista da ciência e das políticas públicas: afirmam que a terra é plana, negam o aquecimento global e o evolucionismo, são contra as Universidades Públicas, depreciam as pesquisas científicas, valem-se continuamente de Fake News, acreditam em um marxismo cultural universal etc. Como podemos pensar o papel de intelectuais de esquerda, principalmente aqueles das Ciências Humanas e Sociais inseridos na vida acadêmica, diante dos negacionistas? É possível estabelecer estratégias de ação eficazes?

Essa é uma questão muito difícil de responder. Falando muito sinceramente, acho que abandonamos, no caso das ciências humanas e sociais, uma perspectiva coletiva de atuação política com base no tipo de conhecimento que somos capazes de produzir. Quando a direita bolsonarista disse que as humanidades não possuem qualquer utilidade e que, por isso, os recursos para a ciência e tecnologia deveriam ser redirecionados para setores estratégicos, ligados à produção econômica, acho que não explicitamos o suficiente a ignorância de tal posição. Não é que as ciências sociais e as humanidades não tenham qualquer utilidade, muito pelo contrário. A verdade é que não temos instituições sólidas que canalizem o uso construtivo do tipo de conhecimento produzido pelas ciências sociais e pelas humanidades, pois vivemos num tipo de capitalismo muito selvagem, em que o privatismo emerge de maneira muito brutal e se alimenta com uma fome de ave de rapina. Nesse sentido, diríamos que vivemos numa “sociedade civil não civilizada”. Essa expressão é do jornalista Jânio de Freitas e Florestan Fernandes gostava muito de utilizá-la. Isso faz parte de nosso padrão de acumulação de capital, baseado na combinação de formas de exploração pré-capitalistas e propriamente capitalistas, e na junção de divisão racial, sexual e social do trabalho. Aliado a isso, estão sendo recriados nexos neocoloniais, pois o país passa por um processo acentuado de reprimarização e desindustrialização, atendendo aos interesses dos grandes conglomerados internacionais. Nossas riquezas foram leiloadas, a exemplo do pré-Sal, e vários postos de trabalho da Petrobrás estão ameaçados, em especial no Nordeste aqui na Bahia. Um Estado desse tipo e a economia domi-

nada por empresas com uma mentalidade tão estreita de capital comercial iriam investir em projetos de planejamento social, nos quais os cientistas sociais e outros profissionais das humanidades poderiam ser absorvidos? Essa é a lógica do pessoal que ocupa o poder executivo, é a lógica predatória do garimpo. Não me parece surpreendente que a família Bolsonaro tenha tido um passado garimpeiro. Há uma reportagem sobre isso do The Intercept\_Brasil. Mas em outros nomes do governo você encontra também essa mentalidade do capital parasitário, ligados à indústria dos planos de saúde. Não era esse o caso do ex-ministro da saúde, o Mandetta, e agora do novo ministro, Nelson Teich? Ou seja, esse pessoal tem uma noção privatista do fundo público e muito patrimonialista do Estado. Então, acho que não se trata apenas de repensarmos o papel das ciências sociais, mas também de lutarmos para criar condições para o aproveitamento construtivo dessas ciências em processos participativos e democráticos de planejamento social ou de “mudanças culturais provocadas”. Não estamos falando de uma coisa nova. Havia um debate muito vivo em torno disso nas décadas de 1950 e 60. Talvez quem mais se preocupou com isso aqui no Brasil e avançou muito no plano da reflexão teórica foi Florestan Fernandes. Ele escreveu vários ensaios sobre a “sociologia aplicada”, pensando a sociologia, e evidentemente as outras ciências sociais, como uma ciência da intervenção social. De igual modo, no livro A sociologia numa era de revolução social ele debateu sobre as condições institucionais de aproveitamento do saber produzido pelo cientista social na melhoria da vida da maioria da população brasileira e ampliação dos seus níveis de participação democrática. Ele focaliza a realidade do Terceiro Mundo, dos países subdesenvolvidos da América Latina. Mas isso era uma preocupação mais geral, que podemos ver nos trabalhos de Octavio Ianni e em sociólogos argentinos. É algo que tenho recuperado com algumas leituras. Um nome muito importante para esse debate é o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. Mas, com a ditadura empresarial-militar de 64, esse tipo de reflexão parece ter se interrompido no Brasil. Passamos por uma reforma universitária que estabeleceu aqui o modelo dos departamentos e impulsionou os cursos de pós-graduação, mas dentro de uma inspiração norte-americana e com a perda do potencial crítico das ciências sociais. Essas foram fragmentadas e especializadas, abandonando em parte a perspectiva da totalidade e aderindo a valores equivocados de avaliação da produção, em termos da notoriedade internacional. Ora, a produção do conhecimento se faz por meio da cooperação internacional, mas no caso das ciências sociais, quando reduzimos o que fazemos a uma mera reprodução ou aplicação do que se produz no exterior em termos das preocupações prevaletentes nos centros culturais hegemônicos, haverá aí um grave problema de alienação intelectual, pois enxergaremos nossos dilemas políticos e históricos a partir de uma perspectiva colonizada. Não estou defendendo aqui uma sorte qualquer de nacionalismo metodológico, mas dizendo que somos capazes de produzir um tipo de conhecimento que nos seria mais

necessário se buscássemos, em alguns casos, dialogar com colegas de outras nações de capitalismo dependente, os quais enfrentam problemas semelhantes e isso não significa repudiar qualquer colaboração com os centros hegemônicos de produção cultural da Europa e Estados Unidos. Essa relação tem que ser de autonomia e igualdade. Aí eu me pergunto qual exatamente a lógica de lermos nos cursos de graduação autores como Anthony Giddens, Parsons, Bourdieu, Habermas, Luhmann etc. O que eu sinto é que esses autores, que podemos considerar fundamentais na teoria social contemporânea, estão muito distantes da realidade dos estudantes de ciências sociais brasileiros. Não estou negando a importância desses autores e, no semestre em curso, que foi interrompido pela pandemia na UFRB, estou trabalhando justamente com todos eles. No entanto, estou fazendo um esforço para discutir qual o sentido de ler tais autores no Brasil e que tipo de crítica podemos fazer a eles, a partir de nossa própria realidade social e de nossos dilemas políticos. Por outro lado, parece-me que há algo muito grave no ensino das ciências sociais no Brasil, pois perdemos os vínculos com as gerações anteriores de cientistas sociais brasileiros e desconhecemos autores fundamentais da América Latina. Por exemplo, no meu curso de graduação em Ciências Sociais só vim ler autores latino-americanos por conta própria, ao terminar o bacharelado. Quando conhecemos essa literatura nos cursos de graduação, ou sua leitura se limita costumeiramente a uma disciplina de um semestre, ou fazemos isso por conta própria. O que se mais lê são os clássicos europeus e as teorias modernas e contemporâneas produzidas nos contextos culturais dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Por mais que tais teorias sejam importantes, elas não dão conta de nossas realidades, apenas muito aproximativamente. E, pior do que isso, no nível cultural termina se reproduzindo as mesmas relações de dependência que vemos ocorrer nos níveis político e econômico. Um exemplo bastaria para ilustrar o que pretendo argumentar: o uso da teoria da modernização na América Latina trouxe graves dificuldades para percebermos as raízes específicas de nossos dilemas sociais. Gosto muito de um texto do antropólogo mexicano Rodolfo Stavenhagen, escrito em meados da década de 1960, Sete teses equivocadas sobre América Latina, em que ele aponta os erros de se aplicar mecanicamente as teorias transplantadas. No caso da teoria da modernização, a divisão estanque entre arcaico e moderno não representa de fato nossa realidade, pois vemos aqui uma combinação muito peculiar de formas arcaicas e modernas nos padrões de dominação política. Também suspeito que essa teoria não seja totalmente verdadeira nas sociedades de capitalismo central. Por fim, tentando responder diretamente à pergunta, eu diria que, para combater a ignorância bolsonarista, o primeiro passo é continuarmos fazendo nosso trabalho, como docentes e pesquisadores nas universidades, mas tentando rever as lacunas de formação que apontei. O segundo passo seria tentar aprofundar e ampliar os canais já existentes de debate com os movimentos sociais, a fim de levarmos os resultados de nossos estudos, nossos

métodos e formas de pensar, para receber um retorno crítico por parte desses movimentos e alterar nossas agendas de estudo em função das necessidades das lutas sociais e de uma formação política mais ampla, um processo de reeducação política no qual nós mesmos temos que nos incluir. Certo que estou pensando aqui na inteligência de esquerda e, se for autenticamente de esquerda, não pode ir com arrogância e querer ensinar aos movimentos sociais, mas aprender coletivamente. Um último caminho talvez seja o de aproveitar todas as oportunidades de realizar pesquisas, para órgãos públicos, que tenham como intuito servir como diagnósticos da situação para propostas de planejamento social e de transformação da vida das pessoas. Isso pode ser tentado de várias formas, em especial com alguma aproximação com órgãos de planejamento social, nacional ou internacionais, porém tendo em mente que, no caso do capitalismo dependente, teremos que lutar contra a mentalidade privatista de muitos gestores das políticas públicas e sociais.

JC: Recentemente, aqui no Brasil, vimos carreatas de empresários que exigiam que o Governo Federal interviesse nos Estados para acabar com o isolamento social para que seus trabalhadores pudessem voltar ao trabalho. Foi sintomático o fato de organizarem carreatas e não passeatas. De seus carros de luxo, a elite esbravejava contra o isolamento social. Logo em seguida, as redes sociais foram tomadas por pessoas de esquerda afirmando que o capitalismo mostrou sua face essencial: é o trabalho, e não o capital, que produz riqueza. Podemos afirmar que o marxismo está mais atual do que nunca?

Já respondi que sim numa pergunta anterior. Considero que a atualidade do marxismo está vinculada à própria existência do sistema capitalista. Enquanto esse sistema persistir, o marxismo será a filosofia do nosso tempo, para parafrasear Sartre. A questão está mais, a meu ver, no poder ideológico de conquista de consensos para o modo atual como a nossa sociedade está organizada e isso é feito de um ponto de vista liberal, ou neoliberal, de manutenção da ordem. As ciências sociais consideradas científicas são aquelas que justificam os valores da ordem existente como simples dados de fato, condições puramente objetivas de organização da vida social tratadas como realidades naturais, sujeitas a leis gerais e, por isso, ahistóricas. Na verdade, essas ciências ditas neutras e objetivas reproduzem a própria estrutura de consciência social de alienação e estranhamento do modo de produção capitalistas, do sistema capitalista, aquilo que István Mészáros chamaria de “determinações de segunda ordem”. Aliás, recomendo como leitura crítica a esse tipo de ciência social, reprodutora de ideologias de dominação, o livro *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, de Mészáros. Ele mostra como a teoria social incorporou vários determinantes do modo de produ-

ção capitalista, limitando seus parâmetros explicativos e pressupostos epistemológicos ao ponto de vista do capital como relações sociais, jurídicas e políticas intocáveis, eternas e naturais. Penso que tais críticas de Mészáros se encaixam como uma luva no funcionalismo parsoniano, mas também nas perspectivas mais contemporâneas da teoria do sistema de Niklas Luhmann. Gostaria de lembrar que críticas desse tipo também foram feitas por Florestan Fernandes, em *A natureza sociológica da sociologia* (1980), e por Clóvis Moura, num livro pouco conhecido chamado *A sociologia posta em questão*, que foi publicado em 1977 ou 1978. O curioso é que Florestan Fernandes e Clóvis Moura assumem ambos uma perspectiva marxista de crítica das ciências sociais e os livros foram escritos na mesma época, mas eles não fazem referência ao outro. Apesar de suas formações muito distintas, eles se aproximam bastante aí e, por isso, me surgiu a ideia de investigar suas aproximações e diferenças epistemológicas. Isso seria uma homenagem também a um grande intelectual hoje pouco lembrado, que é Clóvis Moura. Esses três livros constituem, a meu ver, um debate muito denso sobre as ciências sociais, a partir de uma crítica marxista. Mas gostaria de enfatizar outra coisa presente na formulação da pergunta, que seria essa naturalidade das elites econômicas brasileiras, e as classes médias que lhes são subalternas, de flertarem com a barbárie e o fascismo. Nos anos 60 Florestan Fernandes chamava a isso de “resistência sociopática à mudança”. Essa noção sociológica do autor ainda se faz muito atual. Essa resistência tem raízes na contradição entre capital e trabalho, mas também se vincula ao mandonismo, à mentalidade colonialista e racista das elites brasileiras. Essa é uma maneira de desgastar o próprio patamar e níveis da luta de classes, de modo que os antigos padrões de dominação se articulam com as formas políticas contemporâneas do sistema capitalista. Essas formas políticas, ideológicas e jurídicas, que se amparam na suposta possibilidade de os indivíduos contratarem entre si de maneira livre, em condições de equivalência, mascaram que a produção dos valores, das riquezas, parte do trabalho, uma tese que não é de Marx, mas da própria Economia Política Clássica e que os próprios liberais escamoteiam. De modo que a economia burguesa, seja liberal ou neoliberal, não é coerente com seus próprios pontos de partida ou pressupostos. Marx já demonstrou isso e talvez aspectos da crise da pandemia tendam a tornar isso um pouco mais explícito.

JC: Por fim, quais são os pontos fundamentais que o senhor poderia elencar e explicar para indicar que o capitalismo globalizado neoliberal está realmente inserido em uma nova crise de grandes proporções? É possível afirmar isso?

Há muito tempo que vejo muita gente falar da “crise estrutural” do capital. Concordo que estamos vivendo essa crise e que ela pode alcançar amplas proporções. Mas

acho, por outro lado, que as crises não se resolvem por conta própria. O resultado da crise pode ser um fortalecimento ainda maior do sistema capitalista. Não podemos subestimar o poder da ideologia e todo o conjunto superestrutural de elaboração dessas múltiplas ideologias, como isso chega aos diferentes segmentos da população e como isso constrói consensos em torno da realidade. Por exemplo, vejo muita gente comprando o discurso de Bolsonaro e acreditando piamente que a pandemia mundial, a Covid-19, seria uma farsa montada por grupos que querem derrubar o presidente e isso penetrou na estrutura mental dessa gente; como também vejo toda história do comunismo ser recontada por sites católicos conservadores para dizer que a “liberalização sexual” se iniciou com o marxismo cultural. Sei que Hitler se interessava pela psicologia das massas por conta de seu potencial de manipulação e, parece-me, que isso hoje em dia está sendo intensivamente trabalhado pela direita em nível mundial. Acho que há elementos sim que apontem uma crise estrutural do capitalismo em nível mundial, em especial esses elementos devem ser buscados na análise do capital financeiro, mas não acredito que o socialismo seja inevitável e, sim, que devemos lutar pelo socialismo e organizar politicamente essa luta. Nada de antemão nos garante a vitória e o caminho talvez seja o de aliar essa luta política e cultural à edificação de novas práticas produtivas mais solidárias e efetivamente humanas. Não sei se poderia acrescentar novos elementos para identificar essa crise geral, globalizada, mas acho que ela possui relação com as contradições do capital financeiro, em suas várias facetas, e nas crises cada vez mais violentas que ele provoca, em termos de realização do capital e de reprodução ampliada com base na destruição do próprio capital. Hoje temos graves problemas ambientais de proporção mundial porque o capital precisa destruir a natureza para se reproduzir em escada ampliada e isso cria graves consequências sociais, pois esquecemos que somos parte integrante da própria natureza. Acho que esse talvez seja um elemento que me tenha faltado mencionar. No mais, agradeço por terem me enviado essas perguntas e elas me fizeram refletir bastante.

Adendo à entrevista:

Enquanto já tinha iniciado a responder às perguntas, o conflito entre o ex-juiz Sérgio Moro, agora ex-ministro da justiça, e o presidente Jair Bolsonaro tinha se exacerbado. Nesse sentido, incluí rápidas menções ao acontecimento, o qual ainda se desenvolvia e não tinha chegado a seu desfecho, nas respostas que já estavam prontas. Hoje, dia 24/04/2020, se concretiza a demissão de Moro e isso explicita uma fratura irreversível no bloco de poder do regime bolsonarista. Não há dúvidas de que, se o bolsonarismo vier a se consolidar, estaremos diante de uma ditadura de caráter fascista aberto. Mas isso se torna mais difícil com a saída de Moro, pois explicita uma divisão muito mais profunda



entre as classes dominantes. A meu ver, os ex-ministros da justiça e da saúde, Moro e Mandetta, estão aliviados de terem pulado do barco antes de afundar. Ambos saem do governo alardeados como heróis e como homens públicos corretos, como parece estar sendo vendido por certos setores da mídia televisiva. No entanto, não devemos esquecer que ambos representam o conservadorismo e o reacionarismo nas instituições brasileiras, tendo sido uma das façanhas de Sérgio Moro, na condição anterior de juiz, o esfacelamento de várias das prerrogativas jurídicas do chamado Estado democrático de direito. Foi igualmente na condição de juiz da Lava-Jato que Moro atuou como acusador, atuando como chefe da equipe de procuradores e violando o devido processo legal, ao anular a validade de provas favoráveis à defesa de Lula e condenando sem prova material devidamente estabelecida. Sabemos que o Direito, como instituição, resguarda os interesses fundamentais do capital como forma de exploração. Mas, mesmo assim, Moro foi muito além da própria legalidade burguesa. Por outro lado, houve ao longo de seu mandato como ministro uma notória blindagem da família Bolsonaro e dos escândalos de corrupção que a envolvem, sem falar das suspeitas de envolvimento no assassinato político da vereadora carioca pelo PSOL, Marielle Franco. Ao lado disso, a Polícia Federal passou a investigar as movimentações financeiras do jornalista Glenn Greenwald, logo após o escândalo da Vaza-Jato, evidenciando seu uso como polícia política, já que beneficiava direta ou indiretamente um agente de Estado. O episódio de hoje, entretanto, torna mais plausível a hipótese de um futuro impeachment de Bolsonaro, já que setores da direita poderão, por conta de seus conflitos intestinos, aderirem a essa reivindicação. Isso reforça o que respondi da necessidade urgente de se retirar Bolsonaro, mas não há motivos para qualquer otimismo, pois alijá-lo da cadeira da presidência não significa a derrota da “autocracia burguesa” e do seu monopólio de classe do poder e tudo indica que setores da mídia golpista, no caso a Globo, irá se dedicar agora a viabilizar o nome de Moro como provável candidato das direitas às eleições presidenciais de 2022. Moro possui uma formação ideológica de direita que o vincula à fascistização do judiciário e sua transformação num instrumento de perseguição política de partidos identificados com a esquerda. No entanto, a possibilidade do impeachment existe, mas tudo irá depender da capacidade de Bolsonaro de cooptar o Centrão e do respaldo da sua ala militar. Podemos sair da possibilidade de uma solução fascista, agora talvez mais remota, e cair na velha tradição da “democracia forte”, tutelada pelos militares, como foi no começo da Nova República. Uma saída popular e democrática só será possível quando nós, trabalhadoras e trabalhadores, e as massas populares, assumirmos uma posição anticapitalista, nos organizarmos coletivamente e deixarmos de ser meros espectadores distantes da farsa parlamentar dos donos do poder. Não quero desmerecer, de modo algum, as combativas e combativos deputados e senadores de esquerda, que muitas vezes representam nossa única barreira para os absurdos da política brasileira atual, mas sem uma base social

de massas, democrática e anticapitalista, não iremos a lugar nenhum. A via eleitoral, dentro de uma perspectiva socialista, nunca foi por si só suficiente. A ela devemos reforçar a pressão democrática das massas e das classes trabalhadoras.

## ARTIGOS

## DESASTRE, RISCO E VULNERABILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ENCHENTES E INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE<sup>2</sup>

MARIA DE LOURDES DE CARVALHO FRAGOSO<sup>3</sup>

TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem dos riscos e da vulnerabilidade socioambiental das populações face à intensificação dos desastres naturais, na Mata Sul pernambucana, mais precisamente no município de Escada (PE). Do ponto de vista das estratégias de pesquisa o estudo utilizou a triangulação de métodos, na coleta de dados com a aplicação de questionários com os moradores ribeirinhos, entrevistas semiestruturadas com representantes de associações de bairros e da defesa civil municipal e análise documental. Conclui-se, que o risco as inundações no município são socialmente construídas, decorre da urbanização sem planejamento em cuja base está o padrão socioeconômico, político e ambiental em que a população está inserida.

**Palavras-chave:** Desastres ambientais; Vulnerabilidade; Riscos; Enchentes e inundações.

## DISASTER, RISK AND URBAN VULNERABILITY: AN ANALYSIS BASED UPON FLOODS AND INUNDATIONS IN THE MUNICIPALITY OF ESCADA / PE

### ABSTRACT

The present work aims at accessing the risks and socio-environmental vulnerability of populations in the face of the intensification of natural disasters in the Southern region of Pernambuco, more precisely in the municipality of Escada (PE). From the point of view of the research strategies used, the study applied a triangulation of methods for data collection with the application of questionnaires to the riverside residents, semi-structured interviews with representatives of neighborhood associations and the municipal civil defense as well as documental analysis. The study comes to the conclusion that the risk of floods in the municipality are socially constructed and result mostly from unplanned urbanization which derives from socioeconomic, political and environmental patterns that are available to such populations.

**Keywords:** Environmental Disasters; Vulnerability; Risks; Floods and inundation;

2. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

3. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPE).

4. Doutor em sociologia (UFPE), professor adjunto do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

## Introdução

A degradação dos recursos naturais através da interferência humana vem provocando catástrofes recorrentes no cenário brasileiro. Com a ação antrópica, a natureza, passou a revelar sinais evidentes de estresse (extinção de espécies; estresse hídrico; aquecimento global), o que expressa às contradições entre o modelo de desenvolvimento econômico e a realidade socioambiental. A degradação de alguns importantes ecossistemas brasileiros denuncia que estamos atingindo os limites da capacidade de recuperação da natureza com consequências preocupantes para as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais em que está inserida a população. Para minimizar tais questões, são inegáveis os entraves para o gerenciamento da prevenção e do contingenciamento de desastres naturais no Brasil, as limitações do Estado para fiscalizar o cumprimento da legislação, a insuficiência de políticas públicas, como também a necessidade de um maior aprofundamento no que diz respeito ao conhecimento sobre o metabolismo que regula e controla a relação sociedade/natureza.

Outra questão a considerar é que a ampliação das desigualdades sociais, associadas à distribuição injusta do espaço, das limitadas oportunidades de acesso aos recursos naturais, as populações desfavorecidas, em particular, estão cada vez mais submetidas a riscos e às situações de vulnerabilidade socioambientais provenientes dos desastres naturais. Nesse estudo, entende-se risco como a capacidade que se tem de reduzir, antecipar, sobreviver, resistir, bem como, recuperar-se dos impactos decorrentes dos desastres, enquanto que por vulnerabilidade a exposição ao fator de risco (PORTO, 2007).

Nesse contexto de riscos ambientais, insere-se a Região da Mata Sul Pernambucana, que tem revelado sinais significativos de vulnerabilidade das populações menos favorecidas, observadas, principalmente, pela intensificação dos desastres naturais ocorridos por causa das enchentes e inundações nesse espaço territorial.

Ressalta-se que as tentativas para minimizar os impactos socioambientais negativos desses acontecimentos extremos, têm-se pautado por um predomínio absoluto de intervenções puramente técnicas. Dentre outras temos: construção de barragens, açudes e diques. Percebe-se, nessas decisões, a clara necessidade de um entendimento mais aprofundado e qualificado da dinâmica social e geográfica das áreas suscetíveis à inundação, bem como de uma definição urgente quanto ao destino dos ribeirinhos.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar uma abordagem dos riscos e da vulnerabilidade socioambiental das populações face à intensificação dos desastres naturais, na Mata Sul pernambucana, mais precisamente no município de Escada(PE), com foco nas fortes enchentes e inundações ocorridas no período de 2000 a

2010, analisando os principais determinantes causadores dos respectivos impactos.

Considera-se que o conhecimento dos processos geradores dos desastres naturais nas várias dimensões possibilitará o planejamento e a elaboração de instrumentos de gestão mais eficazes para ações de prevenção, contingenciamento e reconstrução dos danos causados à população.

## 2. O percurso metodológico da pesquisa

Considerando que a temática de estudo, *Desastre, risco e vulnerabilidade urbana: uma análise a partir das enchentes e inundações no município de Escada/PE* requer uma visão holística e interdisciplinar, optou-se pela utilização de referências metodológicas de análise que permitiram entender tais eventos, sob a ótica de acontecimentos que se estruturam ao longo dos tempos e estavam correlacionados a fenômenos naturais, a questões sociais, econômicas e políticas.

Do ponto de vista das estratégias de pesquisa o estudo utilizou a Triangulação de Métodos que, conforme Minayo (2005), estabelece abordagens qualitativas com enfoque interdisciplinar e contextualizado na análise e discussão dos resultados, implicando na utilização de vários métodos no estudo de um problema.

Para a escolha da área de estudo no município de Escada/PE foi adotado o mapeamento das áreas de risco de alagamento e deslizamento realizado pela Coordenadoria da Defesa Civil no ano de 2010. Tomando como base o citado mapeamento foram selecionados para campo de pesquisa quatro bairros com áreas críticas de alagamentos e com diferentes paisagens sociais, sendo eles: Matadouro Velho, Viradouro, Centro parte baixa e bairro do Coqueiro.

Quanto aos instrumentos para coleta de dados, foram adotado no estudo o levantamento bibliográfico, a aplicação de setenta questionários com os moradores ribeirinhos, a utilização de entrevistas semiestruturadas com representantes da defesa civil local e com representantes de associação de bairro, além da análise documental do Plano diretor, da Lei Orgânica Municipal e do Plano de Contingência de Enchentes do município, objetivando aprofundar a compreensão, dos determinantes da vulnerabilidade e dos riscos a enchentes e inundações percebidos.

## 3. Caracterização da área de estudo

O Município de Escada está localizado na Mesorregião Meridional de Pernambuco, na Região de Desenvolvimento da Mata Sul, limitando-se ao norte com o município do Cabo

de Santo Agostinho e Vitória de Santo Antão, ao sul com Sirinhaém e Ribeirão, a leste com Ipojuca e a oeste com a cidade de Primavera.

Ocupa uma área de 347 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 63.517 habitantes (IBGE, 2010), sendo 85% situados na zona urbana e 15% na zona rural. Encontra-se inserido nos domínios das bacias hidrográficas dos rios: Ipojuca, Sirinhaém e do grupo de bacias dos pequenos rios litorâneos, destacando-se: rio Pirapama, Ipojuca, Sapucagi, Pata Choca, Aripibu, Ribeirão e Tapicuru. Dentre os citados, o de maior extensão na cidade é o rio Ipojuca que tem sua nascente no município de Arcoverde e deságua em Suape.

De 1991 a 2010 dados do IBGE (2010) revelam que o município vem apresentando evolução populacional, sendo de forma mais expressiva do ano de 2007 a 2010. Devido sua proximidade em relação ao Complexo Industrial Portuário de Suape, Escada tem sido palco de instalação de novas indústrias. Tal realidade reflete na geração de mais empregos que tem contribuído para diminuir o deslocamento de pessoas do município para outros municípios e outros estados, além de ser atração para indivíduos oriundos de outras localidades.

Porém, a falta de planejamento urbano para atender a crescente demanda populacional tem contribuído para o surgimento de um cenário de ocupações irregulares na cidade, com a instalação de pessoas em áreas precárias e de risco (beira de rio, morros e localidades) favorecendo a formação de aglomerados subnormais. Nesses locais os moradores se tornam mais vulneráveis e em alto risco aos desastres naturais devido às condições socioeconômicas em que estão submetidos, com moradias precárias, sem infraestrutura e falta de saneamento, o que aumenta seu risco as enchentes e inundações.

#### **4. Desastre natural, risco e vulnerabilidade**

Pensar a natureza hoje, e a forma como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza. É bem certo que os impactos socioambientais decorrentes dos processos capitalistas provocaram profundos reflexos na vida da população brasileira, desencadeando riscos e vulnerabilidades que culminaram com uma série de problemas na sociedade atual.

Desde a formação dos primeiros agrupamentos humanos até a concepção das cidades modernas, os desastres naturais têm gerado duros impactos na sociedade (MARCE-LINO, 2008). Na atualidade com o adensamento populacional, a ocupação nas áreas de risco, a falta de planejamento urbano e de investimento em saúde e educação, associadas às baixas condições socioeconômicas da população, esses acontecimentos têm assumido

proporções desastrosas.

Do ponto de vista conceitual conforme Tobin e Montz (1997 *apud* MARCELINO, 2008) um desastre natural é entendido como o resultado de eventos adversos que causam grandes impactos na sociedade, sendo distinguidos principalmente em função de sua origem, isto é, da natureza do fenômeno que o desencadeia. Valencio (2009) afirma que o desastre aparece como desaglutinador da ordem social, ele é a vivência de uma crise e aponta para a sociedade a necessidade da construção de uma nova dinâmica social.

Para entender o fenômeno dos desastres necessitamos pensar a sua complexidade não apenas do ponto de vista natural, pois o problema diz respeito à convergência de várias ameaças (natural, social) que estão interconectados formando uma situação de alto risco ou bacia de risco, conforme afirmam Dagnino e Capri Júnior (2007) apoiados nas ideias de Rebelo (2003).

Portanto, levantar as questões que levam aos impactos é de grande relevância para detectar previamente acontecimentos emergenciais e negativos, bem como para avaliar a atuação das políticas públicas nesse contexto. Para Acselrad (2006), com a noção de risco, busca-se calcular a probabilidade de ocorrência de um agravo em um grupo qualquer com determinada característica e, com a noção de vulnerabilidade, procura-se julgar a suscetibilidade do grupo a esse agravo. Estudos que aprofundem tais discussões são considerados imprescindíveis para a compreensão das características socioambientais, das transformações econômicas e de suas interligações rural-urbanas.

Conforme Porto (2007), o tema vulnerabilidade desvela a dimensão social da complexidade na análise e enfrentamento dos riscos ambientais e ocupacionais em países como o Brasil e contribui para trazer à tona questões éticas, políticas e técnicas que conformam a distribuição dos riscos nos territórios e a capacidade das populações de enfrentá-los. Ao tratar das condições de vulnerabilidade, se evidencia a expressão simultânea da liberdade humana e de seu abuso e, como afirma esse autor (2007, p.158), “ela deriva das opções de desenvolvimento econômico e tecnológico, do poder exercido pelos seres humanos sobre outros ou sobre o funcionamento da natureza, que reage e intervém nos ciclos da vida humana e não humana”.

Para Barcellos (2011), os riscos têm origem no desenvolvimento científico e tecnológico que, apesar de seus avanços positivos, adicionam a esses algumas incertezas. Neste sentido, o crescimento das cidades sem planejamento, o aumento de populações suscetíveis e predispostas a riscos, devido à infraestrutura insuficiente ou inadequada, e a industrialização, provocaram profundas alterações na relação do homem com o ambiente, contribuindo para a degradação ambiental, a escassez de recursos, a poluição, a redução



da qualidade de vida e a vulnerabilidade aos desastres ambientais.

Quanto maior as desigualdades socioeconômicas maiores serão a vulnerabilidade, a dominação e a exploração de populações desfavorecidas por grupos poderosos, o que aumenta a exposição aos riscos ambientais. Segundo Confalonieri (2003), um grupo é considerado vulnerável quando, exposto ao fator perigo, não pode antecipar, lidar com ele, resistir e recuperar-se dos impactos, situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida.

Assim, considerando na Região Nordeste, os desastres mais frequentes atendidos pela Defesa Civil, destacam-se: a seca e as enchentes e inundações. No caso das enchentes e inundações quanto à questão conceitual existe uma distinção entre os respectivos termos, segundo o Ministério das Cidades (2007) enchente ou cheias são definidas pela elevação do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém sem extravasar, enquanto inundação representa o transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a planície de inundação ou área de várzea.

No meio urbano as enchentes e inundações se manifestam em forma de calamidade dada à falta de racionalidade na ocupação e do gerenciamento do espaço urbano. Para Tucci (2005) no Brasil, as inundações mais frequentes estão relacionadas às ações do homem sobre o território e que vem se intensificando com o aumento significativo da urbanização. O autor sinaliza que a falta de planejamento do espaço de risco contribui para a instalação de ocupações irregulares e que investimentos nesse aspecto são utilizados de forma insustentável.

## **5. As enchentes e inundações no município de Escada/PE: entre a explicação do risco, da vulnerabilidade e a percepção da população atingida**

Para analisar os condicionantes econômicos e sociais que contribuem para o aumento dos riscos e da vulnerabilidade socioambiental as enchentes e inundações no município de Escada/PE, adotou-se nesse estudo a investigação com setenta moradores ribeirinhos que foram atingidos por pelo menos um episódio de enchente e/ou inundação no período de 2000 a 2011. Tal período justifica-se pelo fato de ter ocorrido na cidade três eventos de grande dimensão, no ano de 2005, 2010 e 2011.

No ano de 2005, o transbordamento do rio Ipojuca deixou um cenário caótico de destruição na cidade e levou as autoridades a decretarem Estado de Calamidade Pública (ECP), situação reconhecida pelo município através da Lei nº 2341/2012 como anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolu-

midade ou à vida de seus integrantes.

Em 2010 e 2011 aconteceram na cidade, outros eventos de inundação de grande intensidade, com danos e prejuízos incalculáveis, deixando o município em Situação de Emergência (SE). Ressalta-se que, tal circunstância é reconhecida pelo poder público como situação anormal, provocada por desastre, mas com danos superáveis pela comunidade afetada. A coordenadoria municipal de defesa civil (COMDEC, 2010) registrou no ano de 2010, um cenário preocupante de destruição na cidade com 6.045 desalojados, 47 desabrigados e 25.000 afetados, e no ano de 2011, foram notificados 4.000 desalojados, 40 desabrigados, 4.000 deslocados e 20.000 afetados.

Sabe-se que embora as inundações façam parte da dinâmica natural da bacia do rio Ipojuca, esse processo, no município de Escada, ganha dimensões de desastre por questões antrópicas, identificadas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2012) a partir do diagnóstico e mapeamento das áreas com potencial risco alto e muito alto (Fig.1) realizado no mês de abril de 2012, como: ocupação desordenada e irregular das encostas, com construções de moradias em áreas inadequadas, executadas sem supervisão técnica, e obras de drenagem e de contenção de taludes mal dimensionadas. Além da ocupação inadequada de áreas situadas na planície aluvionar do rio Ipojuca (Fig. 2) e seus afluentes, submetidos a enchentes e alagamentos que causam problemas diversos para as moradias instaladas no leito do rio e em sua planície de inundação.

Figura 1: Mapeamento das áreas de risco na zona Urbana no município de Escada/PE



Fonte: Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2012).

**Figura 2:** Residências no bairro Centro em Escada as margens do rio Ipojuca

Fonte: Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2012).

Então, partindo do pressuposto que, no caso de enchentes e inundações, os condicionantes econômicos, sociais e ambientais interagem e estão correlacionados a problemas como: a) ocorrência de eventos naturais extremos; b) as condições socioeconômicas das pessoas; c) ao crescimento populacional, d) à ocupação de áreas ambientalmente impróprias e de risco, e) além da degradação ambiental dos recursos hídricos com a destruição da mata ciliar, da impermeabilização do solo e das interferências nos sistemas de drenagem, sua compreensão permite uma visão holística dos riscos e da vulnerabilidade as enchentes no município de Escada.

Nesse sentido, considerando a ocupação inadequada na planície aluvionar do rio Ipojuca questionou-se os moradores ribeirinhos sobre a quantidade de eventos de enchentes e inundações ocorridos no período de 2000 a 2011. Vinte e três moradores (33%) alegaram ter sofrido três eventos, vinte e dois moradores (31%) quatro ou mais, vinte e um (30%) dois eventos, duas pessoas (3%) salientam ter vivenciado um e duas pessoas não informaram (Gráfico 1).

No entanto, com o trabalho de campo foi possível perceber também que entre os moradores há uma concepção de que só são vítimas desses acontecimentos quando suas casas são invadidas pelas águas provocando prejuízos diretos e perdas materiais, desconsideram os problemas enfrentados por terem suas atividades comprometidas pelo alagamento das ruas, além das consequências na saúde.

Quanto aos danos já sofridos a partir das enchentes a maioria (51 pessoas) salienta ter ficado desalojado, nove já desenvolveram algum tipo de doença relacionada às consequências das enchentes, oito ficaram desabrigados, seis tiveram perdas materiais e

grandes prejuízos econômicos e seis não responderam (Gráfico, 2). Percebe-se que apesar dos prejuízos sofridos, estes são compensados com outros benefícios, como a vantagem da casa estar próxima do centro da cidade, do local de trabalho, o fato de ser proprietário da residência, elementos estes que interferem na decisão dos sujeitos de continuarem vivendo ou migrarem daquela área de risco, uma vez que os benefícios são mais significativos, enquanto que o desastre é apenas uma possibilidade, um risco.

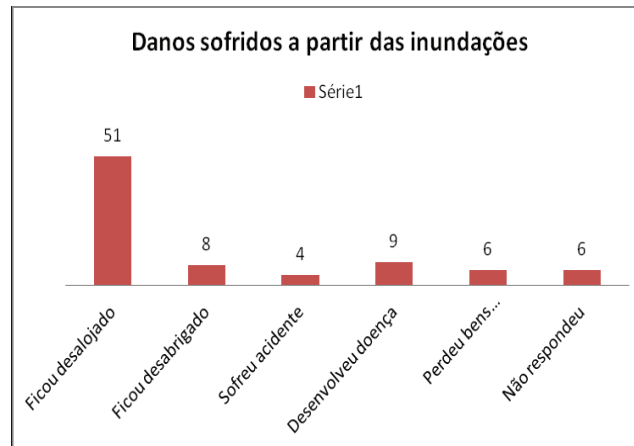
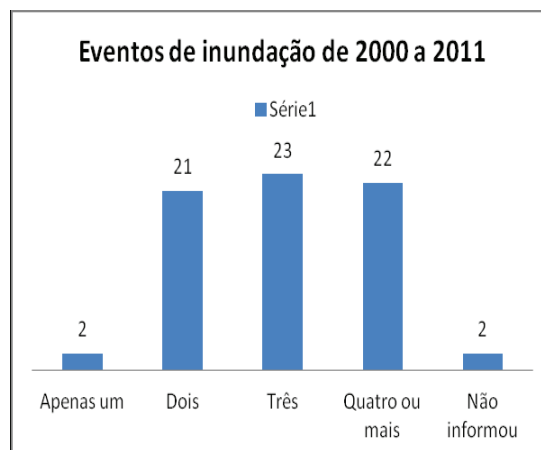


Gráfico 1: Eventos de inundação entre 2000 a 2011

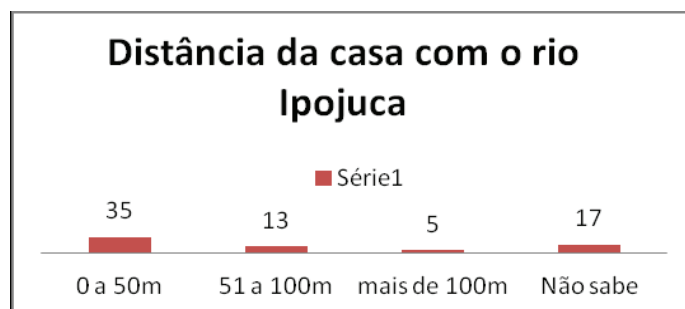
Gráfico 2: Danos sofridos a partir das inundações



Fonte: Elaborado por Fragoso (2012).

Portanto, partindo desse pressuposto e de que apesar da vida ser repleta de riscos, existe uma tendência das pessoas imaginarem que as coisas ruins só acontecem com os outros. Ao questionarmos os moradores sobre a ideia que tinham da proximidade de sua residência para com as margens do rio Ipojuca, obteve-se as respostas apresentadas no gráfico 3.

Gráfico 3: Distância das margens do rio Ipojuca



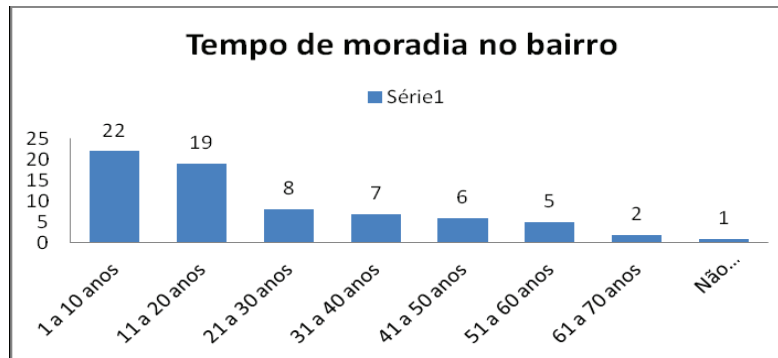
Fonte: Fragoso (2012).

Apesar de 35 moradores declararem que sua residência está localizada a uma distância compreendida entre 0 a 50m do rio Ipojuca, percebe-se nesses e nos demais moradores incertezas quanto a esse aspecto, pois a maioria demonstrou não saber exatamente a resposta, mesmo os que opinaram; ficando evidente que convivem com o risco bem próximo, sem se preocupar com o perigo constante, que só se torna importante quando ameaçados pelas enchentes. Concebem a situação como de normalidade e mesmo que percebam o risco, entendem que ele não se materializa todos os dias. Para Park (1985), Burton, Kates e White (1993) os indivíduos com este comportamento não têm consciência da ameaça, pois julgam sua manifestação ou seus efeitos pouco prováveis.

Para Lima (1997) indivíduos quando se encontram perante um risco estabelecem estratégias cognitivas de adaptação e tendem eliminar o risco, concebendo o ambiente em que vivem como mais seguro. Tal comportamento é visto pelo autor como uma vantagem em termos de adaptação a situação de risco, mas uma dificuldade na adoção de ações de prevenção. No caso das residências do bairro Centro a proximidade com o rio Ipojuca é de poucos metros. Percebem-se a partir dos depoimentos dos moradores, que a situação só incomoda nos períodos de fortes chuvas quando existe ameaça de enchentes.

Sobre o tempo que residem nos bairros pesquisados (Gráfico 4), 22 moradores alegam morar no local de 1 a 10 anos o que corresponde a 31% da amostra, 19 responderam de 11 a 20 anos (27%), 8 de 21 a 30 anos (12%), 7 de 31 a 40 anos (10%), 6 entre 41 e 50 anos (9%), 5 de 51 a 60 anos (7%), 2 de 61 a 70 anos (3%) e uma pessoa não informou.

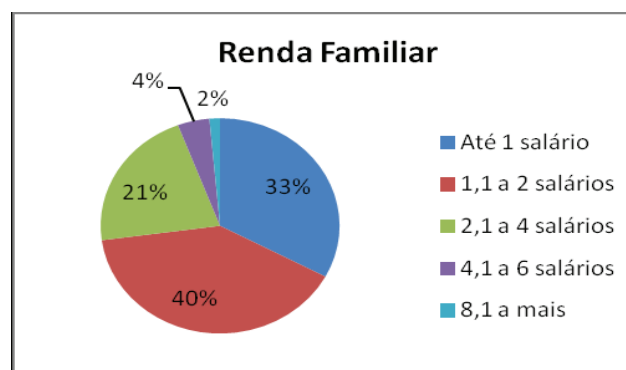
Gráfico 4: Tempo de moradia no bairro



Fonte: Fragoso (2012).

Quanto à renda familiar, 40% declararam receber de um a dois salários mínimos, 33% até um salário mínimo, 21% de dois a quatro, 4% de quatro a seis e apenas 2% alegam ter renda familiar de oito a mais salários. O gráfico 5 expõe tais resultados. No bairro Centro apenas 2 moradores do total de 25 recebem até um salário mínimo, enquanto que no bairro Matadouro Velho 7 dos 15 entrevistados, no Viradouro 9 de 15 e no bairro do Coqueiro 5, dos 15 que foram entrevistados.

Gráfico 5: Renda familiar dos ribeirinhos



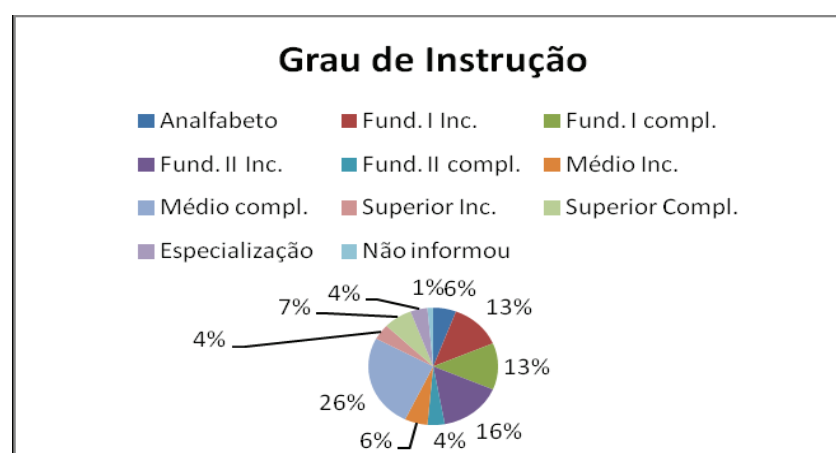
Fonte: Fragoso (2012)

Então, considerando que na amostra 33 famílias são constituídas por 4 a 8 pessoas, e que das setenta, 51 declararam possuir renda de um a dois salários mínimos, conclui-se que estes classificam-se na linha de pobreza ou abaixo, por apresentarem renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, situando-os assim, juntamente ao nível educacio-

nal em condições de vulnerabilidade quando atingidos por desastres naturais.

Quanto ao grau de instrução verifica-se entre os setenta participantes que 26% possuem Ensino Médio, 16% Ensino Fundamental II incompleto, 13% Fundamental I incompleto, 13% Fundamental I completo, 7% tem Curso Superior, 6% são analfabetos, 4% possuem Ensino Fundamental II completo, 4% tem Curso Superior incompleto, 4% tem especialização e 1% não informou (Gráfico 6).

Gráfico 6: Grau de instrução dos ribeirinhos



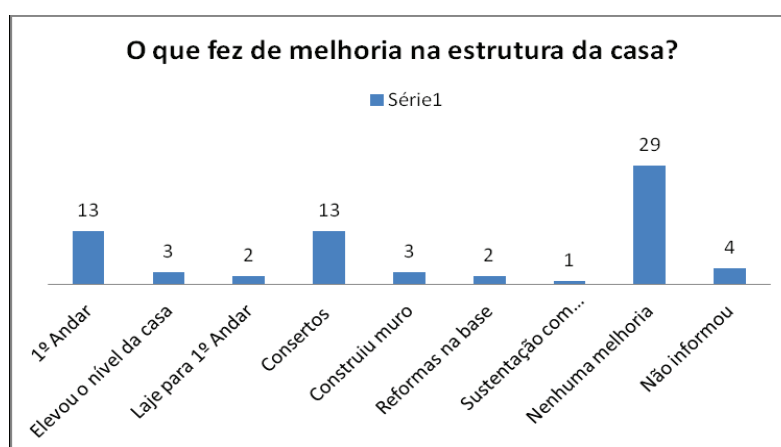
Fonte: Fragoso (2012).

Os dados revelam diferenças socioeconômicas entre os moradores dos bairros pesquisados, apontando melhores condições financeiras e de escolaridade nos que moram no centro da cidade e a existência de um considerável contingente com piores níveis de renda, educação e exposição aos riscos ambientais nos demais bairros. Essas condições tornam essas pessoas com maior vulnerabilidade a qualquer agente perturbador, como as inundações, pois dificulta a tomada de atitudes individuais de melhoria e segurança na moradia, devido às precárias condições socioeconômicas. Tal realidade sinaliza aspectos das desigualdades nos diferentes grupos sociais revelando que os mais pobres, por não dispor de melhores recursos, são os mais ameaçados pelas condições ambientais.

Com o objetivo de detectar as estratégias adotadas pelos moradores para lidar com os riscos e a vulnerabilidade a enchentes foi solicitado que apontassem as atitudes para reduzir os riscos de inundações em sua residência. 31 pessoas responderam não jogar lixo no rio Ipojuca, 28 informaram não ter desenvolvido nenhuma atitude e os demais em menor proporção, que conscientizam sobre o lixo, limpam os canais, esperam a coleta do lixo ou realizam reformas na residência (construir primeiro andar) para resistir às enchentes.

Questionou-se também sobre o que já fez de melhoria na estrutura da casa para reduzir o risco de inundações, 29 sujeitos salientaram não ter realizado nenhuma melhoria, 13 que construíram 1º andar para facilitar o deslocamento durante as enchentes e a segurança da família, 13 que realizaram consertos em pisos, paredes, telhados, 4 não informaram, e os demais que elevou o nível da casa (3), construiu muro (3), colocou laje para construir 1º andar (2), reformas na base (2), sustentação com vigas(1). Os resultados estão representados no gráfico 7.

Gráfico 7: Melhorias na estrutura da casa para reduzir riscos de inundações.



Fonte: Fragoso, (2012).

Entende-se que as condições precárias de moradia resultante da condição socioeconômica em que a população está submetida e a falta de políticas públicas condiciona a pobreza, o abandono e aumenta a situação de calamidade pública aos desastres naturais. As medidas adotadas são paliativas e órfãs dos poderes públicos, pois são medidas não planejadas.

Quanto aos depoimentos dos representantes de associação dos bairros pesquisados, os dados obtidos através das entrevistas, reafirmam o que os moradores denunciam quanto a pouca atuação do poder público nas comunidades ribeirinhas. Consideram enquanto problemática nos bairros, a carência de serviços de saneamento básico, a adoção de medidas apenas emergenciais em caso de enchentes e a ausência de trabalho de conscientização da população sobre os riscos de enchentes.

Assim, pelos dados, entende-se que para elaboração de estratégias de prevenção de desastre é preciso considerar o entendimento que o sujeito tem de risco de enchentes, sua cultura, seus valores e os modos de agir perante as incertezas para perceber as situa-



ções que selecionam individualmente ou em grupo social como ameaçadora. Observa-se pelos resultados que o risco é aceito, ao considerar a quantidade de eventos de enchentes sofridos e a permanência no local, porém por razões diferenciadas como: condições socioeconômicas, apego ao local, tempo de moradia, localização do bairro, e outras.

No que se refere aos procedimentos legais e organizacionais adotados no município que apresentam ações que podem minimizar os impactos dos desastres provocados por enchentes e inundações incluem-se os seguintes instrumentos: o Plano Diretor Participativo, instrumento básico de política municipal territorial para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente urbano e rural, em seu Art. 1º objetiva cumprir a premissa constitucional da garantia das funções sociais da cidade e da propriedade, instituída nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988), no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, através de um dos seus instrumentos que é o Plano Diretor, bem como do art. 117 da Lei Orgânica Municipal.

Quanto à política urbana, a Lei Orgânica Municipal, no capítulo III determina que as margens do rio Ipojuca sejam de interesse social, sendo proibido todo e qualquer tipo de construção até 20 (vinte) metros do seu leito. No Plano Diretor em seu Art. 37 as respectivas áreas, como também de riachos e de açudes situadas na área urbana do município, são classificadas como Área de Proteção Permanente (APP). No Art. 38 do citado plano, ressaltam que o trecho de APP que está situado nas áreas urbanas já consolidadas e ocupadas, localizadas nas margens do rio Ipojuca, principalmente no Centro da cidade, é considerado Área de Consolidação Restrita (ACR) onde deve acontecer a preservação da vegetação e o impedimento de novas construções.

Outra determinação no Plano Diretor quanto à utilização das margens do rio Ipojuca sujeita a alagamentos em períodos de enchente é seu uso para recreação e lazer (plantio de árvores, implantação de ciclovia, pista de Cooper, e outros) com o objetivo de oferecer um espaço público que permita uma melhor qualidade de vida dos moradores. Nessas áreas deve ser evitada a construção de edificações de qualquer natureza que obstrua a paisagem.

Ressalta-se também que para minimizar os problemas causados pelas chuvas, os danos provocados por enchentes e inundações e nortear as ações da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC, 2011) e demais órgãos municipais foi elaborado no município o Plano de Contingência com a finalidade de focar ações de prevenção e socorro para áreas consideradas vulneráveis ao desastre, preservar vidas e restabelecer a situação de normalidade na cidade.

Apesar das determinações legais observa-se no município desacordos quanto a tais

recomendações, pois residências e casas comerciais são localizadas muito próximas das margens do rio Ipojuca, contrariando a legislação vigente. Tal situação tem como pano de fundo o processo histórico de urbanização desordenada que se estabeleceu no município e a má aplicação de uma política de habitação e de desenvolvimento urbano que levou pessoas a ocuparem áreas ambientalmente frágeis, especialmente as margens do rio, ou pela ausência de alternativas de moradores que são proprietários antigos de residências no local e não dispõe de condições financeiras para reforçarem a estrutura e suportarem os impactos gerados pelas inundações.

Outra questão a se destacar são os impactos negativos provenientes da eliminação de lixo orgânico e inorgânico pela população ribeirinha e o despejo de esgoto das residências dentro e nas proximidades do rio Ipojuca, devido à falta de saneamento básico. Além da falta de mata ciliar que contribui para o assoreamento do rio com a deposição de materiais a partir das chuvas.

Portanto, planejamento urbano com medidas de uso e ocupação do território, planos preventivos de desastres naturais, legislação atuante e Educação Ambiental devem ser priorizadas para reduzir os efeitos das catástrofes naturais. Como nos diz Porto (2007) na investigação dos riscos ambientais se faz necessário integrar as diversas dimensões (econômica, cultural, política, social, ambiental, ética) para se entender o problema em sua totalidade e construir ações que sejam eficazes.

## 6. Considerações finais

As calamidades decorrentes de enchentes e inundações acontecem por um conjunto de fatores não só climáticos, mas também por ações antrópicas. A urbanização desenfreada e mal planejada, as carências de infraestrutura, a pobreza, a falta de aplicação ou o desrespeito à legislação ambiental e urbanística, a carência de serviços urbanos, aliada a ocupação de espaços expostos a perigos naturais, contribuem para geração de intensa vulnerabilidade na sociedade, pois limita a capacidade das pessoas de responderem aos impactos provocados por fenômenos naturais.

A ocupação das planícies de inundação, bem como a ocupação de encostas sem nenhum critério técnico ou planejamento tem sido os principais causadores de mortes e de grandes perdas materiais. Não se observa dispositivo de prevenção da ocupação das áreas de risco de enchentes e, a sociedade é mal informada quanto à possibilidade de ocorrência de sinistros, oriundos dos perigos naturais.

Diante de situações socioeconômicas precárias, a população passa a conviver com

os cenários de risco, haja vista a ineficiência das políticas e das ações de planejamento e controle do uso e da ocupação do solo urbano. A ausência de alternativas habitacionais, falta de um programa sistemático de controle de enchentes e inundações que possa analisar o antes, o durante e o depois de sua ocorrência e a adoção de medidas emergenciais de curto prazo no controle desses acontecimentos, são aspectos que contribuem para intensificar os efeitos dos desastres naturais na cidade de Escada.

Então, percebe-se no município a aceitabilidade do risco de enchentes por compensações que justifiquem a exposição ao perigo, no caso estudado, a localização do bairro, o acesso aos serviços urbanos, tempo de moradia no local, proximidade do trabalho e da escola e outros fins. Entende-se que as vantagens oferecidas superam o medo de enchentes.

O aumento do risco de enchentes na cidade resulta da confluência de dimensões sociais, políticas e econômicas que condicionam a ocupação irregular das margens do rio, as condições de habitação, de saúde, de educação, de destruição ambiental e das condições socioeconômicas dos moradores ribeirinhos. Acrescenta-se também a carência de políticas públicas, componentes que torna a população vulnerável a esses acontecimentos.

**Recebido em 28 de junho de 2019.**

**Aprovado em 20 de março de 2020.**

## Referências

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.

BARCELOS, Frederico Cavadas e OLIVEIRA, Sônia Maria M.C. **Novas Fontes de Dados sobre Risco Ambiental e Vulnerabilidade Ambiental**. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4cd.../GT11-848-561.20080509105611>. Acesso em 29.jul.2011.

BURTON, I.; KATES, R. W.; WHITE, G. F. **Emerging Synthesis**. The Environment as Hazard. Second Edition. New York/London, The Guilford Press. 290 p. 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 de dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério das Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 05 de set. 2012.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC/ESCADA. **Plano de contingência de defesa civil**. Escada, 2011.

CONFALONIERI, U.E.C. **Global environmental change and health in Brazil: review of the present situation and proposal for indicators**. Brazilian Perspectives. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio, JUNIOR, Salvador Carpi. **Risco ambiental: conceitos e aplicações**. In: **Revista de climatologia e estudos da paisagem**. n.2 julho/dezembro/2007. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/climatologia/article/viewPDFInterstitial/1026/958>. Acesso em 30 de jun 2008.

ESCADA. **Lei Orgânica da Escada**. A Câmara Municipal Constituinte da Escada, no exercício de suas atribuições constitucionais, em Sessão Solene de 04 de abril de 1990, **promulga a Lei Orgânica do Município**.

\_\_\_\_\_, **Coordenadoria Municipal da Defesa Civil (COMDEC)**. **Avaliação de danos**. COMDEC, 2010.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 2341/2012**. **Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município da Escada/PE e dá outras providências**.

\_\_\_\_\_, Coordenadoria Municipal da Defesa Civil (COMDEC). **Notificação preliminar de desastre**. COMDEC, 2011.

FRAGOSO, Maria de Lourdes de Carvalho. **Desastre, risco e vulnerabilidade socioambiental no território da mata sul de Pernambuco**. 2013. 133p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, Maria Luísa. **Contributos para o estudo da representação do risco**. Informação Técnica: Ecologia Social ITECS, Lisboa, 1997.

MARCELINO, E. V. **Desastres Naturais e Geotecnologias: Conceitos Básicos**. Caderno Didático nº 1. INPE/CRS, Santa Maria, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.); ASSIS, Simone G.(ORG.); SOUZA, Edinilsa Ramos de (ORG.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

REBELO, F. **Uma experiência europeia em riscos naturais**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.

PARK, C. **Environmental hazards**. London: Macmillan Education, 1985.

PLANO DIRETOR. **Município de Escada**. Lei nº 2155/2006.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos - princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). **Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa - Escada/Pernambuco**, 2012.

TOBIN, G.A; MONTZ, B.E. **Natural hazards: explanation and integration**. The Guilford Press. New York, 1997.

TUCCI, Carlos E. M. **Gestão das Inundações Urbanas**. Porto Alegre - RS/ Brasil, 2005.

VALENCIO, Norma *et al.* **Sociologia dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

## CONDIÇÕES DAS JUVENTUDES RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE: DA MIGRAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>5</sup>

ARTHUR SALDANHA DOS SANTOS<sup>6</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo levantar algumas reflexões sobre os desafios da juventude rural e sua relação com a migração e as políticas públicas. Para esse procedimento, a base metodológica centralizou-se em referências interdisciplinares sobre os assuntos. Por conclusão, é evidenciado que a juventude rural consiste numa categoria social complexa de estudos na contemporaneidade, na qual as políticas públicas ao se relacionarem, se configuram em mecanismos que influenciam de modo decisivo no processo migratório.

**Palavras-chave:** Contemporaneidade; Juventude Rural; Migração; Políticas Públicas.

## CONDITIONS OF CONTEMPORARY YOUTH IN RURAL AREAS: FROM MIGRATION TO PUBLIC POLICIES

### ABSTRACT

This paper aims to raise some reflections on the challenges of rural youth and their relationship with migration and public policies. For this procedure, the methodological basis was centered on interdisciplinary references on the subjects. In conclusion, it is evident that rural youth consists of a complex social category of studies in contemporary times, in which public policies, when related, are configured in mechanisms that decisively influence the migratory process.

**Keywords:** Contemporaneity; Rural Youth; Migration; Public Policies.

---

5. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

6. Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestre pelo Curso Associado entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) em Sociedade, Ambiente e Território (PPG-SAT). Bacharel em Humanidades pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

## Introdução

Nos últimos anos, os estudos sobre as juventudes rurais têm convergido nos entendimentos sobre duas principais situações problemáticas nas condições de reprodução social na agricultura familiar e que podem ser consideradas ‘clássicas’ na Sociologia Rural: a emigração da juventude rural e a sucessão familiar. Ambas as problemáticas estão enraizadas na tendência dos jovens a migrar das áreas rurais na busca por melhores condições de vida, a partir da aproximação entre o campo e a cidade possibilitado pelas transformações propiciadas pelas consequências da modernização (CHAMPAGNE, 1986; ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER et al., 2000; CARNEIRO, 2001; 2005; 2007; CASTRO, 2009; BRUMER, 2007; 2014; WEISHEIMER, 2007; WANDERLEY, 2007; SPANEVELLO, 2008; CORADINI, 2015; DOS SANTOS, 2017).

Estes apontamentos encaminham para a necessidade da definição de agricultura familiar e sua complexidade apresentada na transformação. Há um consenso nos referenciais utilizados, que consideram a noção de agricultura familiar frágil do ponto de vista analítico e de sua utilização. Tais trabalhos elencam a não existência na realidade brasileira de consenso sobre quais categorias de agricultores se encaixariam nesta conformação, sejam elas referentes a campesinato ou pequena produção, por exemplo.

Construir uma abordagem conceitual para a agricultura familiar, torna-se uma tarefa problemática, já que as bases sólidas de ponto de partida nessa compreensão residem apenas no amplo entendimento sobre o caráter familiar desse tipo de produção, bem como estruturais em termos de tamanho de terra e número de indivíduos residentes nos estabelecimentos rurais. São necessárias reflexões que levem em consideração, além da diversidade social, as condições econômicas e produtivas da agricultura familiar na realidade local (ABRAMOVAY, et al., 1998; SPANEVELLO, 2008; SCHNEIDER, 2009).

Nesta contextualização, a participação dos jovens nas unidades de produção familiar pode ser vista como potencial nas continuidades das atividades da família, ao viabilizar para a agricultura familiar, novas experiências obtidas nas relações estabelecidas com a vivência na cidade. Contudo, para a compreensão dessa situação em caráter pontual, devem-se levar em consideração as especificidades das configurações sociais que caracterizam as diversas práticas de agricultura familiar em contextos específicos.

Para o jovem assumir a responsabilidade na gestão administrativa da unidade familiar ou participar da tomada de decisão sobre o patrimônio da família, só para destacar alguns aspectos, depende não só das condições econômicas da família, mas também, dos tipos de atividades desenvolvidas na unidade produtiva, dos papéis assumidos pelos membros, do nível educacional, da qualificação profissional, das relações entre os membros

da família e das expectativas profissionais dos indivíduos, sobretudo os jovens (BRUMER, 2014).

Com o aumento da expectativa de vida estas condições são somadas a outras variações que contribuem para a situação juvenil no espaço rural. Ao alcançar a idade adulta, em tese, os jovens estariam prontos para assumirem as atividades produtivas da família, bem como participarem na tomada de decisões e gestão tanto da unidade de produção quanto em cooperativas de produtores. Contudo, este processo torna-se problemático ao coincidir o ‘amadurecimento juvenil’ com as condições não tão avançadas de seus pais em termos de idade. Há, nessa perspectiva, o que seria um conflito entre gerações, na qual as perspectivas dos jovens ‘colidem’ com as perspectivas dos pais no quesito posição ocupada na unidade de produção familiar, sobretudo, quando se relaciona à gestão (BRUMER, 2014).

Além dessas condições, a permanência dos jovens no espaço rural familiar dependerá também da “viabilidade econômica do empreendimento”, que permita a autonomia desses jovens em relação a seus pais; da qualificação alcançada, que permita o acesso ao mercado competitivo; da conciliação de trabalho que permita a complementação da renda mensal obtida nas atividades agrícolas; “das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias”; “das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças dessas”; da realização profissional relacionada à atividade desenvolvida no campo; bem como da satisfação pessoal com a vivência e reprodução no campo (BRUMER, 2014, p. 223-224).

As análises apresentadas por Brumer (2014) sobre os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar, apresentam outros apontamentos interessantes que podem auxiliar este projeto de pesquisa. Ao realizar uma pesquisa com outra autora na região Sul do Brasil, ela percebe que a sucessão familiar está também ligada à relação de gênero e ao interesse educacional dos indivíduos. Além de terem maiores chances em serem sucessores nas terras dos pais, os rapazes superam as moças na formação em cursos técnicos agrícolas, bem como conhecem melhor as políticas públicas para a agricultura familiar. As moças, por sua vez, apresentam maiores interesses em continuar os estudos (já nas cidades) e inserirem-se em atividades profissionais nos espaços urbanos, deixando as atividades do campo de lado. As escolhas das moças, contudo, são orientadas pelas condições apresentadas a partir da sua situação ao não ser membro privilegiado na herança da terra, bem como pelos seus papéis desenvolvidos no contexto da divisão do trabalho familiar desigual e não vantajoso.

Tais situações, apontam para “uma divisão do trabalho caracterizada pela hegemonia masculina na gestão dos estabelecimentos agrícolas familiares”, bem como para “a



centralização das decisões referentes ao uso dos recursos obtidos com a venda dos produtos agropecuários, contatos com os técnicos agrícolas e agrônomos e a participação em cooperativas e sindicatos”. (BRUMER, 2014, p. 224).

É a partir dessa análise que devem partir as percepções sobre os encaminhamentos apresentados pelas políticas públicas que buscam fixar a população jovem no campo, fornecendo meios e subsídios para este processo. Tais processos precisam levar em consideração os interesses apresentados por estes jovens, bem como a sua realidade de sobrevivência e inserção social no espaço rural, buscando integrar as expectativas que orientam as ações destes indivíduos, com os potenciais das políticas.

## 2. Juventude rural enquanto unidade de análise

A juventude como categoria social nas compreensões mais atuais representa constituições e sentidos próprios com o advento da modernidade. Isso nos leva a perceber que “seus significados, características e papéis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente” (WEISHEIMER, 2009, p. 51).

A modernidade enquanto período histórico, é caracterizada por apresentar o rompimento com as tradições. Esta observação está pautada nas “intensas transformações sociais, culturais e econômicas; a ampliação da diferenciação social; da especialização e da relativa autonomia das instituições; assim como a crescente racionalização, burocratização e secularização da vida”. A juventude encontra-se, portanto, nesse contexto em transformação, com características próprias e conformações peculiares que resultam tanto das dimensões sociais quanto das dimensões históricas. Assim, ao emergir com o desenvolvimento do capitalismo, a noção de juventude carrega então percepções diferenciadas: a partir da organização familiar ao evidenciar “convívio mais estreito e íntimo” na preparação dos filhos para o convívio social, e, como resultado de um “fenômeno social moderno”, justificado pela condição educacional juvenil ao separar-se, socialmente, os jovens em período de formação escolar de um nível privado para o nível público. Etapa esta, que desemboca na inserção socioprofissional dos jovens no mercado de trabalho já como adultos, qualificados e não dependentes de auxílio educacional ou tutela (WEISHEIMER, 2009, p. 52).

Nas Ciências Sociais, em especial na Sociologia da Juventude, a categoria juventude é tratada como tema de pesquisa desde as transformações sociais que resultaram do desenvolvimento do capitalismo e de seu modo de dominação. Neste contexto, algumas situações chamavam a atenção dos pesquisadores ao apresentar “como efeitos o abandono, o aumento da criminalidade juvenil e toda uma série de violências contra jovens como,

por exemplo, a doméstica e o abuso sexual praticado por pessoas em situações de vantagem em relação a suas vítimas”. A condição juvenil torna-se interesse de diversas áreas científicas que buscavam respostas racionalistas e objetivistas para suas relações com o contexto em pauta, bem como para suas configurações peculiares (WEISHEIMER, 2009, p. 57).

Já a partir dos anos 1960, os estudos culturais atribuem aos entendimentos das culturas juvenis novas percepções. Passam a ser destaque para os interesses das Ciências Sociais, as formas como são representados coletivamente os estilos de vida da população jovem, destacando seu potencial na sociedade de consumo, por meio de vestimentas, práticas esportivas, gostos musicais, linguagem etc. Na indústria cultural ganha força do que seria uma “moda jovem”, representando tanto o padrão estético quanto de consumo bem peculiares às juventudes modernas. A juventude passa a representar, a partir disso, não mais as faixas etárias, mas sim os estilos de vida adotados pelos indivíduos (WEISHEIMER, 2009, p. 80).

Para Weisheimer (2009, p. 80), o destaque dessa transformação no entendimento da juventude pela indústria cultural está não só nas novas compreensões do que ser jovem como produto cultural, mas sim, em como a própria cultura é modificada pela condição juvenil de seu contexto, modificando seus interesses a partir de temas e problemas da juventude. As implicações disso podem ser visualizadas na integração social desse grupo, uma vez que por ser “estilo de vida”, o ser jovem rompe com as fronteiras e passa a agregar diferentes indivíduos, em diferentes localidades, com idades diversas, com diferentes condições econômicas e de classe, à sua dinâmica própria de existência.

A juventude rural por fazer parte deste contexto de modernização, não está isenta destas transformações ou dinâmicas de vida. Anteriormente, o estilo jovem, conforme percebido na indústria cultural, era um perfil tipicamente urbano, já que os jovens do campo contavam com outros perfis. Contudo, com o desenvolvimento, principalmente, dos meios de comunicação e dos transportes houve a aproximação entre campo e cidade, favorecendo assim a absorção de práticas e costumes da juventude urbana por jovens rurais.

Pierre Bourdieu desenvolveu um estudo na França nos anos 1960, demonstrando como os padrões culturais vindos da cidade são absorvidos pela população rural, desembocando em diferenciações sociais não só para as populações do campo, mas também nas diferenciações entre jovens da cidade e do meio rural. Tais perspectivas são extraídas da condição civil dos indivíduos e diferenciadas pela localização da residência e pelo sexo.

As alterações nos arranjos matrimoniais puderam ser percebidas a partir do mo-

mento em que é passado de uma decisão familiar patriarcal para as decisões individuais dos cônjuges. Essa nova situação passou a contar, no contexto analisado por Bourdieu (2006), com dinâmicas peculiares que pudessem propiciar aos interessados, as trocas de relacionamentos, se conhecerem e casarem. O Baile de Natal simboliza esta situação na sociedade analisada, representando um momento socialmente aceito, de encontro entre indivíduos em um mesmo espaço de tensão e descontração. Ao observar o desenrolar da festa, o autor percebe especificidades nos comportamentos e vestimentas dos indivíduos que retratam a complexidade da relação entre rural-urbano.

De um lado estavam casais dançando na pista os ritmos musicais do momento, de outro lado estavam os mais velhos que assistiam dos cantos aquela dinâmica de interação. As moças apresentavam maior adesão aos comportamentos típicos da cidade ao se vestirem e pentearem de maneira similar às moças urbanas. Já os homens do campo apresentam perfis mais ‘rústicos’ tanto de comportamento quanto vestimenta, se diferenciando consideravelmente dos homens da cidade. Em parte, as explicações para estes comportamentos estão na capacidade das moças em absorverem com maior facilidade os estilos de vida nas cidades em comparação com os homens.

Para Bourdieu (2006, p. 85), “esse pequeno baile do interior dá ocasião a um verdadeiro choque de civilizações. Nele é todo o mundo da cidade, com seus modelos culturais, sua música, suas danças, suas técnicas corporais, que irrompe na vida camponesa”. As técnicas corporais representam, portanto, o contexto cultural desses indivíduos, que ao se interagirem socialmente, deixam transparecer seus perfis.

É nessa perspectiva que os jovens do campo são caracterizados a partir do “*habitus* do camponês”, com comportamentos e estilos de vida distintos da cidade e representativos de uma realidade ‘isolada’ e ‘atrasada’. Tal contexto cultural incidirá nas motivações desses jovens em se adequarem da melhor forma aos padrões da cidade, a fim de não serem estereotipados como jovens do campo. A internalização da existência de um estilo que seja peculiar ao campo é que explica, muitas das vezes, a dificuldades dos jovens em adentrar as interações sociais ‘vistas’ como interações típicas da cidade (BOURDIEU, 2006, p. 85).

O temor do ridículo e a timidez estão ligados a uma consciência penetrante de si mesmo e de seu corpo, a uma consciência fascinada pelo estado físico. Assim, tal aversão à dança nada mais é que uma manifestação dessa consciência penetrante da condição camponesa, que também se exprime, como já se viu, no riso e na ironia em relação a si mesmo; especialmente nas histórias jocosas cujo anti-herói é sempre o camponês confrontado com o mundo da cidade (BOURDIEU, 2006, p. 87).

Tais percepções sociais, juntamente com as condições econômicas, vão incidir nos tipos de relacionamentos construídos pelos jovens, justificando se casarão ou não. Este estudo apresentado por Bourdieu potencializa, em primeiro passo, a especificidade da juventude rural, bem como sinaliza para a necessidade de seu estudo enquanto categoria social. A juventude rural pode ser compreendida, portanto, a partir das diferentes dimensões que consigam qualificar a sua situação em contextos delimitados.

Como ponto de partida nessa compreensão, é preciso, contudo, especificar sobre quem são estes jovens em termos de idade. Um apontamento é dado por Brumer (2007) ao ressaltar que baseado na recorrência de seu uso, a juventude é tratada enquanto categoria de análise, a partir de considerações comuns sobre a faixa etária de 15 a 24 anos. Contudo, deve-se levar em consideração, conforme orienta a autora, que este recorte etário não deve ser fixado, podendo variar de acordo com as classes sociais, as sociedades, da autoidentificação, bem como a partir do reconhecimento de outros indivíduos. São variações que partem da noção de tempo adotado em cada situação específica, devendo ser contextualizada e analisada separadamente em cada realidade empírica.

### **3. A migração como processo social: da inconstância às fundamentações estruturais**

Os estudos sobre as juventudes rurais têm convergido, consideravelmente, nos entendimentos sobre duas principais situações problemáticas na agricultura familiar e que podem ser consideradas ‘clássicas’ na Sociologia Rural: a emigração da juventude rural e a sucessão familiar. Ambas as problemáticas estão enraizadas na tendência dos jovens a migrar das áreas rurais na busca por melhores condições de vida, a partir da aproximação entre o campo e a cidade por meio da modernização (CHAMPAGNE, 1986; ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER et al., 2000; CARNEIRO, 2001; 2005; 2007; CASTRO, 2005; BRUMER, 2007; 2014; WANDERLEY, 2007; WEISHEIMER, 2007; SPANEVELLO, 2008; CORADINI, 2015).

Para Brumer (2007, p. 35-36), a emigração da juventude rural e as condições da sucessão familiar configuram-se em problemáticas na pós-modernidade ao associarem-se aos interesses dos jovens que reivindicam seus lugares na sociedade. Lugares estes alcançados por meio de “maior visibilidade” ou pela “formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer”. Tais situações resultam das “mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas no bojo do avanço do capitalismo para a fase da globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e do sistema de comunicações”. A mudança comportamental da juventude do campo diz respeito à visão desses jovens sobre a vida no meio rural, cujos potenciais e desafios dessa condição de vida passam a ser analisados e sistematizados por essa população.

A migração juvenil, com maior intensidade na década de 1980, pode ser vista como alternativa por jovens rurais que não percebiam nas atividades agrícolas da família, potencial de sobrevivência ou garantia de seus interesses (sociais e econômicos). A busca por empregos em condições assalariadas nas cidades, passou a ser a opção estratégica mais acessada pelos jovens do campo, que ao saírem colocavam em xeque a situação de sucessão geracional nas unidades de produção familiar, basta analisar rapidamente o êxodo rural e a diminuição dos estabelecimentos rurais neste contexto (CHAMPAGNE, 1986).

Para Brumer (2007, p. 37), a migração juvenil das unidades familiares está associada, de início, a dois aspectos: por um lado a busca dos jovens por maior autonomia em relação aos seus pais, e, por outro lado, a possibilidade de acesso a uma renda própria e fixa, permitida por meio do salário. Como ponto positivo para a sobrevivência no campo, os jovens observam apenas a “relativa autonomia produtiva do agricultor”, por não depender de um patrão para a sua reprodução socioeconômica. A autora, apoiando-se nas análises de Wanderley (2004), destaca que os jovens apresentam ainda como ponto positivo para a sobrevivência no campo, a relativa capacidade que os produtores têm em garantir o acesso direto aos alimentos sem a mediação da economia mercantil típica das cidades.

Estes aspectos representam a ‘crise de identidade social’ das juventudes rurais, evidenciada no rompimento dos acordos sociais estabelecidos na unidade familiar (a sucessão da terra), com a rejeição das atividades agrícolas por parte destes jovens. Na tentativa de equalizar a balança e determinar seu futuro, os jovens comparam, a partir de uma série de condições sociais e econômicas, as dinâmicas de vida no campo com as possibilidades apresentadas pela vivência na cidade (CHAMPAGNE, 1986; BRUMER, 2007).

Outro aspecto que resulta da migração juvenil é a relativa masculinização do campo, especialmente no Rio Grande do Sul (BRUMER, 2004; 2007; 2008; 2014; SPANEVELLO, 2008; CORADINI, 2015). Este fenômeno social suscita não só o debate de gênero no meio rural, como também fortalece a problemática da sucessão geracional na agricultura familiar.

A diferenciação entre moças e rapazes sobre as decisões de migração está associada não só à dificuldade para as mulheres jovens, quando comparadas com os homens, em herdar a terra da família. Esta diferenciação está no fato de “elas diferenciarem-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar” exercendo apenas atividades consideradas auxiliares (BRUMER, 2007, p. 39).

O ponto de vista apresentado por Brumer (2007, p. 39), contribui ainda para destacar que “a falta de renda e de autonomia age de maneira diferenciada sobre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos nos seus contextos rurais. Acrescenta-se ainda à problemática da migração juvenil, outro estudo de Brumer (2014), evidenciando tanto a busca pela diminuição do esforço físico quanto a proteção à saúde, como potenciais nas motivações dos jovens em deixar o campo, representando a complexidade da reprodução geracional na agricultura familiar.

A saída dos jovens das atividades agrícolas da família para as cidades ou outras localidades no meio rural, representa as estratégias adotadas pelas famílias a fim de garantir a continuidade do estabelecimento familiar. A saída de alguns filhos, pressupõe a possibilidade de complementação da renda familiar e a responsabilidade de continuação da reprodução da terra pelo sucessor escolhido pelos pais.

É necessário destacar ainda que, por centrar-se em produção familiar de pequena escala, a unidade de produção da agricultura familiar é estruturada numa porção de terra relativamente inferior à capacidade de agregar todos os filhos e suas famílias estabelecidas, sendo destinado para herdar a terra e dar continuidade aos trabalhos da família, apenas um dos filhos. Esta dinâmica segue padrões peculiares para cada realidade produtiva, podendo ser conflituosa quando os filhos a migrarem, não aceitam seus destinos ou quando o sucessor escolhe não ser o responsável por ficar na propriedade.

A sucessão familiar, portanto, não diz respeito apenas a dimensão reprodutiva da terra, mas também ao conjunto de ordens sociais e dimensões simbólicas associadas a esta condição apresentada pela unidade familiar (WOORTMANN, 1995; ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER, 2007; 2008; 2014; SPANEVELLO, 2008).

A existência da maior recorrência da saída das mulheres do campo pode ser justificada pela condição da sucessão que privilegia o homem na herança da terra. A possibilidade da mulher a este direito está atrelada a não existência de filhos homens para este processo. Nestes termos, a sucessão familiar apresenta diferenciações sociais baseadas nas relações de gênero, pela qual são evidenciadas as relações de poder (dominação e subordinação) entre homens e mulheres na esfera rural (SPANEVELLO, 2008).

Conforme orienta Brumer (2007), ao concluir suas percepções sobre a problemática dos jovens rurais na pós-modernidade, elenca que os estudos sobre a situação dos jovens rurais na atualidade devem levar em consideração, além das especificidades dos contextos locais, as motivações presentes não na saída desses jovens do campo, mas sim, a partir das explicações para a sua permanência nestes espaços. É preciso desenvolver estudos que consigam examinar os diferentes aspectos que permitem a permanência dos jovens no

espaço rural, bem como que considerem a inclusão da perspectiva de gênero como forma de compreensão da gestão adotada na unidade produtiva familiar.

Ao propor um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural, Valmir Luiz Stropasolas entende que:

As representações e as práticas dos jovens que se mobilizam nos diferentes espaços sociais das pequenas localidades, assumindo a inovação e alguns aspectos ressignificados da modernidade mas ancorados em determinados alicerces valorativos que compõem tradicionalmente o patrimônio cultural familiar, proporcionam algumas pistas a partir das quais podemos levantar as especulações científicas e projetar a nossa contribuição no processo de inserção dos jovens rurais na sociedade (STROPASOLAS, 2007, p. 283).

As juventudes rurais integram o contexto social marcado pelo “alargamento do mundo cultural”, em que as dimensões valorativas e simbólicas são refletidas no imaginário da juventude que almeja a extração das possibilidades apresentadas tanto pelo campo quanto pela cidade. Esta situação é marcada pelas demandas dos jovens à inclusão digital e ao acesso à informação, como mecanismos de integração social desses jovens não só no espaço urbano, mas também no espaço rural (STROPASOLAS, 2007).

As implicações dessa integração social podem ser visualizadas nas demandas apresentadas pelos jovens em participações coletivas, por maior diálogo “intra” e “intergeracional”. Nestas situações, são ressaltadas a maior visibilidade de sua situação em termos de “reprodução de hierarquias e desigualdades sociais e econômicas, bem como das diversas formas de estigmatização existentes, como também problematizam os padrões culturais e os vieses de gênero e gerações existentes”. As articulações sociais formadas em torno da situação das juventudes, buscam, portanto, “[...] cada vez mais, ter vez e voz nos espaços públicos e nos processos decisórios, seja das instituições representativas ou mesmo das unidades de produção agrícola familiar (STROPASOLAS, 2007, p. 289).

Nos estabelecimentos rurais, tanto a participação quanto os interesses dos jovens na inserção em atividades agrícolas, dependem da conjugação de uma série de fatores. Conforme destaca Brumer (2014, p. 223),

A transferência das responsabilidades pela administração (gestão) dos estabelecimentos agrícolas familiares e do poder (e capacidade) de utilização do patrimônio depende das condições econômicas da família - propriedades maiores ou menores, atividades mais ou menos rentáveis, maior concentração ou diversificação de atividades -, do número de filhos (e de herdeiros), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiros(as), da forma como os jovens são inseridos nas relações familiares e de suas aspirações profissionais.

Estas condições tendem a se complicar com o passar dos anos, dado o aumento da expectativa de vida humana. Nesta situação, ao atingirem a idade adulta os jovens encontram dificuldades na tentativa de inserção no trabalho em estabelecimentos familiares, uma vez que seus pais relativamente são jovens. Há dessa forma, um “descompasso entre o ciclo de vida dos pais e o ciclo de vida dos filhos”. Além dessas condições, a permanência dos jovens no espaço rural familiar dependerá também da “viabilidade econômica do empreendimento”, que permita a autonomia desses jovens em relação a seus pais; da qualificação alcançada, que permita o acesso ao mercado competitivo; da conciliação de trabalho que permita a complementação da renda mensal obtida nas atividades agrícolas; “das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias”; “das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças dessas”; da realização profissional relacionada à atividade desenvolvida no campo; bem como da satisfação pessoal com a vivência e reprodução no campo (BRUMER, 2014, p. 223-224).

Conforme abordado ao longo do texto, as desigualdades entre os papéis desenvolvidos pelas mulheres e pelos homens no meio rural, têm levado a caminhos distintos em termos de ocupação não agrícola e interesses em permanência no campo. Ao analisar as situações de reprodução social das juventudes no campo, deve-se considerar os aspectos que são inerentes às vontades do indivíduo e os aspectos inerentes à condição socioproductiva de seu engajamento na realidade local.

As análises apresentadas por Brumer (2014) sobre os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar, apresentam outros apontamentos interessantes que podem auxiliar neste trabalho. Ao realizar uma pesquisa com outra autora na região Sul do Brasil, ela percebe que a sucessão familiar está também ligada à relação de gênero e ao interesse educacional dos indivíduos. Além de terem maiores chances em serem sucessores nas terras dos pais, os rapazes superam as moças na formação em cursos técnicos agrícolas, bem como conhecem melhor as políticas públicas para a agricultura familiar. As moças, por sua vez, apresentam maiores interesses em continuar os estudos (já nas cidades) e inserirem-se em atividades profissionais nos espaços urbanos, deixando as atividades do campo de lado.

Tais situações, apontam para “uma divisão do trabalho caracterizada pela hegemonia masculina na gestão dos estabelecimentos agrícolas familiares”, bem como para “a centralização das decisões referentes ao uso dos recursos obtidos com a venda dos produtos agropecuários, contatos com os técnicos agrícolas e agrônomos e a participação em cooperativas e sindicatos”. (BRUMER, 2014, p. 224).

A perspectiva de gênero, embora não seja central neste trabalho, deve ser anali-



sada no desenvolvimento de políticas públicas para as juventudes rurais, uma vez que tal aspecto diz muito sobre as condições sociais que se encontram os indivíduos no espaço rural. Este apontamento sinaliza ainda para os desafios enfrentados por essas políticas públicas para se adequarem à realidade local, levando-se em consideração a diferenciação de papéis sociais assumidos pelos homens e mulheres nas realidades produtivas.

Portanto, as concepções sobre as juventudes rurais podem ser desenvolvidas a partir das considerações das multiplicidades sobre a sua situação social. Torna-se necessário, portanto, desenvolver perspectivas analíticas que levem em consideração os potenciais das participações juvenis nas conformações da agricultura familiar e nas instituições representativas, por exemplo, nas cooperativas de produtores familiares. Por buscarem acessar os potenciais fornecidos tanto pela cidade quanto pelo campo, as juventudes representam o mecanismo aglutinador dos avanços, em termos de conhecimentos e experiências coletivas, para a promoção de novas perspectivas para a agricultura.

#### 4. A migração e sua relação com o campo

A partir do recorte apresentado no tópico anterior, a migração torna-se uma forma de sobrevivência e reprodução no meio rural, envolvendo as dimensões social e familiar dos aspectos inerentes a este modo de vida. Dessa forma,

*migrar ou não poderá depender, então, não só da sazonalidade ou da alternância de anos bons e ruins, mas igualmente das possibilidades de outros usos alternativos do tempo e dos recursos disponíveis, realizando-se a cada ano um cálculo das vantagens relativas de permanecer, negociando ou desenvolvendo outra atividade qualquer, ou de se deslocar para “São Paulo”. Contudo, é preciso considerar que a migração pode também ser a condição do negócio, pois o dinheiro ganho (e não gasto) em “São Paulo”, a depender de seu montante e dos recursos disponíveis no sítio, assim como o gado, pode ser investido no negócio quando do retorno. A própria viagem resulta em investimento, pela venda de mercadorias trazidas em malas ou sacos; essas mercadorias não só “pagam a viagem”, mas se transformam em lucro, que será por sua vez investido do sítio (WOORTMANN, 1990, p. 40).*

A perda populacional decorrente da migração traz como consequência, além de outros aspectos, uma aceleração do processo de envelhecimento populacional, uma vez que a população jovem, em idade ativa e reprodutiva, tende a se deslocar para os espaços econômicos mais dinâmicos e onde são maiores as possibilidades de inserção em atividades produtivas diversificadas.

A partir da dinâmica jovem é possível perceber que a migração promove interfe-

rências nas sucessões da terra. A perspectiva do pai de família do campo é que os filhos deem continuidade às suas atividades. Porém, ao migrar, os jovens quebram essas possíveis relações. Os estudos de Brumer (2007) apontam também uma tendência de a herança ser destinada ao filho mais novo, mas quando este, por algum motivo não pode receber a herança, é destinada então a algum dos filhos mais velhos, e em último caso, à filha. Revela, assim, uma possível discussão de gênero, em que a mulher é vista com o olhar diferenciado quanto às tarefas no campo.

Essa sucessão de terra é influenciada ainda pela posição da família com o acesso à terra, se são consolidados, em transição ou em exclusão<sup>7</sup>. Essas observações apresentam preocupações com as relações entre a juventude e a terra, pois a sucessão pode gerar conflitos entre os filhos e apresentar que nem sempre é tão fácil o acesso à herança, quando as estruturas políticas legais de herança do país apresentam processos complicados para a sua efetivação.

Pensar o campo e a cidade relacionados com a migração jovem, também se tornou foco dos estudos de Carneiro (2007). Para a autora, existe uma mentalidade complexa por trás dessa situação, que é a definição do que é rural e do que é urbano. No contexto da sociedade contemporânea, definir o campo como lugar de atraso, negatividade, etc., é ser extremamente desvinculado das transformações sociais modernas. Tal premissa justifica-se pela intrínseca relação entre campo e cidade por meio dos veículos de informação cada vez mais incidentes e diversificados na contemporaneidade.

Hoje muitos jovens migram temporariamente como forma estratégica de sobrevivência, sem perder os vínculos com o campo ou sem se adaptarem à vida na cidade ao longo período do trabalho. Conforme apontam os estudos de Carneiro (2007) em entrevistas a jovens, o campo é visto como lugar de aconchego, tranquilidade, espaço das boas relações e estabilidade entre a paz interior e a natureza.

Para Carneiro (2007), é importante entender que o jovem é protagonista de sua própria realidade e, cabe a ele, construir sua história e escolher seus caminhos, seja ficar ou partir do campo. Porém, a proposta apresentada neste estudo, é que as políticas públicas voltadas para a juventude do campo consigam abordar de forma positiva as necessidades dos jovens, quando a escolha destes jovens for permanecer no campo. Dessa forma, os elementos de destaque para a socialização, inclusão e integração desses jovens, devem partir do seu acesso à internet, lazer adequado, oportunidade de qualificação e promoção profissional, por exemplo.

7. Consolidados: “agricultores cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também gerar algum nível de investimento e acumulação”; Em transição: “agricultores que vivem da agricultura, mas, por não conseguirem fazer investimentos, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação econômica”; Em exclusão: “agricultores com renda insuficiente para viver das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento” (BRUMER, 2007, p. 44).

Neste caso, é preciso entender que a vida na cidade possui seus pontos positivos e que esses pontos são os motivadores para que muitos jovens queiram sair do campo. Pensando dessa maneira, como é possível aglutinar tais vivências, a fim de que o jovem consiga ter no campo o acesso aos mesmos recursos disponíveis na cidade?

## 5. Políticas públicas e realidade local: fatores determinantes na migração jovem

O ponto de partida para se falar dos conceitos básicos para o estudo das políticas públicas, é reconhecer as diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas e territoriais entre os indivíduos e suas localidades. A diferença não pode ser entendida como julgamento de valor ou usada para classificação entre superior e inferior, esta deve ser reconhecida enquanto especificidade e potencialidade para a realidade em questão.

As diferenças, muitas vezes, são elementos favoráveis às situações de conflito, uma vez que percepções diferenciadas provocam choque ao se encontrarem. Dessa forma, a política, segundo Rua (1998, p.1), “consiste no conjunto de procedimentos formais ou informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. No entanto, é necessário chamar a atenção para o fato de que as políticas públicas, em muitas das situações, perdem a característica de solução de conflitos, para tornar-se a geradora de conflitos em determinados espaços.

Segundo Rua (1998, p.1), as políticas públicas são resultado da atividade política e “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”, se distinguindo de decisão política. De modo complementar, segundo Schmidt (2008, p. 420), as políticas públicas se relacionam com a ideia de *accountability* (prestação de contas e responsabilidade social por parte do governo), devendo atender às especificidades da realidade empírica.

*Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontrase na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas (RUA, 1998, p. 1).*

Ainda de acordo com Rua (1998, p. 20), embora pareça óbvio, as políticas públicas são “públicas e não privadas ou apenas coletivas”. Para a autora, “a dimensão ‘pública’ de uma política é dada não pelo tamanho do agregado social (grandes ou pequenos grupos) sobre o qual ela incide, mas pelo seu caráter jurídico ‘imperativo’. Ou seja, uma das principais características dessa dimensão pública é a “autoridade soberana do poder público”. Nesse sentido, ela deve estar intrinsecamente relacionada à realidade de vivência dos indivíduos, bem como ser representativas de seu caráter social.

É chamar a atenção para essa “soberania do poder público”, tanto para a formulação quanto para implementação das políticas públicas nos diferentes contextos de ação social. Nessa perspectiva, o entendimento de soberania diz respeito à ação estratégica que normalmente é adotada a partir do processo *top-down* (de cima para baixo), diferente da estratégia *bottom-up* (de baixo para cima). Essa questão é que nos leva a ressaltar que em alguns casos, as políticas públicas são geradoras de conflitos e não solucionam problemas reais em determinados contextos, uma vez que a soberania possibilita decisões arbitrárias sobre determinadas questões, dispensando a realidade em questão.

Um exemplo de políticas que a “soberania do poder público” pode levar ao fracasso, são as políticas e programas de desenvolvimento territorial, que buscam desenvolver economicamente determinadas áreas por meio de estímulos. Nestes espaços, a delimitação do território ocorre de forma arbitrária, sem levar em consideração as especificidades ou as afinidades dos locais selecionados, bem como o perfil socioeconômico dos atores que compõem estes espaços. O que de fato se caracteriza como um problema enviesado e tendenciado para o fracasso, pois está amparado no grande o risco de delimitar as áreas sem qualquer tipo de proximidade cultural, social, econômica ou política.

De acordo com Bonnal et al. (2011, p. 37), várias são as noções de território segundo as disciplinas científicas como geografia, sociologia, antropologia etc. Na geografia o território é visto “como uma porção de espaço delimitado e qualificado por um caráter específico natural, cultural, político ou administrativo”, tendo destaque duas características: a existência de um limite/fronteira e, a existência de uma especificidade que possibilita a diferenciação daquilo que se encontra dentro e o que se encontra fora desse limite/fronteira. Os autores destacam ainda que o termo “território usado” é utilizado por Milton Santos, com o objetivo de distinção da noção de território na sociologia, na qual destaca-se a dimensão simbólica e coletiva que permeia esta composição.

No caso da geografia política ou sociologia política, ainda de acordo Bonnal et al. (2011, p. 39), território está associado a ideia de poder e estado, sendo “uma unidade de governança pública, suscetível de ser definida por normas jurídicas que precisem seu status legal e sua função dentro da estrutura funcional do Estado”. No entanto, para a

territorialização das políticas públicas essas definições não são levadas em conta, e diferente das demais noções, no território das políticas públicas “o centro estratégico de ação se encontra fora do território”, sendo uma lógica que se sobrepõe ao território dado pelos atores sociais que ali se encontram.

*Nesta lógica, o território é identificado principalmente com referência ao zoneamento de determinado problema ou carência da sociedade. O desafio para o poder público é o de definir as modalidades de ação mais apropriadas para a resolução do problema ou carência, levando em conta as especificidades locais. Esse tipo de território pode dar lugar a uma formalização jurídica, visando a precisar sua função dentro da estrutura funcional do governo. Mas na prática, no Brasil, como em outros países, observa-se a existência de um processo de justaposição das lógicas territoriais e de hibridação dos dois tipos de modelos de construção de territórios (BONNAL et al., 2011, p. 40).*

Essas diferentes lógicas acerca do território é motivo de conflito entre agentes sociais e o estado. Uma das lógicas que se sobrepõem de forma visível nesse processo, é a de desenvolvimento associado diretamente com a questão econômica, o que implica em maiores disputas por entendimento, uma vez que a formulação dessas políticas causa sobreposição de ações, como consequência, acaba-se priorizando a dimensão econômica que é tida como importante pelos agentes do território.

Outro fator que também é importante e deve ser destacado é a relação do capital social com as políticas públicas, uma vez que sua eficiência se encontra diretamente vinculada à produção do capital social da comunidade. De acordo com Putnam (1993, p. 177), capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Esse capital social, segundo o autor “facilita a cooperação espontânea”, existindo relação com a eficiência institucional e desenvolvimento econômico.

O capital social na perspectiva de Schmidt (2008, p. 424), “não pode ser criado diretamente. As principais formas de capital social são criadas ou destruídas como produto associado a outras atividades”. Para o autor, uma das condições para o desenvolvimento do capital social é a estabilidade social, o que possibilita a formação de uma comunidade cívica. A produção desse capital, ocorre principalmente naquelas sociedades que podem ser entendidas como homogêneas, com um processo de identidade, de reconhecimento e pertencimento a determinado local, o que se torna menos evidente nos territórios que são criados ou estimulados pelo poder do Estado.

As políticas públicas entendidas como ação para solucionar um conflito, ou minimizar os problemas econômicos de um local, são ineficientes a partir do momento em que

são formuladas e implementadas por meio da “soberania do poder público”, sem considerar a demarcação territorial reconhecida pela comunidade, à produção do capital social ou o processo de “desenvolvimento” da mesma e suas escalas.

Nesta perspectiva, as ações públicas dispensadas aos espaços rurais, buscando proporcionar às juventudes engajamento, interesse e participação, devem ser dimensionadas a partir da realidade local. É preciso, nessa situação, levar em consideração as deferentes dimensões que compõem estes espaços, com enfoque nas condições socioprofissionais e socioeconômicas apresentadas pelos jovens em cada realidade de sobrevivência, bem como as relações familiares estabelecidas nestes contextos.

## 6. Considerações finais

As juventudes rurais são uma categoria social bastante complexa na atualidade. Tal complexidade reside na sua interrelação com as demais categorias, bem como na sua condição em transformação apresentada com o advento da modernidade. Nesta situação, com a aproximação entre campo e cidade, os entendimentos sobre as juventudes rurais passam a ser dinâmicos e peculiares, configurando-se numa categoria de difícil abordagem pelas políticas públicas, em termos de incentivos.

Ao apresentarem aproximação com a cidade, os jovens do campo protagonizaram importantes fluxos migratórios ao deixar o campo em direção aos centros urbanos. Este processo acendeu um alerta sobre as problemáticas enfrentadas por estes jovens no campo, incidindo sobre as razões que levaram ao desinteresse dessa categoria pelas atividades nas unidades rurais. Dessa forma, não apenas o interesse profissional desses jovens passou a ser motivo de investigação nos diferentes estudos e ações do governo, como também as relações sociais e familiares aos quais eles encontram-se permeados.

As dimensões que buscam compreender as condições dos jovens rurais na contemporaneidade devem levar em consideração, contudo, não só os aspectos sociais e profissionais com os quais eles estão rodeados, mas também os aspectos culturais, políticos e de bem-estar, que juntos compõem sua condição juvenil na contemporaneidade.

Portanto, as políticas públicas para atingirem a eficácia na promoção de um ambiente adequado e de interesse para a população jovem do campo, elas devem estar integradas às diferentes dimensões que se relacionam a esta categoria social. São preciso políticas públicas específicas a cada realidade de ocupação desses jovens.

Por fim, as concepções sobre as juventudes rurais podem ser desenvolvidas a partir das considerações das multiplicidades sobre a sua situação social. Torna-se necessário,

portanto, desenvolver perspectivas analíticas que levem em consideração os potenciais das participações juvenis nas conformações da agricultura familiar e nas instituições representativas, por exemplo, nas cooperativas de produtores familiares. Por buscarem acessar os potenciais fornecidos tanto pela cidade quanto pelo campo, as juventudes representam o mecanismo aglutinador dos avanços, em termos de conhecimentos e experiências coletivas, para a promoção de novas perspectivas para a agricultura.

**Recebido em 02 de abril de 2020.**

**Aprovado em 05 de maio de 2020**

## Referências

ABRAMOVAY, R. (coord.) ... [et al.]. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, Unesco, 1998.

BONNAL, Philippe. DELGADO, Nelson Giordano. CAZELLA, Ademir Antônio. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). Brasília: IICA, 2011. p. 35-60.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, junho, n. 26, p. 83-92, 2006.

BRUMER, A.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)/Associação Internacional de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 31 de julho a 5 de setembro de 2000.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

\_\_\_\_\_. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A. de.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Orgs.). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1, p. 215-233, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

\_\_\_\_\_. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martim (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma perspectiva nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 243-261, 2005.

\_\_\_\_\_. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.53-66.

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. Tradução: Sonia Guimarães Taborda. Revisão: Anita Brumer. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n° 3, décembre, p. 73-89, 1986.



DOS SANTOS, A. S. **Um olhar sobre as juventudes rurais: desafios, possibilidades e limitações** no município de Porteirinha (MG). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros/Instituto de Ciências Agrárias, 2017.

CORADINI, L. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno - Brasil. **Mundo Agrário**, v. 16, n.º. 33, 2015.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 1993.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. 1998. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635738>. Acesso em: 02 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas**. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SCHMIDT, João Pedro. Capital social e políticas públicas. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos Sociais e Políticas Públicas**. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 419-458.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, v. 1, p. 132-161, 2009.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-33.

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.237-251.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. Brasília. **Revista Brasileira de Estudos de População**. jan./jun. 1990, p. 35-53.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec, Brasília: Editora da UNB, 1995.

## COMPREENDENDO O PODER: REFLEXÕES SOBRE O “PODER” COMO CATEGORIA ANALÍTICA A PARTIR DA ANTROPOLOGIA POLÍTICA<sup>8</sup>

ALINE NEVES AGUIAR<sup>9</sup>  
WHODSON SILVA<sup>10</sup>

### RESUMO

O presente artigo compila algumas reflexões sobre a noção de poder e como esta se configura como uma categoria analítica na área da Antropologia Política. Dessa forma, partimos da perspectiva histórica a fim de provocar reflexões sobre os “velhos *insights*” para pensar novas questões acerca de tal área. Além disso, foi possível ampliar a discussão sobre o poder como um conceito crucial da Antropologia Política e suas implicações para os debates sobre as noções de Estado e organização social. Por fim, retomamos as interseções do conceito de poder, assim como outras discussões do campo político. Desse modo, objetivamos evidenciar como tal debate nos possibilita compreender questões atuais nos campos em que trabalhamos na condição de antropólogos.

**Palavras-chave:** Antropologia Política; Poder; Organização Social.

## UNDERSTANDING POWER: REFLECTIONS ABOUT “POWER” AS AN ANALYTICAL CATEGORY BASED ON POLITICAL ANTHROPOLOGY

### ABSTRACT

This article compiles some reflections about the notion of power and how it is configured as an analytical category in the area of Political Anthropology. So, we started from the historical perspective in order to provoke reflections about the “old insights” to think new questions about this area. Besides, it was possible to enhance the discussion about power as a crucial concept of Political Anthropology and its implications for the debates about notions of state and social organization. Finally, we retaked some intersections of the concept of power, as well as other discussions of the political field. Therefore, we aim to show how this debate allows us to understand current issues in the fields where we work as anthropologists.

**Keywords:** Political Anthropology; Power; Social Organization.

8. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

9. Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPE. Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea - LEC (UFPE). E-mail: alineneves\_aguiar@hotmail.com.

10. Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFMG. Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva e Cultura - LACC (UPE). E-mail: whodsoon@gmail.com.

## Introdução

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais”. 34 anos após o lançamento da música “Podres poderes”, de Caetano Veloso (1984), ainda cantamos fervorosamente esta canção, talvez porque ela indaga e reclama as relações de poder historicamente construídas e presentes até os dias atuais.

Falar de poder, portanto, torna-se uma difícil tarefa para as diferentes áreas do conhecimento que tentam esmiuçar essa categoria em uma época em que fervilha o exercício de “podres poderes”, como bem definiu Caetano. Esse fervilhar de relações de poder, cada vez mais acentuadas por desigualdades diversas e violação de direitos, nos coloca a necessidade de realizarmos reflexões antropológicas que deem conta de complexificar os debates sobre a questão, principalmente por estarmos vivendo em um cenário político confuso, que realçam tiranias, opressões e retrocessos sociais, certamente relacionadas às dinâmicas dos ‘donos de e do poder’.

Frequentemente, fala-se de poder como se todos os fenômenos que o envolvem fossem de alguma forma redutíveis a uma perspectiva comum ou a alguma essência interna. Segundo Wolf (2003), isso nos afasta de especificar os diferentes tipos de poder presentes no emaranhado das relações sociais. Dessa forma, no sentido de dar conta de uma problematização antropológica sobre a categoria “poder”, elaboramos conjuntamente esse artigo, principalmente por ser um tema comum presente nos nossos trabalhos de pesquisa de mestrado, ambos situados no campo da Antropologia Política.

Diante disso, o presente trabalho propõe suscitar o debate sobre a categoria “poder”, para realizar algumas reflexões sobre o campo da Antropologia Política. Além disso, nos pautamos em algumas correntes teóricas que debatem o conceito de poder e contribuem para compreender como se configuram outras discussões sobre tal problemática. Vale atentar para o fato de que os autores que serão utilizados neste artigo apontam para realidades históricas e contextuais distintas, tornando fundamental para a antropologia a análise de tais perspectivas que embasam os debates contemporâneos. Desse modo, os estudos antropológicos possibilitam interpretações acerca da vida política, o que nos permite ampliar o entendimento sobre realidades sociais diversas.

Nesse sentido, a Antropologia Política é o nosso campo de referência para discutir o conceito de poder. Assim, o artigo apresenta a perspectiva histórica do desenvolvimento dessa área. Revisitaremos as considerações apresentadas por Ted C. Lewellen (1992), em sua obra intitulada “*Political Anthropology: An Introduction*”. No livro, focalizaremos o capítulo 01: “*The Development of Political Anthropology*”, onde o autor traz contribui-

ções ao leitor que deseja ter um panorama histórico da antropologia política, destacando o desenvolvimento de sua abordagem teórica e o estudo das estruturas e processos políticos elencados a partir da perspectiva cultural de diversas sociedades.

Em um segundo momento, aprofundaremos a discussão sobre o poder como uma categoria analítica da Antropologia Política. Para tal debate, nos ancoramos nas discussões teóricas de Pierre Clastres ([1974] 2003; [1977] 2004); Eric Wolf ([1990] 2003); Gustavo Lins Ribeiro (2008) e David Graeber (2009), todos esses convergem no sentido de abordarem em seus campos de estudo a forma pela qual as sociedades estão organizadas através de estruturas de poder, reverberando em debates contemporâneos. Em sequência, apresentaremos algumas considerações sobre como a discussão sobre poder implica no entendimento de noções como Estado e Organização Social, no contexto da Antropologia Política, partindo das colocações de Meyer Fortes e Evans-Pritchard (1981) e Pierre Bourdieu (1989).

Por fim, as considerações finais retomarão as interseções da noção de poder, assim como outras discussões do campo político. Desse modo, objetivamos evidenciar, também, os desafios do campo etnográfico que o tema proposto impõe às antropólogas e aos antropólogos.

## 2. Antropologia Política: velhos *insights*, novas questões

A significação de antigos *insights* não está apenas em suas realizações, mas nas novas questões que nos levam a formular (Wolf, 2003). Em primeiro lugar, os *insights* aqui memorados chamam a atenção para entendermos a “história do presente como uma história do poder” (Wolf, 2003: 11), isto é, os fenômenos sociais pelos quais nos debruçamos estão imbricados em processos históricos, políticos e de poder.

Nessa perspectiva, compartilhamos a ideia de Wolf (2003: 328-329) ao considerar a Antropologia como uma ciência cumulativa, ou seja, os conhecimentos e os *insights* produzidos no passado podem gerar novas questões e novos pontos de partida podem incorporar as realizações do passado. Nesse sentido, pretendemos percorrer brevemente os processos históricos e teóricos dessa área, bem como os velhos *insights* a fim de compreendermos como este campo foi se consolidando e como o poder, como categoria analítica, se apresenta no decorrer do tempo, possibilitando-nos refletir novas problemáticas no que tange ao tema.

De acordo com Lewellen (1992), o surgimento da Antropologia Política, como uma especialização, é datada dos anos 1940, período pelo qual os antropólogos e as antropólo-

gas se debruçaram sobre debates que iam além das perspectivas tradicionais, tais como o evolucionismo, particularismo histórico, estrutural-funcionalista, defendendo novas especializações a fim de dar conta das transformações contemporâneas. Nesse contexto, o desenvolvimento da Antropologia Política ganhou notoriedade, sobretudo porque os estudos antropológicos não focalizavam a temática da política como objeto de estudo.

Assim, ao destacar a temática da política, foi crucial o diálogo com outras áreas da esfera social, visto que a mesma não poderia ser analisada de modo isolado. Dessa forma, a antropologia tinha como fundamento a análise dos fenômenos políticos intimamente relacionados com outras áreas, que contribuíram para a integração das sociedades, organização e manutenção de suas estruturas de poder como, por exemplo, os sistemas de linhagens e a religião.

Embora a Antropologia Política seja um campo de estudo relativamente recente, os debates no que concerne às organizações sociais e às formas de estrutura política serviram de embasamento para investigações desde a expansão da perspectiva estrutural-funcionalista britânica baseada na abordagem teórica de Radcliffe-Brown. Na época, as etnografias produzidas contribuíram para compreender a organização social de comunidades onde não havia a presença de um “governo centralizado” representado pelo Estado.

Por volta do século XIX, alguns filósofos da política, incluindo Aristóteles, Hobbes e Rousseau consideravam que o governo e a política eram produtos dos estágios civilizatórios. Um dos teóricos que evidenciou tal argumento foi Henry Maine, cuja obra intitulada “*Ancient Law*” (1861)<sup>11</sup> tinha como pressuposto que as sociedades primitivas eram organizadas de acordo com as linhagens de parentesco, patriarcal e ordenada por símbolos sagrados. O desenvolvimento das sociedades era a direção para a secularização e organização que não se baseava mais no parentesco, mas no território pelo qual fundamentava a ação política. Assim, Maine sugeria que, inicialmente, o parentesco poderia ser considerado um tipo de estrutura sociopolítica desenvolvida *a posteriori* por Louis Henry Morgan, em “*Sociedade Antiga*” (1877).

Morgan (1877), por sua vez, articulou uma sequência evolutiva baseada em estágios denominados selvageria, barbárie e civilização. Logo, de acordo com tal perspectiva, a organização social iniciou com unidades baseadas no parentesco e nas regras de exogamia que mobilizaram as alianças entre os grupos sociais. Contudo, a esfera política não aparece até a completa domesticação das plantas e animais criar excedentes que proporcionaram o desenvolvimento da urbanização e da propriedade privada e do governo. Dessa forma, Maine e Morgan defendiam que o vínculo territorial, como um aspecto da

11. Vale salientar que as obras aqui mencionadas foram destacadas na obra de Lewellen (1992). Portanto, a interpretação dos autores parte de sua releitura dos clássicos.

civilização, era universal, reverberando na formação do Estado.

No século seguinte, diversos autores teceram críticas sobre a teoria evolucionista e a abordagem metodológica do autor. Um desses teóricos significativos da época foi Robert Lowie, que rejeitou a ideia de evolução unilinear, evidenciando o argumento de que não havia similaridades nos estágios de desenvolvimento de todas as sociedades, como destacado em sua obra “A Origem do Estado” (1962). Posteriormente, Georges Balandier (1970) alegou que todas as sociedades reconhecem o território conforme aumenta a população e o conflito entre as sociedades, possibilitando o surgimento de Estados, pois, para ele, a estratificação social é o elemento crucial do Estado como monopólio de força coercitiva.

Nesse sentido, a partir daí as discussões teóricas sobre a Antropologia Política ganharam vigor e a consolidaram como uma área na Antropologia, tendo como principal fundamento a análise das diversas sociedades, focalizando suas organizações políticas e sociais. Além disso, tal área leva em consideração a multiplicidade de formas pelas quais as sociedades estão ordenadas, tendo em vista que as mesmas variam de acordo com os contextos culturais vigentes. Portanto, a análise torna-se enriquecedora, sobretudo ao considerar as peculiaridades das sociedades estudadas, embasando a elaboração de diversas teorias.

### 3. Poder como categoria analítica da Antropologia Política

As provocações aqui suscitadas, enfatizam a importância em realizar debates e críticas sobre as várias definições que a noção de poder assume. Assim, o objetivo desta seção é discutir a categoria analítica de poder no sentido de ampliar as perspectivas e compreender suas implicações no campo da Antropologia Política.

Dessa forma, para fundamentar a perspectiva teórica do campo da Antropologia Política, a categoria de poder é crucial para problematizarmos e repensarmos como as sociedades estão organizadas. Nesse sentido, o pensamento de Wolf (2003) considera o conceito de poder como uma das palavras mais carregadas de sentidos e polifonias e que, frequentemente, é utilizada como se todos os fenômenos que o envolvem fossem redutíveis a um centro comum. Muito tem se discutido sobre o poder, mas, na Antropologia, ainda há a necessidade de aprofundar os debates, pois as sociedades estão em constantes modificações acerca de suas organizações sociais.

Para além de Wolf, Clastres (2003) e Graber (2008) apresentam contribuições importantes para a compreensão das dimensões de poder a partir do prisma antropológico. Clastres (2003), por exemplo, destaca o poder como um fenômeno inerentemente social

que existe mesmo em sociedades onde não há a presença do Estado. Nessa perspectiva, o poder está contido nas esferas individuais e sociais, parafraseando Wolf (2003) que o considera como a capacidade das pessoas no jogo do poder. Além disso, o poder está presente nas relações interpessoais, ou seja, nas interações e transações entre os indivíduos.

Graeber (2008), nesse sentido, aponta para o poder no contexto de grupos organizados em ações diretas que, exercendo o poder, têm a capacidade de promover mudanças estruturais significativas, tendo em vista que o poder não está centralizado no Estado, como afirma Clastres (2003). Em sua obra, a ideia de ação direta é entendida como uma forma de se engajar com o mundo a fim de propor mudanças através da ação e de seus modelos de organização (Graeber, 2008). Nesse sentido, o pensamento teórico do autor nos auxilia na reflexão sobre os fluxos da ação, no sentido de compreender os motivos, causas, os atores sociais envolvidos e suas relações com os outros indivíduos, assim como quando ocorrem tais fluxos, suas frequências e os sujeitos beneficiados. (Wolf, 2003).

A partir dessas proposições, complementando a ideia de poder de Ribeiro (2008), podemos compreender tal categoria como a capacidade de tornar-se sujeito responsável por seu próprio contexto e de controlar o curso das ações e dos eventos que manterão ou modificarão sua vida, além de destacar os contextos em que os indivíduos são impedidos de exercerem o seu poder, ou seja, de serem atores empoderados.

Nessa direção, a categoria de poder direciona elementos para debater questões pertinentes na Antropologia Política, como por exemplo, o tema do desenvolvimento e construção de grandes empreendimentos (Silva, 2019) e também os debates sobre as práticas sociais classificadas corruptas. (Aguiar, 2019).

Entretanto, a noção primordial de poder, aqui debatida, é uma das categorias mais carregadas de sentidos e polifonias e, portanto, nos oferece diversas perspectivas para discutir sobre suas definições que fundamentam o campo da Antropologia Política. Como campo, entendemos a série de relações e interações baseada em valores específicos e práticas que operam em dados contextos, como afirma Bourdieu (1986 *apud* Ribeiro, 2008). O campo, heterogêneo por definição, é composto por diferentes atores, forças, discursos e instituições. Portanto, o poder apresenta-se como uma palavra-chave a ser discutida que visa ampliar a compreensão na perspectiva da Antropologia Política.

Dessa forma, interpretar, no sentido de Geertz (2008), o campo da Antropologia Política implica identificar os significados e as representações historicamente construídas nas arenas em que as relações de poder, na maioria das vezes díspares, acontecem. Assim, torna-se necessário focalizar as descontinuidades dos processos, compreendendo a perspectiva simbólica como uma dimensão que “nunca termina, não chega a uma solução



final”, como evidencia Wolf (2003: 337).

#### **4. Estado e Organização Social: abordagens da Antropologia Política sob a perspectiva do poder**

Algumas correntes teóricas abordam o conceito de poder a partir de estudos etnográficos que visavam compreender a organização social dos diferentes sistemas políticos vigentes em cada sociedade. Alguns autores debruçaram-se sobre tal problemática com o intuito de destacar as formas pelas quais o poder é exercido, assim como a relação dos indivíduos com as instituições políticas. Logo, as abordagens teóricas apresentadas ao longo deste artigo buscam refletir a categoria de poder a fim de repensar o campo da Antropologia Política.

As abordagens teóricas perpassam a história da Antropologia enquanto disciplina científica e nos auxiliam a analisar os diferentes sistemas políticos, como abordado na obra “Sistemas Políticos Africanos”, de Meyer Fortes e Evans-Pritchard (1981), que destacam, de forma detalhada, oito sistemas políticos africanos amplamente difundidos no continente, são eles, Zulo, Ngwato, Bemba, Banyankole, Tallensi, Banto de Kavirondo, Kede e Nuer.

Os estudos realizados em tais sociedades ocorreram por meio de métodos e técnicas etnográficas que visavam comparar as instituições políticas africanas. Através de uma análise apurada de tais sistemas, foi possível identificar diversas características semelhantes, mesmo em diferentes estruturas políticas e culturais. Em contrapartida, dentro de uma mesma área linguística e cultural podem existir sistemas políticos muito divergentes. Nesse sentido, existe uma relação intrínseca entre a cultura de um povo e o modo como o mesmo se organiza politicamente. Portanto, o estudo comparativo das instituições políticas em algumas sociedades africanas permite explicar as uniformidades e interdependências entre as mesmas, principalmente no que tange ao fato de como as relações de poder são estabelecidas.

Os autores destacaram que os sistemas políticos africanos são regidos por lógicas específicas de poder que fundamentaram a formação do Estado, caracterizando os hábitos políticos peculiares e as instituições que regem as relações de poder nas sociedades africanas. Assim, os sistemas políticos descritos na obra são categorizados em dois grupos: o grupo A, classificado pela autoridade centralizada, aparelho administrativo e instituições judiciais, tais como o governo. Nesse contexto, as distinções de privilégio, status e riqueza entre os indivíduos dizem respeito à distribuição de poder e autoridade. Tal grupo tem como representantes os Zulo, Ngwato, Bemba, Banyankole e Kede.

Em contrapartida, o grupo B corresponde à ausência do que compõe o grupo A, isto é, não possui um governo que focaliza a estrutura política. Os sistemas políticos são representados por Logoli, Tallensi e Nuer, tendo como ênfase as relações de parentesco e o sistema de linhagem. Dessa forma, o poder não está centralizado, no grupo B, mas se encontra distribuído nas relações de parentela.

Os estudos das sociedades do grupo A enfatizam, sobretudo, a organização governamental. Além disso, abordam o *status* dos reis, o papel desempenhado pelos funcionários administrativos, as diferenças de riqueza e poder, as divisões territoriais do Estado, as obrigações dos governantes, dentre outros aspectos que dizem respeito à organização social e política daquelas sociedades. No entanto, o grupo B fundamenta-se pela ausência de um governo, visto que outras formas de estrutura política ordenam as sociedades, tais como os laços de parentesco. Dessa forma, os autores destacam que os modos de vida nas sociedades africanas são fundamentais para influenciar os sistemas políticos.

A maioria das sociedades africanas tinha a economia de subsistência como princípio. Assim, os privilégios econômicos, tais como o direito de exigir impostos e tributos representa a principal recompensa do poder político voltado a determinados cargos, especialmente nos sistemas políticos das sociedades do grupo A. No grupo B, as funções políticas não determinam os privilégios econômicos, uma vez que a riqueza está associada às qualidades pessoais ou ao *status* superior no sistema de linhagem. Tal fato diz respeito à posição dos chefes nas sociedades ditas primitivas, como destacado por Pierre Clastres (2003), em “A Sociedade contra o Estado”. Em tais sociedades, os chefes ocupam posições e desempenham papéis que não correspondem ao poder coercitivo do Estado, mas obtêm apenas alguns privilégios. Dessa forma, as funções do chefe não correspondem às funções de autoridade, que são consideradas como elementos distintos.

Nesse sentido, as unidades políticas das oito sociedades africanas não podem ser analisadas isoladamente, visto que as relações políticas são justapostas e se estendem de maneira quase indefinida. Diversos elementos podem unir povos de diferentes unidades políticas, tais como língua, comércio, relações sociais e de afinidade, dentre outros. Assim, há dificuldade em delimitar as unidades culturais e políticas, pois tais aspectos estão relacionados aos fatores econômicos. Nesse sentido, Eric Wolf (2003) discute a questão do poder na história da antropologia através de perspectivas comparativas, focalizando os elementos econômicos, culturais e sociais que perpassam as relações de poder.

No ensaio, o autor discute a noção do poder, que pode ser atribuído ao indivíduo, advindo das relações interpessoais ou através do poder organizacional e estrutural para compreender como tal categoria repercute na Antropologia a fim de avaliar os *insights* do passado para propor questionamentos. Assim, o teórico aborda o poder a partir de quatro

perspectivas: poder como atributo da pessoa, destacando a perspicácia dos indivíduos para mediar o “jogo do poder”; a segunda tipologia corresponde à capacidade de um ego impor-se sobre outro indivíduo nas relações interpessoais; o terceiro modo diz respeito àquele que controla os espaços pelos quais os indivíduos podem exhibir suas potencialidades. Por fim, o quarto modo de poder organiza os cenários e especifica sua distribuição, denominado pelo ato de governar. Tal poder estrutural molda o campo de ação, tornando possível alguns tipos de comportamento e tolhe outros, pois envolve relações políticas e econômicas para manter alianças.

Nesse contexto, é necessário compreender como são articulados os diferentes tipos de poder estrutural através das relações de governança, pois cada modo exige características específicas em conceber e classificar os indivíduos. Além disso, as sociedades respondem de forma diferente às possibilidades de poder. Diferentemente das sociedades ditas primitivas que eram basicamente igualitárias, as relações desiguais representam as relações políticas de poder que são reafirmadas com o surgimento do Estado, determinando o aparecimento das classes. É a presença ou a ausência de Estado que marca as sociedades entre os “selvagens” e os “civilizados”. Tal argumento embasa o pensamento teórico de Pierre Clastres (2003), em “A Sociedade contra o Estado”, que discute a natureza do poder político.

Na obra, Clastres (2003) desconstrói a ideia etnocêntrica de que as sociedades primitivas são caracterizadas pela ausência: “sociedades sem Estado, sociedades sem escrita, sociedades sem história”, pois as sociedades ditas primitivas têm uma organização social peculiar. Segundo a perspectiva da civilização Ocidental, a “verdadeira sociedade” se desenvolve a partir do Estado. Todavia, poucas investigações antropológicas eram feitas no que dizem respeito aos sistemas políticos de sociedades classificadas primitivas, reforçando, assim, os estereótipos.

As sociedades ditas primitivas não são caracterizadas como sociedades sem Estado, mas contra o Estado na medida em que reconhecem a possibilidade de emergência de um poder político atrelado ao exercício da coerção e da violência. Logo, o poder político está indissociado da sociedade. As sociedades ameríndias recusam a subordinação, por isso controlam seus chefes que desempenham funções não correspondentes às atribuições de autoridade. Portanto, suas decisões não têm “força de lei”.

Exercer o poder significa dominar os indivíduos, todavia, nas sociedades ditas primitivas, o poder não se separa da sociedade. Segundo Clastres (2004), o poder é inerentemente social e a sociedade se recusa viver subjugada ao Estado em nome da liberdade, tendo em vista que a instituição estatal representa o poder coercitivo. Assim, as sociedades estudadas são organizadas de tal forma que recusa ou torna inviável o aparecimento

do Estado, que implica relações sociais hierárquicas e demarca os sujeitos em estratos sociais diferentes, além de definir seus privilégios.

Nesse sentido, existem diversos elementos que demarcam os indivíduos a classes específicas, tais como a língua, ciência, arte e outros “instrumentos de conhecimento” como formas simbólicas que caracterizam as classes dominantes. Logo, o Estado é um mecanismo de poder que permite a tais classes exercerem domínio sobre as classes dominadas. Tal argumento enfatiza o pensamento de Pierre Bourdieu (1989), em sua obra “O Poder Simbólico”. A perspectiva teórica do autor aborda, sobretudo, a produção simbólica do mundo social representada por vários instrumentos de legitimação.

Parafraseando a definição do autor, o poder simbólico corresponde ao poder invisível ao qual é exercido por meio da cumplicidade daqueles que estão sujeitos ao mesmo. O teórico alega que os símbolos são instrumentos de integração social, pois as ferramentas de comunicação possibilitam o consenso e a reprodução da ordem social. As produções simbólicas partem do interesse da classe dominante, distinguindo-se das outras classes. Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que estabelece a ordem no mundo social. A ordem é estabelecida para a legitimação das distinções. Portanto, o sistema simbólico parte de uma perspectiva metodológica da análise estrutural.

Constantemente as diferentes classes empenham-se em uma luta simbólica a fim de impor suas posições ideológicas, reproduzindo-as através de suas posições sociais. Dessa forma, está em jogo o monopólio do poder e da violência simbólica ao impor à sociedade os instrumentos de conhecimento como legítimos.

## 5. Considerações Finais

Nesse artigo, tivemos como objetivo ampliar o debate sobre a categoria “poder” para refletir o campo da Antropologia Política, tendo em vista que tal tema se torna relevante em discussões contemporâneas que envolvem as dinâmicas das organizações sociopolíticas. Desse modo, as reflexões aqui desenvolvidas não têm a finalidade de limitar as definições de poder, tampouco minimizar as problematizações acerca da Antropologia Política. Pelo contrário, visamos ampliar as discussões e reflexões sobre os contextos históricos, estando inseridas as relações de poder.

As diferentes concepções de poder abordado pelos autores, nos dá subsídios para compreender como as sociedades estão organizadas e como as mesmas estabelecem suas relações de poder. Ao enfatizar os diversos modos de organização social, a reflexão teórica acerca do poder demarca as formas pelas quais os atores sociais vinculam-se às institui-

ções políticas, seja através de um poder centralizado representado pela figura política do chefe e/ou governante ou por meio de outras estruturas que regem a lógica cultural das mesmas. A forma como o poder é abordado diz respeito aos diferentes contextos sociais e culturais vigentes em cada sociedade. Dessa forma, os autores destacam a relação existente entre a cultura e o modo de organização política de um povo.

Nessa perspectiva, o estudo acerca da categoria de poder direciona elementos para debater novas questões presentes na Antropologia Política e que aparecem como demandas pertinentes para reflexão. Dessa forma, torna-se necessário aprofundar os debates em torno da temática, principalmente por estarmos vivenciando situações e contextos sociopolíticos em que são reafirmadas as relações desiguais de poder.

O contexto brasileiro, por exemplo, configura-se um campo privilegiado de análise sobre tais relações desiguais. Trata-se de um país que vivencia nos últimos anos processos que violaram e ainda violam o Estado Democrático de Direito, nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário. Consequentemente, acentuam-se distintas violações de direitos sociais, arduamente conquistados pelos grupos e movimentos sociais. Tais acontecimentos possibilitam reflexões para os trabalhos antropológicos situados no campo da Antropologia Política.

Dessa forma, refletir sobre as dinâmicas do poder e relacioná-las à área da Antropologia nos possibilita a fundamentação de argumentos para dar conta das complexas relações sociais em diferentes contextos, além de esmiuçar os campos etnográficos que nos inserimos, na condição de profissionais, com o intuito de problematizar a realidade social.

**Recebido em 08 de abril de 2020**

**Aprovado em 30 de abril de 2020.**

## Referências

AGUIAR, Aline Neves. **Amizade ou parentesco? Mecanismos sociais na ocupação de cargos comissionados em um município no interior de Pernambuco. Uma contribuição aos estudos antropológicos de “corrupção”**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL. 1989.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. *Pesquisa de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify. 2003.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify. 2004.

FORTES, Meyer & EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (org.). **Sistemas políticos africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1981.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GRAEBER, David. **Direct Action: an ethnography**. Editora AK Press. 2009.

LEWELLEN, Ted. C. **Political Anthropology: An Introduction**. 2nd edition. Westport, CT and London: Bergin & Garvey. 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: **Novos estudos**. v. 80. p. 109-125. 2008.

SILVA, Whodson. **O conto das quatro mil almas: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2019.

VELOSO, Caetano. **Podres Poderes**. *Velô*. Philips Records - LP. 1984.

WOLF, Eric. **Encarando o poder: velhos insights, novas questões**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Ed. Unicamp: São Paulo. 2003.

## OS SENTIDOS DO LAZER PRODUZIDOS POR JOVENS DO CURSO DE TURISMO DE UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO INTERIOR<sup>12</sup>

SAMUEL PIRES MELO<sup>13</sup>,

MIRIAM BARBOSA DE LIMA COSTA<sup>14</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa os sentidos do Lazer propostos por jovens estudantes de Turismo, sob uma abordagem qualitativa, com aplicação de questionários semiabertos e tratamento das informações pela perspectiva da técnica da Análise de Conteúdo. Os resultados demonstraram que os estudantes denotam sentidos de Lazer de acordo com as experiências socioculturais e acadêmicas. Portanto, a área do Lazer tem uma fundamental contribuição não somente para a formação do profissional, mas na constituição de um indivíduo socio-cultural.

**Palavras-chave:** Juventudes; Educação; Lazer.

## THE MEANINGS OF LAZE PRODUCED BY YOUNG PEOPLE FROM THE TOURISM COURSE OF A UNIVERSITY CAMPUS IN THE INTERIOR

### ABSTRACT

This is article analyze the meanings of lase proposed by young tourism students, under a qualitative approach, with the application of semi-open questionnaires and treatment of information from the perspective of the Content Analysis technique. The results showed that students denote meanings of lase according to socio-cultural and academic experiences. Therefore, the leisure area has a fundamental contribution not only to the training of professionals, but also to the constitution of a sociocultural individual.

**Keywords:** Youths; Education; Lase.

12. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

13. Dr. em Sociologia. Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso, Departamento de Ciências Sociais da Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. E-mail: sampires@hotmail.com

14. Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso, Departamento de Turismo.

## 1. Diálogos teóricos entre juventudes, educação e Lazer

Ao compreender a discussão de que “a noção de juventude se apresenta fortemente com os processos sociais”, entende-se que não se pode falar apenas de juventude e sim de juventudes, no plural. Nessa mesma linha, observa-se no Lazer projetos de vida complexos que são produzidos principalmente pela modernidade, com a propagação da Indústria cultural e dos meios de comunicação, influenciando novos padrões de comportamento, favorecendo, dentre outros, certos grupos juvenis. No entanto, diante destas diversidades e da não linearidade das estruturas sociais, questiona-se como jovens estudantes do Curso de Turismo (CT) concebem o Lazer, principalmente sob sua bagagem sociocultural e pelas perspectivas teóricas estudadas nas matrizes curriculares do CT?

Vale dizer que a definição de juventudes como categoria social perpassa ao mesmo tempo uma representação cultural e uma situação social (MANNHEIM, 1982), o que contribui para uma formação complexa desta construção social. Conforme Groppo (2000 p. 10),

*a Juventude é uma constante preocupação das sociedades modernas e contemporâneas, um permanente “questão pública”. Na verdade, existem ciclos/ fases em que a preocupação com a juventude é enfatizada. Por exemplo, a partir do final do século XVIII e em todo o século XIX, diversos ciclos de preocupação com a “delinquência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras se deram conforme a industrialização e a urbanização iam se aprofundando [...] a questão da “juventude” desregrada, viciada, promiscua, indisciplinada, delinquente, formadora de bandos criminosos etc., sem que ficasse claro para o discurso social e até para as ciências qual era a relação entre o avanço do capitalismo industrial, os problemas sociais daí decorrentes e a “questão da juventude”[...].*

Decorre que com o período da modernização, observou-se a institucionalização das juventudes enquanto grupos sociais. Para se ter uma ideia desta estruturação, pode-se citar o caso da instituição social escola. Nela, alguns grupos juvenis foram inicialmente inseridos (principalmente do sexo masculino e de certos grupos socioeconômicos) com a justificativa de inclusão social para democratização. Nesse mesmo período, surge também a necessidade de proporcionar aos jovens mais atrativos para o Lazer, por isso então a indústria e o comércio absorvem essas vontades e anseios de certos grupos juvenis para transformar em mercadoria, criando uma procura por diversão, alimentando o aparecimento de novos hábitos, um tempo privilegiado marcado pelo consumo, diversão e pela liberdade. Para Abramo (1994, p.29) houve um:

*[...] cenário de uma juventude ligada fundamentalmente ao seu tempo de lazer, em lanchonetes ouve rock’n roll em juke box ou programa de auditório; consome novas mercadorias, de guloseimas, (refrigerantes, chicletes etc.) a roupas (jeans*



*jaquetas de couros) meios de locomoção (a motocicletas) todos marcadas e distintivamente juvenis. Esses elementos parecem como característicos de novo padrão de comportamento que inclui maior liberdade e autonomia [...]*

Por esta perspectiva, as formas de inclusão de grupos juvenis podem ser percebidas de maneira mais complexa porque, segundo Novaes (2007, p. 07), nessa “sociedade moderna [...] a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades, de definições de projetos de futuro”. Estas diversidades fazem com que os jovens vivam na sociedade pelas suas experiências que estão em permanentes transformações sociais. Para Groppo (2000, p. 09), “a juventude e o jovem mudam seu comportamento de acordo com a classe social, grupo étnico, a nacionalidade, gênero e contexto histórico nacional e regional” de uma época.

Ao analisar as juventudes pelas suas interseções com o Lazer e a modernidade, põem-se em evidências, conforme Carrano (2003, p. 138), entendimentos de “um campo potencial de liberdade que pode se constituir numa chave para o necessário equilíbrio entre a autoconsciência e a alteridade”:

*Os Lazeres são vividos pelos jovens como uma oportunidade de afrouxamento ou suspensão das tensões imposta pelo processo de regulação moral e da denominada educação civilizante. No momento de Lazer os jovens podem encontrar oportunidade de concentração sobre si própria e de interação na obrigatoriedade com um grupo de amigos (CARRANO, 2003, p. 140).*

Nesta concepção, os jovens, ao vivenciar o Lazer, fazem escolhas, constroem relações, experimentam novas experiências e formam opiniões sobre a cultura e a sociedade. Segundo Aguiar (2000), o Lazer tem a função psicoterapêutica, a satisfação da necessidade de prestígio e aceitação social; a distração e o prazer que amenizam a monotonia das rotinas e as pressões de uma sociedade hierarquizada. Os jovens em meio a tantos afazeres da vida moderna buscam no Lazer um meio de compensar a agitação e a ansiedade do mundo.

Em contrapartida, a análise do tempo livre dos jovens, deixa no Lazer a marca da ambiguidade, pois ora se vê como um tempo possível para a realização de valores tidos como aceitáveis e fundamentais para o desenvolvimento, ora visto como desagregador, destrutivo e perturbador da ordem. Portanto, o Lazer tem significados positivo e negativo influenciados pelo modo de vida dos jovens.

Analisando por esse ângulo, da relação dos jovens com os diversos processos socializadores de Lazer, é fundamental entender que os grupos juvenis podem ampliar seus conhecimentos na realização de atividades que envolvam essa interação, especificamente pelo curso de bacharelado em Turismo. Requixa (1980 p. 56) destaca “a importância de

ser o homem, educado para racionalmente preparar para si mesmo uma arte de viver, em que não se perca o equilíbrio necessário entre o trabalho e Lazer e em que se antecipe a vida de Lazer”. Isso significa, para esse sociólogo, que o Lazer é um aprendizado no qual o indivíduo educado aprende a ser livre, mas para isso é preciso um equilíbrio para utilização das vertentes: educação e Lazer.

Percebe-se que não basta a conquista do tempo livre é necessário construir um processo de educação para o Lazer. Gaelser (1979 p. 50) considera importante “[...] o preparo humano para um lazer construtivo tanto das lideranças recreativas conscientemente capacitadas, quanto da educação para o lazer como um dos objetivos de estudo da escola”. Com essas considerações, pode se dizer que a escola é um mecanismo importante para educação no Lazer. Através do conhecimento o indivíduo experimenta, gosta e tem opções para fazer suas escolhas, para aprender a escolher. A escola por sua vez proporciona ao jovem um contato e acesso ao Lazer e cultura, conforme demonstram Martins e Souza (2007, p. 06):

*A crescente presença dos jovens nos espaços escolares e que resulta no aumento da escolaridade observado nos últimos anos torna possível depreender maior relação entre juventude, lazer e cultura. É no espaço da escola que os jovens, em geral, ampliam seus contatos e acessos aos bens culturais tanto materiais quanto imateriais e às práticas relacionadas ao lazer.*

Ao experienciar no Lazer a ludicidade, sociabilidade, afetividade e emoção, os jovens que vivenciam na contemporaneidade as inúmeras opções e indecisões de projetos para o futuro, e que refletem nas suas angústias e incertezas quanto às escolhas profissionais, têm na relação com a educação a possibilidade de uma maior auto identidade e compreensão das diversidades grupais, bem como outros dilemas desta travessia no modo de vida. Isso porque a constituição do indivíduo se dá através das relações que se estabelecem com o outro e nos conhecimentos que se passam a construir sobre si mesmo. Para Requixa (1979, p. 21) “[...] a educação é hoje entendida como o grande veículo para o desenvolvimento, e o Lazer, um excelente e suave instrumento para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar os seus interesses e a sua esfera de responsabilidades.”

Nesse sentido, o Lazer se apresenta como um dos fatores importantes que tem influenciado no desenvolvimento social da humanidade (MENOIA, 2000). São várias as funções em evidência na prática do Lazer, e que são estudados por diferentes autores, como: função educativa - Gaelser (1979) e Marcellino (2005); função social - Requixa (1980); função pessoal (de prazer) - Dumazedier (1972). Enfim, funções que abrem uma diversidade de opções àqueles que praticam o Lazer como parte de um objetivo educacional.

Essas relações entre educação e Lazer mostram que, embora “as pesquisas sobre lazer estivessem concentradas nas faculdades de educação física e sociologia” (ROSA, 2006, p. 105), com o Ensino Superior do curso de Turismo, pelos seus estudos abrangerem a cultura e o Lazer, entre outros pontos importantes para formação do Bacharel em Turismo, as pesquisas ganham novos espaços acadêmicos como, por exemplo neste artigo, que objetiva analisar como os estudantes do CT, que são jovens, em boa parte entre os 16 a 29 anos, experimentam essas relações.

A hipótese levantada nesse trabalho é de que através desse curso superior os jovens estão ampliando seu modo de vida pelo conhecimento e vivência do Lazer através das visitas técnicas e dos conteúdos aprendidos em sala de aula. Essas visitas técnicas compreendem viagens para outros estados, setores hoteleiros, pontos turísticos, como: praias, monumentos históricos, outras comunidades, contato com outras culturas e costumes. Dessa maneira, compreende-se que o curso de turismo tem caráter multidisciplinar, abordam-se assuntos como sociabilidade, cultura, educação patrimonial entre outros, através de suas atividades e disciplinas contribuindo para formação profissional e para uma juventude mais instruída em relação a cultura, o Lazer e o turismo.

Na verdade, o turismo como caráter humanístico é importante para a formação dos jovens no processo de conscientização turística, através das vivências do Lazer e das informações sobre cultura, meio ambiente, patrimônio histórico entre outros pontos, sendo responsáveis por proteger, conservar, valorizar e promover a cultura e os patrimônios culturais, estimulando desta maneira um sentimento de pertencimento dos jovens às localidades. Assim, ao pensar o turismo como processo de desenvolvimento humano, sobressai o interesse de relacioná-lo à educação e juventude.

Nesse sentido, o objetivo e hipótese apresentados podem ter desdobramentos secundários de análises, como o de entender se o curso de turismo pode proporcionar a seus alunos, profissionais do Turismo, turistas, nativos, residentes e demais envolvidos nos processos sociais, contribuições para seres humanos mais responsáveis e transformadores que respeitam novas culturas, preservem o meio ambiente, valorizem a vida humana, têm a sensibilidade de compreenderem o valor de cada espaço sociocultural, com capacidade de inovação (SOUZA, 2014).

## 2. Traços metodológicos

A pesquisa foi realizada em 2017 com jovens estudantes do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Universitário Ministro Reis Veloso, situado na cidade de Parnaíba-PI. Esse *campus* dispõe de 12 cursos de graduação, incluindo o CT que

dispõe de 43 disciplinas obrigatórias e 17 optativas como também atividades complementares (porém somente algumas envolvem diretamente o tema em discussão). As disciplinas abordam alguns tópicos do trabalho como juventude, Lazer e turismo, embora com visão diferenciada, como exemplo as disciplinas de Sociologia, Antropologia, Teoria e Técnica do Turismo, Patrimônio, Turismo Cultural, dentre outras.

Quanto a abordagem desta pesquisa, utilizou-se da qualitativa. O que significou traduzir em forma de questionários os conceitos, percepções e análises que os alunos tem sobre o Lazer, mas também essas opiniões em números. “Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, em que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa” (GOLDENBERG, 1997).

Nas técnicas para obtenção das informações, utilizaram-se de dados bibliográficos sobre o CT, bem como pelo caso empírico, onde foram aplicados 38 questionários (GIL, 2010) com as seguintes definições: cinquenta por cento (50%) do total de cada turma das quais englobaram apenas os estudantes do primeiro e oitavo período. A divisão se deu do seguinte modo: 20 alunos do primeiro período e 18 do oitavo período, incluídos os formandos e não formandos, com a faixa entre 16 a 29 anos de idade.

Os questionários abrangeram um total de vinte perguntas abertas e fechadas. Entre a 1ª e 12ª foram incluídas perguntas fechadas que buscaram levantar dados acerca dos aspectos socioeconômicos dos alunos, com a finalidade de descobrir o perfil deles. Entre a 13ª e 20ª, foram feitas perguntas abertas com intuito de analisar o entendimento dos mesmos sobre Lazer, como eles o vivencia e quais as mudanças significativas em relação ao tema esses jovens fizeram durante a vivencia no CT.

Com as informações coletadas, foi definida uma amostra que pudesse representar os primeiro e oitavo períodos. Depois desta definição, os jovens foram convidados a participarem da pesquisa, como também obtiveram as informações do que tratava a pesquisa e que alguns deles por conta da idade seriam dispensados. Vale destacar que o total das duas turmas eram equivalentes a 84 indivíduos (44 do primeiro período e 40 do oitavo). Porém, desse total, somente 40 do primeiro e 36 do oitavo períodos estavam na faixa de idade, somando um total de 76 indivíduos.

Depois da aplicação dos questionários, teve-se início a transcrição das informações por intermédio do editor de texto Microsoft Word 2010. Para a produção das tabelas foram utilizados O *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) e a técnica de análise de conteúdo, classificada como análise categorial. Com o SPSS, os dados foram analisados de acordo com os procedimentos recomendados para se efetivar os objetivos

da pesquisa. A segunda técnica, da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 38), constitui-se de um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A escolha por dois períodos distintos se deu porque, no caso do primeiro período, os alunos que estão iniciando o curso irão expor suas experiências de estar concluindo o primeiro período, apresentando suas opiniões sobre o Lazer e Turismo pelas suas trajetórias na rede básica de ensino e demais instituições/ espaços de sociabilidades. Ao analisar com os mesmos questionamentos os alunos do oitavo período, buscou conhecer os conhecimentos produzidos no decorrer do CT, além de fazer um paralelo entre os dois períodos, obtendo alguns traços sobre o perfil, experiências e conhecimentos que os calouros, formandos e não formandos expõem sobre o tema em questão.

### 3. A produção de sentidos de Lazer por jovens estudantes do curso de Turismo

Ao pensar a produção de sentidos sobre o Lazer por jovens estudantes de Turismo, entende-se que é necessário traçar alguns pontos sociodemográficos, principalmente os que trazem indicativos de inter-relações de manutenção e transformação das experiências dos jovens estudantes do curso de Turismo com o Lazer.

#### 3.1 traços sociodemográficos de jovens estudantes de Turismo

Ao elencar elementos sobre o perfil socioeconômico desses alunos, podem ser observadas certas semelhanças e diferenciações sociais entre estes jovens estudantes. Na verdade, caracterizam-se as diferentes maneiras e modos de ser jovem na heterogeneidade econômica, social, política e cultural da modernidade, com fluxos de identidades, possibilidades e códigos múltiplos e diferenciados (ABRAMO, 1994; GROPPPO, 2000; NOVAES, 2010). Especificamente, verificam-se que as turmas são compostas de mais jovens do gênero feminino (primeiro período - 80%, oitavo período - 55,6%). Quase todos (primeiro período - 100%; oitavo período - 94,4%) os alunos são solteiros, com faixa etária de maior prevalência entre 16 e 21 (primeiro período - 65%) e entre 22 e 25 anos (oitavo período - 66,7%). Além disso, uma parte significativa (primeiro período - 65%; e oitavo período - 61,1%) se consideram pardos (ver tabela 1).

Essa diferenciação na faixa etária entre os grupos pesquisados também é observada com a renda familiar. Percebe-se entre esses estudantes que a maioria (70%) dos jovens do primeiro período tem uma renda correspondente a um salário mínimo, enquanto os do oitavo período (61,1%) tem renda mensal maior que um salário mínimo. Na verdade, a

concepção da renda pode ser importante para dizer que esses alunos não dispõem de dinheiro para realizarem determinados tipos Lazer, mas não deixam, segundo Groppo (2000, p.73), de colaborarem na criação de espaços do Lazer “e até de forma assumida pelo lúdico nesta nova esfera das relações socioculturais. Num momento seguinte, a liberação espacial e temporal propiciada pelo lazer vem alojar e dar sustentação às novas vivências e identidade juvenil” (ver tabela 1).

É possível dizer ainda que um pouco mais da metade deles (primeiro período - 50%; e oitavo período - 55,6%) não tem religião, mas acreditam em Deus. A maioria (primeiro período - 75%; e oitavo período - 77,8%) mora com os pais/ parentes. E residem/ têm origem em cidades consideradas polos de Lazer (primeiro período - 65%; oitavo período - 66,7%), o que pode auxiliar nas formas de Lazer, isto faz lembrar Maffesoli (2004), para quem o lugar faz o elo entre os indivíduos e os grupos, entre as subjetividades e objetividades (ver tabela 1).

Outro fator relevante nestes códigos múltiplos dos jovens estudantes é a questão do grau de instrução dos pais. Nas duas turmas, percebe-se uma baixa escolaridade (primeiro período - 15%; oitavo período - 16,7%) dos pais no ensino superior. Isso leva a pensar que apesar desses não terem alcançado grandes transformações na escolarização, os filhos estão buscando isso ao se inserirem no curso de Turismo, conforme Elias (1994, p.33) “os jovens que se preparam para uma gama cada vez mais variada de funções já não são treinados para a vida adulta com adultos, mas o são indiretamente, em institutos, escolas e universidades especializadas” (ver tabela 1).

Tabela 1 - Os aspectos socioeconômicos dos alunos do Primeiro e Oitavo períodos.

<b>Características</b>	<b>Alunos 1ª período N (%)</b>	<b>Alunos 8ª período N (%)</b>
<b>Idade (anos)</b>		
16-21	13 (65,0)	0 (0,0)
22-25	05 (25,0)	12 (66,7)
26-29	02 (10,0)	06 (33,3)
<b>Sexo</b>		
Masculino	04 (20,0)	08 (44,4)
Feminino	16(80,0)	10 (55,6)
<b>Cidade de Origem/ residência</b>		
Parnaíba/ Luís Correia-PI	12 (65,0)	14 (66,7)
Outros	07 (35,0)	04 (22,2)
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro/a	20 (100,0)	17 (94,4)
Casado/a	0 (0,0)	01 (5,6)

<b>Com quem mora</b>		
Pais e parentes	15 (75,0)	14 (77,8)
Outros	05 (25,0)	04 (22,2)
<b>Renda Familiar Mensal</b>		
Até um salário	14 (70,0)	07 (38,9)
Acima de um salário	06 (30,0)	11 (61,1)
<b>Cor</b>		
Branca	04 (20,0)	04 (22,2)
Parda	13 (65,0)	11 (61,1)
Preta	03 (15,0)	03 (16,7)
<b>Qual é a religião</b>		
Não acredita em Deus	4 (20,0)	06 (33,3)
Sem religião (mas crer em Deus)	10 (50,0)	10 (55,6)
Outros	06 (30,0)	02 (11,2)
<b>Grau de instrução dos pais</b>		
Sem escolaridade	04 (20,0)	04 (22,2)
Até o Ensino Médio	13 (65,0)	11 (61,1)
Até o Ensino Superior	03 (15,0)	3 (16,7)

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

### 3.2 Os Jovens estudantes do curso de Turismo: o que pensam sobre o Lazer?

Apresentar e discutir o que os estudantes do curso de Turismo pensam e fazem do Lazer tornam-se pontos fundamentais para entender a forma como alunos que estudam essa área do conhecimento se fazem a partir dela. Para isso, traz-se algumas reflexões em torno das categorias construídas pela experiência dos jovens sobre o Lazer no decorrer do curso de turismo.

Ao serem questionados sobre as diversas formas de experienciar o Lazer, muitas respostas foram similares. O que estão em evidência são as que mais se repetiram, por exemplo o Jovem 1, do primeiro período, quando diz ser o Lazer o “momento em que nos desligamos da rotina do dia a dia para fazermos coisas que nos fazem bem, como ler, ouvir músicas, dormir”. Do outro lado, as demais, que são diferentes, com menor frequência, a saber a fala do Jovem 3 do primeiro período, segundo ele o “Lazer é aproveitar o tempo livre, fazendo o que gosta, praticando ou realizando uma atividade que goste” (ver quadro 1).

Quadro 1 - Conceito de Lazer por jovens do primeiro período

Jovem 1 (primeiro período). É momento em que nos desligamos da rotina do dia a dia para fazermos coisas que nos fazem bem. (Ler, ouvir músicas, dormir).
--

Jovem 2 (primeiro período). Entretenimento, atividade que proporciona momentos de descanso e diversão, com a família e amigos.
Jovem 3 (primeiro período). Lazer é aproveitar o tempo livre, fazendo o que gosta, praticando ou realizando uma atividade que goste.
Jovem 4 (primeiro período). É um momento para esquecer as preocupações, sair da rotina e viajar.
Jovem 1 (oitavo período). É um momento de ruptura do cotidiano, momento de parar, relaxar e fazer atividades divertidas.
Jovem 2 (oitavo período). É estar em um ambiente que proporcione paz, tranquilidade e descanso.
Jovem 3 (oitavo período). É fazer algo prazeroso nas horas vagas, sair com família e amigos ou ficar em casa fazendo alguma coisa que goste.
Jovem 4 (oitavo período). É um momento de tranquilidade sem muitas obrigações a cumprir, de preferência fora da cidade.

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Percebe-se nas falas destes jovens do primeiro e oitavo períodos, conforme quadro 1, que Lazer é sair da rotina, aproveitar o tempo livre para fazer o que gosta, como: viajar, ler, ouvir música dormir ou momento de diversão com a família e amigos. É possível observar que os pensamentos deles não se distinguem em grande medida entre os períodos. Ao remeter as categorias famílias e amigos, pode-se perceber a importância que elas têm para esses jovens estudantes em suas práticas socioculturais. Em outros estudos, como de Coutrim (2012), existem fortes influências da família e dos amigos nas escolhas dos jovens, mesmo inseridos numa configuração social marcada pelas mais diversas matrizes de socialização, como é a escola ou a universidade.

Na verdade, na maioria das falas dos alunos, listados no quadro 1, verifica-se que elas se referem ao Lazer como uma viagem, o que associam, de certa forma, ao curso de Turismo. Mas ao avaliar as respostas dos jovens do oitavo período, vê-se que em algumas delas, estes jovens citam o ócio como atividade do Lazer, evidenciando conhecimento acadêmico sobre o tema. Isso pode ser remetido ao que Gaelzer (1979 p. 54) chama de “[...] um estado mental ativo associado a uma situação de liberdade, de habilidade e de prazer”.

É importante observar que tipos de relações existem entre o que os jovens estudantes de Turismo pensam e fazem com o Lazer. Apesar de mensurarem essas atividades com a liberdade, habilidade e prazer, são inúmeras as formas praticadas por esses estudantes, conforme quadro 2

Quadro 2 - A prática do Lazer pelos jovens estudantes



Jovem 1 (primeiro período). Viajar, curtir bastante cada momento, conhecer pessoas diferentes sair da rotina.
Jovem 2 (primeiro período). Ficar com meu namorado, sair para o cinema.
Jovem 3 (primeiro período). Ouvir música sair com amigos para ir a algum lugar passear
Jovem 4 (primeiro período). Assistir filmes, sair com amigos conhecer pontos turísticos.
Jovem 5 (oitavo período). Ler, escrever, assistir filmes, praticar esportes.
Jovem 1 (oitavo período). Praticar esportes, reunir com os amigos, ir à praia, ficar com a família, ler livros e assistir filmes.
Jovem 10 (oitavo período). Ir a festas, a barzinhos, ir à praia e ao cinema.
Jovem 12 (oitavo período). Sair com família e amigos ir à praia, conhecer lugares diferentes, principalmente pontos turísticos.
Jovem 4 (oitavo período). Especialmente viajar, pelo curso, praia, cinema, eventos em geral relacionados ao curso.

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Ao analisar as referências de Lazer praticadas pelos jovens dos diferentes períodos do curso de Turismo, vê-se que eles se referem de diversas formas, mas destacam, principalmente os do oitavo período, quando estão participando de eventos relacionados ao curso de Turismo, viagens para conhecerem pontos turísticos, o que mostram práticas de Lazer voltadas para o curso de Turismo.

Há de salientar uma importância dada por esses jovens aos aspectos socioculturais do Lazer, mas também pelos conhecimentos construídos por meio das experiências no CT. O que pode ser remetido a uma pesquisa realizada sobre a construção dos saberes de professores universitários no campo do Lazer. Nela, Silva e Isayama (2015) percebem nas experiências que marcaram a construção de saberes dos professores, uma diversificação que são encontradas em diferentes ambientes e fases da vida, o que dizem respeito a vivências positivas, bem como as angústias e barreiras encontradas no percurso desses docentes.

### 3.3 Turismo e Lazer: experiência de jovens estudantes

Ao considerar o curso de Turismo como uma área do conhecimento multidisciplinar, entende, assim como Ansarah (1995), que “os conteúdos programáticos das disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso devem conter todas as atividades relacionadas com a atuação do Turismólogo, como os aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, políticos, tecnológicos [...] (p. 48)”. Essa diversidade, que possibilita o compartilhamento do conhecimento com a atividade turística, tem relação com a maneira com que

estudantes expressam o Lazer, no caso pelas descobertas, aprendizados e experiências vividas durante o CT, conforme quadro 3.

**Quadro 3** - Aprendizados e experiências sobre o Lazer por estudantes do Turismo

Jovem 7 (primeiro período). Através do curso estou conhecendo verdadeiramente os conceitos e a importância do lazer na vida de cada indivíduo.
Jovem 2 (primeiro período). O lazer deve ser praticado com consciência sem agredir o meio ambiente, educação ambiental.
Jovem 13 (primeiro período). Importantíssimo, porque você estando inserido no curso, você acaba conhecendo melhor os meios que contribuem para um melhor momento de lazer.
Jovem 11 (primeiro período). Me faz entender a necessidade que temos de estar à procura do lazer, me faz entender que o lazer é fundamental na vida.
Jovem 3 (oitavo período). O curso me proporcionou uma descoberta de um novo mundo, as viagens, os seminários me proporcionaram muito conhecimento sobre o lazer.
Jovem 6 (oitavo período). Me proporcionou um maior entendimento a partir dos conceitos de lazer e turismo.
Jovem 12 (oitavo período). A partir das aulas desenvolvidas no curso compreendi que lazer e tempo livre são bem diferentes.
Jovem 15 (oitavo período). Mostrou-me que podemos praticar o lazer sem agredir o meio ambiente, respeitando sempre o espaço que está inserido.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2017.

É possível perceber nas falas desses jovens estudantes o lugar que o curso de Turismo tem na construção do conhecimento em relação ao conceito de Lazer, o que inclui uma melhor prática e um entendimento sobre sua importância na vida dos indivíduos. Estes trechos das falas inseridas no quadro 3 mostram a percepção dos jovens do primeiro período muito ligada a reflexão teórica sobre o Lazer, enquanto os estudantes do oitavo período dialogam com o conceito por meio da relação dialética entre a teoria e a prática proporcionadas nas viagens. Isso evidencia que as aulas práticas contribuíram para produção do conhecimento em relação ao Lazer e seus desdobramentos, como práticas ligadas à uma educação ambiental.

De forma representativa às experiências dos jovens com o Lazer, verifica-se na tabela 2, que esses estudantes dizem ter um maior conhecimento (discentes do primeiro período: 40% e 44% do oitavo) sobre o Lazer depois de terem entrado no curso de Turismo. Em outros pontos levantados, pode-se dizer que os jovens do primeiro período dizem ter uma visão mais crítica (10%) e os do oitavo período argumentam que melhoraram suas práticas do Lazer (11%). Com isso, corrobora-se com Ansarah (2002, p.23), para quem “a educação em turismo deve estar direcionada para uma reflexão multidisciplinar e para o trabalho em equipe, contemplando contextos multiculturais em que a criatividade combine o saber tradicional ou local e o conhecimento” [...].

Tabela 2 - Atividades de Lazer praticadas pelos estudantes do curso de Turismo

<b>Características</b>	<b>Alunos 1<sup>a</sup> período N (%)</b>	<b>Alunos 8<sup>a</sup> período N (%)</b>
<b>A relação do Lazer pelo Curso de Turismo</b>		
Conhecimento do Lazer	08 (40,0)	08 (44,0)
Melhor prática de Lazer	04 (20,0)	02 (11,0)
Consciência ambiental	03 (15,0)	03 (17,0)
Conhecer outras culturas	02 (10,0)	0 (0,0)
Visão mais crítica	02 (10,0)	05 (28,0)
Outros	01 (5,0)	0 (0,0)
<b>Atividades de Lazer realizadas durante o curso Turismo</b>		
Visita técnica	06 (30,0)	06 (33,0)
Trilha	05 (25,0)	00 (0,0)
Viagens	04 (20,0)	09 (50,0)
Atividades desportiva	00 (0,0)	01 (6,0)
Não considerou atividades de Lazer	05 (25,0)	02 (11,0)
<b>Vivências do Lazer com o curso de Turismo</b>		
Diversificação na prática do Lazer	07 (35,0)	08 (44,0)
Visão crítica	04 (20,0)	05 (28,0)
Vivenciar efetivamente o Lazer	03 (15,0)	03 (17,0)
Mudança na maneira de viajar	02 (10,0)	01 (5,0)
Não mudou	04 (20,0)	01 (6,0)

Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Por essa relação dialética entre conhecimento turístico e Lazer, os jovens estudantes pesquisados passaram a observar, questionar e a participar nas atividades de Lazer e turismo, analisando a relação entre os conteúdos ministrados e as práticas realizadas nas visitas técnicas ou viagens. Destaca-se, nesse sentido, que os discentes do oitavo período passaram a ponderar sobre as escolhas referentes a prática do Lazer, como mencionados nas categorias construídas pela tabela 2. Isso porque “a experiência é trabalhada como um componente importante na construção de um profissional reflexivo, que toma sua prática e a relação coletiva que estabelece com outros colegas, elementos de reflexão que possibilitam mudanças” (FRANCO, 2005, p. 223).

Sobre as atividades de Lazer realizadas durante o CT, os alunos do primeiro período disseram ter feito trilhas (25%) e visitas técnicas (30%), mas ainda não tinha sido possível

participar de outras ações. No caso dos jovens estudantes do oitavo período, estes participaram de muitas atividades práticas durante o curso, como viagens de visitas técnicas (33%), eventos científicos (50%), entre outros, proporcionando aos mesmos a vivência do Lazer atrelado ao turismo, novas experiências mediadas pelo conhecimento do CT (ver tabela 2).

Vale destacar ainda que alguns (primeiro período: 25%; oitavo período: 11%) alunos não consideraram Lazer as atividades realizadas durante o curso ou que não participaram desses momentos (ver tabela 2). Mas, por outro lado, buscaram analisar essa relação pela perspectiva multidisciplinar, principalmente em suas viagens depois que começaram a estudar, “A Antropologia, Sociologia me ajudaram com outras culturas, conversar com nativos, através dessas experiências, expandindo meu conhecimento sobre turismo” (Jovem 2, do primeiro período, quadro 4). Importa dizer, assim como Silva e Isayama (2015), que todos parecem mobilizar saberes a partir de suas vivências pessoais e profissionais de Lazer.

**Quadro 4** - Reflexões do curso de Turismo sobre o Lazer

Jovem 2 (Primeiro período). A Antropologia, Sociologia me ajudaram com outras culturas, conversar com nativos, através dessas experiências, expandindo meu conhecimento sobre turismo.
Jovem 7 (Primeiro período). Visita técnica e trabalho de campo.
Jovem 11 (Primeiro período). Viagens para conhecer pontos turísticos.
Jovem 1 (Oitavo período). Sim, conhecer lugares diferentes, visitar os patrimônios históricos, prática de caminhar e fazer trilhas, tudo isso por meio de várias disciplinas que fui tendo durante o curso.
Jovem 2 (Oitavo período). Participação em eventos em geral, sempre que tenho oportunidade participo das organizações de eventos ou visita técnica.
Jovem 17 (Oitavo período). Sempre que posso vou a praia acampar, ou somente ir a praia curtir a natureza, isso é uma forma de Turismo Social.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2017.

Vale dizer que esses jovens estudantes acionam no seu discurso reflexivo experiências conectadas entre teorias e práticas. As atividades mencionadas, por exemplo pelo jovem 1 (oitavo período), “conhecer lugares diferentes, visitar os patrimônios históricos, prática de caminhar e fazer trilhas, tudo isso por meio de várias disciplinas que fui tendo durante o curso”, são relevantes porque mostram as relações que eles fazem entre o conhecimento acadêmico do curso e as experiências com o Lazer (ver quadro 4).

**Quadro 5** - Mudanças no modo de vida de jovens estudantes sobre Lazer

Jovem 1 (Primeiro período). O curso me proporcionou maior conhecimento sobre as várias práticas de turismo e lazer.
Jovem 13 (Primeiro período). Com o turismo passei a ter um a nova visão sobre lazer.
Jovem 20 (Primeiro período). O turismo me fez ter um olhar diferenciado para o lazer de forma mais séria, vejo lazer como um mecanismo que vai além de proporcionar diversão e bem-estar.
Jovem 1 (Oitavo período). Antes do curso de Turismo eu não tinha noção da ligação entre lazer e as atividades turísticas.
Jovem 11 (Oitavo período). A partir do curso passei a entender o lazer e suas definições e a importância para vida dos indivíduos, como também ter um olhar mais crítico.
Jovem 17 (Oitavo período). Sim, pois através do turismo posso conhecer outros lugares e ter um olhar diferente sobre tudo, ao chegar a um local e ver tudo pronto, posso ter a noção como tudo foi planejado para estar de forma organizada.

**Fonte:** Pesquisa direta 2016.

As reflexões apontadas no quadro 5, por exemplo pelo jovem 20 (primeiro período), “O turismo me fez ter um olhar diferenciado para o lazer de forma mais séria, vejo lazer como um mecanismo que vai além de proporcionar diversão e bem-estar”, remetem as mudanças no modo de viver desses estudantes desde o primeiro período do CT. Para Marcellino (1987 p. 59 *apud* SÁ, 2003, p. 68) “é possível pensar o Lazer como veículo e objeto de educação, contudo, para tanto, é necessário considerar suas potencialidades culturais para o seu desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos [...]”.

Nesse sentido, compreende-se que as experiências dos jovens no curso de Turismo podem trazer transformações nas maneiras como aprendem e experienciam o Lazer. Para Carrano (2005 p.176 *apud* ROSA, 2006, p. 33) “O lazer pode ser espaço de aprendizagem das relações sociais em um contexto de liberdade de experimentação”. Os estudantes dos dois períodos em estudo afirmaram ter uma visão mais crítica e passaram a viajar mais para obter um maior conhecimento acerca do turismo e “vivenciar o lazer de forma diferente, passando a ser um bom observador, ter uma visão mais ampla de todo o trabalho ou planejamento feito para tudo ficar pronto e organizado”, segundo um destes estudantes.

#### 4 Considerações Finais

O presente trabalho foi realizado com intuito de conhecer os sentidos de Lazer produzidos pelos jovens estudantes do Curso de Turismo de uma universidade do interior do Nordeste do Brasil. O estudo focalizou as concepções de Lazer desses jovens estudantes a partir das vivências socioculturais e os conhecimentos construídos no CT, tendo como foco os ingressantes, formandos e não formandos.

Os relatos dos jovens do CT evidenciam que o processo educacional interfere nas

práticas de Lazer e em suas maneiras de constituir tais ações, principalmente nas formas vividas das relações com as famílias, amigos, bem como nas interações das atividades oferecidas pelo curso de turismo, que proporcionam Lazer e aprendizagem.

Analisando por outro ângulo, é importante destacar quais foram as aprendizagens desencadeadas na vivência do Lazer. Os alunos, na sua grande maioria, têm uma visão positiva quanto às atividades realizadas fora da sala de aula, embora alguns não considerem como Lazer e sim aula curricular. Em relação a prática do Lazer, depois que começaram a cursar Turismo, percebeu-se uma mudança considerável, principalmente para os alunos do oitavo período, não somente na prática, mas em relação aos conhecimentos das diferentes formas Lazer e turismo, como também sua importância na vida dos indivíduos, ressaltando assim que o turismo contribui para formação cultural e possibilita desenvolver a aprendizagem no âmbito do Lazer.

Desta forma, pode-se afirmar que os sentidos de Lazer dos jovens estudantes estão permeados pelos conhecimentos produzidos durante o Curso de Bacharelado em Turismo, desenvolvendo nesses estudantes novos olhares voltados aos atrativos criados, organizados e planejados para atender as atividades de Lazer e as necessidades das pessoas, contribuindo para um profissional mais observador, crítico e criativo nos âmbitos pessoal e profissional.

**Recebido em 22 de abril de 2020.**

**Aprovado em 09 de maio de 2020.**

## Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis**. São Paulo: Editora página Aberta 1994.
- \_\_\_\_\_. **Estação juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**, Brasília: SNJ, 2014.
- AGUIAR, Maria de Fátima. **Lazer e produtividade no trabalho**. 112 f. Dissertação. Mestrado em Administração: UNIFOR, Fortaleza, 2000.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Educação e formação do bacharel em Turismo. **Turismo em análise**, 44 a 46, maio, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo, Aleph, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.
- CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento Revista da Faculdade de Educação Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, maio de 2003 pp. 138-140.
- COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação et al. Entre o passado e o presente: a influência geracional nas perspectivas de futuro profissional dos jovens. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Vol. 9, n. 18, pp. 116-134, 2012. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/233/7>. Acessado em: 15 de junho de 2019.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva. 1973.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FRANCO, Luiz Fernando. Racionalidade técnica, pesquisa colaborativa e desenvolvimento profissional de professores. In: PIMENTA, Selma G. e GHEDIN, Evandro. (orgs.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 219-224.
- GAELZER, Lenea. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina 1979
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro:

Atlântica, 2004.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações, In. FORACCHI, Marialice Mencarini (org), **Karl Mannheim: Sociologia**, São Paulo, Ática, 1982.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação**. 7ª.ed, Campinas, Papyrus. 2005.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; SOUZA, Patrícia Lanes Araújo de. Cultura, lazer e tempo livre de jovens brasileiros(as) nas perspectivas de gênero e escolaridade. **Anais... XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007. 1 CDROM.

MENOIA, Telma Regina Marialva. **Lazer: história, conceitos e definições**. 22f. Monografia. Bacharelado em Recreação e Lazer. UNICAMP, Campinas, 2000.

NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: jogos e espelhos. **Revista Ciência & Vida**. Sociologia Especial: Juventude Brasileira. Ano I. nº 2, pp.6-15. São Paulo: Escala: 2007.

\_\_\_\_\_. Juventudes e religiões: diversidade e novas possibilidades. **DIÁLOGO Revista de ensino religioso**, São Paulo, p. 8 - 14, 01 ago. 2010.

REQUIXA, Renato. Conceito de lazer. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**. n.º 42, p. 21. 1979.

\_\_\_\_\_. Sugestões de diretrizes para uma política nacional do lazer. São Paulo: SESC, 1980.

ROSA, Tatiane da Silva. **Lazer: concepção e vivência de uma juventude**. Dissertação de mestrado em educação, UFRGS. Porto Alegre, 2006.

SÁ, Kátia Oliver de. **Lazer, trabalho e educação: pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil**. 147f. Dissertação. Mestrado em Educação: UFBA, 2003.

SILVA, Adriano Gonçalves da; ISAYAMA, Hélder Ferreira. A construção do saber de professores universitários do campo do lazer. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 12, n.29. pp. 213-240. 2015. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/642/773>. Acessado em: 20 de junho de 2016.

SOUZA, Luzinei Nunes Lira de. **Formação do Profissional do Turismo: Campos e crítica**. 70 f. Dissertação. Mestrado em educação, USP. São Paulo 2014.



## “POR FAVOR, ABRAM O LIVRO NA PÁGINA...” OBRAS DIDÁTICAS DE SOCIOLOGIA E AS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE<sup>15</sup>

RODRIGO DE SOUZA PAIN<sup>16</sup>

WALACE FERREIRA<sup>17</sup>

### RESUMO

Este artigo discute aspectos relevantes das obras de Sociologia adotadas em sala de aula e sua aplicabilidade na práxis docente. A metodologia segue uma abordagem histórica, com revisão bibliográfica e constatação empírica e indutiva da temática. Defendemos a interação entre autores e docentes e uma maior representação de autores negros e mulheres na busca pela educação decolonial. Diante do quadro de inovações tecnológicas, concluímos que o livro didático é primordial na educação brasileira, dentre outras razões, porque muitos docentes não têm formação na área.

**Palavras-chave:** Livro didático; Sociologia; Prática docente.

## “PLEASE OPEN THE BOOK ON THE PAGE..” DIDACTIC WORKS OS SOCIOLOGY AND IMPLICATIONS FOR TEACHING WORK.

### ABSTRACT

This article aims to discuss relevant aspects of the works os Sociology adopted in the classroom and their applicability in teaching praxis. The methodology was a historical approach, with bibliographic review and empical and inductive verification of the theme. As a result, we defend the need for interaction between authors and teachers and greater representation of black authors and women in the search for decolonial education. In the face of technological innovations, we concluded the primordial textbook on Brazilian education in which many teachers are not trained in the area.

**Keywords:** Textbook; Sociology; Teaching Practice.

15. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

16. Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

17. Doutor em Sociologia pelo IESP/UERJ, professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais (LEPCS/CAP-UERJ).

## Introdução

O uso do livro didático representa uma prática comum entre os docentes na tradicional escola brasileira. Apesar do pouco debate sobre sua utilização, a importância desse material é percebida nas políticas públicas desenvolvidas com o propósito de universalizar o acesso em diversos segmentos escolares. No campo da Sociologia, os livros representam uma ferramenta importante, pois muito dos seus professores não tem formação na área, e esse é o único material disponível em muitos casos. Além disso, a trajetória da disciplina ao longo da história foi de intermitência entre a obrigatoriedade e a ausência do seu conteúdo nos currículos do Ensino Médio, o que proporcionou significativa descontinuidade nas reflexões referentes à Sociologia escolar.

A metodologia seguida pela pesquisa que realizamos utilizou uma abordagem histórica, com revisão bibliográfica e constatação empírica e indutiva sobre o tema. O presente trabalho pretende fazer uma análise do uso das obras didáticas por parte do docente. Para isso apontaremos a trajetória da disciplina nos currículos brasileiros, em seguida indicaremos a importância do livro didático nas políticas públicas, em especial as de Sociologia nos últimos programas de distribuição de livros. E por fim, discutiremos a relevância do material didático, sua utilização entre os docentes e os desafios nesse novo contexto educacional e tecnológico.

## 2. Concisa trajetória da disciplina de Sociologia nos currículos do Brasil

Pensar na formação do futuro professor de Sociologia no país é refletir sobre o complexo caminho que essa área do conhecimento trilhou até aqui. Existem diversas cronologias para as duas principais dimensões da história das Ciências Sociais/Sociologia: da formação dos profissionais e da disciplina nas escolas de Educação Básica, sobretudo no Ensino Médio. Consideramos, como salienta a socióloga Ileizi Silva, que esses aspectos se complementam e ajudam a demarcar a trajetória no campo de análise (SILVA, 2010).

Podemos afirmar que as idas e vindas da Sociologia nos currículos das escolas brasileiras constituem interessante objeto de estudo e nos diz muito sobre a atualidade da disciplina. As primeiras propostas para a inclusão da nova área de conhecimento couberam a Benjamin Constant, então ministro de Floriano Peixoto, em 1891. Indicado para Ministro da Educação, Constant apresentou um Plano Nacional para o setor que previa como obrigatória em todas as escolas do Ensino Médio o ensino de Sociologia (CARVALHO, 2004)<sup>18</sup>. No entanto, tal proposta ficou restrita aos papéis, sem jamais ter sido implantada de maneira efetiva<sup>19</sup>. A proposta foi descartada após sua morte.

18. Na disciplina intitulada “Sociologia e Moral” com grande influência positivista.

19. Interessante refletir que a primeira cadeira de Sociologia só foi criada em 1887, na Universidade de Bourdeaux, na França, com o jovem Émile Durkheim a assumindo.

A seguir, entre 1925 e 1945, podemos considerar a época de ouro da disciplina. Em 1925, a Reforma Rocha Vaz aponta para a Sociologia como obrigatória no tradicional Colégio Pedro II e o professor responsável para lecioná-la foi Delgado de Carvalho<sup>20</sup>. Apesar de nascido na França, o importante docente tinha pai brasileiro. Sua formação intelectual ocorreu naquele país europeu, na prestigiada Escola de Ciências Políticas de Paris<sup>21</sup>. Ainda no contexto da Reforma, a disciplina passou a fazer parte de maneira obrigatória do currículo das Escolas Normais do Rio de Janeiro e do Recife. No caso da capital pernambucana, destaca-se a iniciativa de Gilberto Freire.

Em 1931, no início da Era Vargas, a Reforma Francisco Campos torna a disciplina obrigatória em todos os cursos do nível complementar. Amplia assim a Sociologia em nível secundário, indo além das Escolas Normais. Buscava-se oferecer uma formação mais humanista aos estudantes (CARVALHO, 2004), com a procura da identidade nacional tão pensada naquele contexto, e também com a inspiração em todo ideal de modernidade pelo qual o Brasil passava. Segundo Flávio Sarandy (2004), foi nas escolas normais, e também de preparação para o ingresso em cursos superiores, que surgiram os primeiros esforços de sistematização do pensamento sociológico por meio de manuais destinados ao ensino da nova disciplina.

Por estar presente nos diferentes níveis de ensino (Escola Normal, Ensino Secundário e Ensino Superior), nesse momento importante de implementação da Sociologia, diversos manuais e livros foram utilizados para seu ensino. Fernando Azevedo e Amaral Fontoura foram dois autores que se destacaram nesse período de ouro da Sociologia. Suas obras trouxeram o debate entre dois grupos de intelectuais, os escolanovistas (da Escola Nova progressista) e católicos. Azevedo trazia ideias de Durkheim, tais como fato social, a importância da educação moral e a definição científica da Sociologia. Também abordava autores brasileiros como Sílvio Romero e Delgado de Carvalho. Já Fontoura, por outro lado, pensava em uma “Educação Renovada”, diferente da “Escola Nova”, como a modernização dos métodos sem alterar o poder da Igreja Católica no campo educacional (CIGALES; ENGERROFF, 2018).

Já em 1942, com a Reforma Capanema, a disciplina de Sociologia perde a obrigatoriedade no Ensino Médio das escolas brasileiras, e fica relegada apenas às Escolas Normais de formação de professores a partir de 1946. Por outro lado assistimos, no período de 1942 e 1964, a ampliação de cursos universitários de Sociologia e dos centros de pesquisa criados pelos governos federal e estadual e por agências internacionais (SILVA, 2010). Em junho de 1954 é realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia organizado pela

20. Obrigatória no sexto ano do curso complementar de Ciências e Letras.

21. Suas obras enriqueceram o campo da Geografia da época, a saber: “Geografia do Brasil” (1913), “Meteorologia do Brasil” (1916), “Geographia do Brasil” (1923) e “Introdução a Geografia Política” (1926).

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). É o momento da consolidação da área no ensino superior justamente no período de enfraquecimento da disciplina no ensino secundário.

Em 1964, com o golpe civil-militar, e a imposição da ideologia militar autoritária, foram retirados todos os resquícios da Sociologia nas escolas médias do país. Professores e estudantes veem-se perseguidos. São criadas disciplinas com o propósito de substituir a Sociologia e a Filosofia: o caso de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e de Educação Moral e Cívica, ambas tornando-se obrigatórias no currículo por meio do decreto-lei 869 de 1969.

No ano de 1979, um conjunto de deputados progressistas toma posse tanto como deputados federais como estaduais. No caso das casas legislativas estaduais, deputados apresentam propostas de lei pela introdução da disciplina de Sociologia, o que acaba sendo sancionada como legislação estadual pelos governadores (CARVALHO, 2004).

Com a abertura e a redemocratização do país, diversas associações de sociólogos passaram a articular a volta da disciplina, o que ocorre em junho de 2008, com a Lei 11.684 (BRASIL, 2008a). A nova legislação altera a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 para incluir a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

### **3. As obras didáticas no Brasil em seu contexto histórico: breves palavras**

O livro didático é um material importante e muito utilizado por docentes dos segmentos fundamental e médio das escolas brasileiras, atualmente tendo forte suporte institucional através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC).

No Brasil, as primeiras reflexões a respeito do livro didático surgem em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro. Porém, diante da instabilidade política após a eleição de Júlio Prestes, o Instituto acaba não saindo do papel. Foi em 1938, com o então Ministro da Educação e Saúde do Governo Vargas, Gustavo Capanema, que em pleno Estado-Novo sugere a elaboração de livros didáticos a serem adotados em escolas brasileiras. Através do Instituto Nacional do Livro preveem-se obras literárias de interesse para a formação cultural do brasileiro, elaboração de dicionários e enciclopédias de cunho nacional e a expansão de bibliotecas públicas em território nacional.

O ensino, naquele contexto, era fundamentalmente voltado às elites. O Estado Novo de Vargas, com forte viés ideológico, vinha com doses relevantes de autoritarismo. Buscava-se a “identidade nacional”, de modo que componentes de moral e civismo faziam

parte dos discursos de autoridades da época. De acordo com a pesquisadora Simone Meucci (2011), entre 1900 e 1940 foram publicados 34 manuais ligados a Sociologia (uma jovem ciência na época). Segundo seus estudos, as décadas de 1930 e 1940 concentraram a maior parte das publicações na época, o que demonstra o desenvolvimento de um mercado naquele momento.

À medida que a instituição escola vai aumentando no Brasil, o Estado passa a assumir maior responsabilidade na produção do material didático. A expansão do número de estudantes nos governos militares teve impacto na produção das obras educacionais. De acordo com Juliana Filgueiras (2015), as políticas seguiam orientações da UNESCO, que indicavam o incentivo à produção de manuais pelas editoras privadas, com viés para estudantes carentes.

Nos anos 1960, o MEC possuía a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, com o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, e também a Fundação Nacional do Material Escolar, que deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo (FILGUEIRAS, 2015). Já em 1985, com a redemocratização, é feita avaliação de livros didáticos com maior rigor, e no governo Fernando Henrique Cardoso é criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o propósito de financiar livros com as editoras, e sua distribuição em escala nacional através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No governo Lula acontece a universalização da distribuição do material didático chegando ao Ensino Médio e também à modalidade Jovens e Adultos.

Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES, 2018), baseando-se em dados de 2016, os livros didáticos representavam 50% de todos os livros vendidos no país. Eles são avaliados por um programa que vem sendo modificado ao longo dos anos. Nos últimos PNLDs de Sociologia, universidades participaram da avaliação dos livros, o que gerou críticas, pois muitos docentes universitários não possuíam experiência no ensino básico, o que sinaliza um viés elitista na escolha das obras<sup>22</sup>. O ciclo do livro único de Sociologia do Ensino Médio é de três anos, e são consumíveis, ou seja, não precisam ser devolvidos pelos estudantes.

Os números do último PNLD de Sociologia, de 2018, mostram a grandeza desse universo. Foram comercializadas 7.585.647 obras, entre livros de estudantes e livros para docentes, e R\$90.097.242,00 foram gastos nas obras de Sociologia<sup>23</sup>.

22. A importância e a valorização do material didático de Sociologia está, inclusive, na aprovação das obras. No PNLD 2012 foram duas obras aprovadas; no PNLD 2015 foram seis livros e no PNLD 2018 foram cinco obras selecionadas.

23. As obras selecionadas foram: Sociologia - Editora Scipione com 1.532.361 exemplares; Sociologia Hoje - Editora Ática com 1.229.004 exemplares; Sociologia em Movimento - Editora Moderna com 3.002.097 exemplares; Sociologia para jovens do Século XXI - Editora Imperial Novo Milênio com 964.962 exemplares; Tempos Modernos, Tempos de Sociologia - Editora do Brasil com 857.223 exemplares. Todos os números correspondem à soma dos livros dos estudantes e dos docentes. Cada editora negocia o exemplar diretamente com o Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

#### 4. Reflexões sobre os livros didáticos de Sociologia e aspectos importantes sobre sua implementação

Apesar de já constituir certa tradição nos espaços escolares, a adoção dos livros didáticos pelos professores não estabelece muitas vezes objeto de rigorosa análise por parte dos docentes. Levando-se em consideração a descentralização do PNLD, no qual cada instituição escolar escolhe a obra adotada, o que se percebe de fato é o agressivo marketing das editoras em cima dos docentes e dos diretores escolares em prol da escolha de seus livros.

O que deveria ser uma escolha a partir do currículo (cada rede estadual tem seu próprio currículo até a implementação do BNCC que busca alguma uniformização curricular) e do Projeto Político Pedagógico de cada instituição, o que acontece é uma escolha sem debate e com interesses de poderosas editoras<sup>24</sup>. Podemos inicialmente questionar quais os elementos centrais que representam os livros didáticos em Ciências Humanas em ambientes escolares. A partir do PNLD 2021, e de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), os livros didáticos do Ensino Médio não serão mais curriculares, e sim ligados às áreas do conhecimento.

A pesquisadora Circe Bittencourt chama atenção quando afirma que “por ser um objeto de múltiplas facetas, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista” (BITTENCOURT, 2003, p. 05). Isso significa dizer que as validações de conteúdos estão relacionadas a valores ideológicos e culturais, o que muitas vezes significa estar ligado aos princípios capitalistas de mercado.

Sobre os valores ideológicos, os autores Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2012) percebem a escola como reprodutora das desigualdades em seu sistema de ensino, favorecendo aqueles que possuem capital cultural e que vai se perpetuando e mantendo a ordem das classes dominantes. Utilizamos o conceito de “habitus” de Pierre Bourdieu entendendo-o como a reunião de influências sofridas por um indivíduo ao longo dos anos. Essas influências são ligadas ao capital cultural que o indivíduo recebe ao interagir com a sociedade, impactando inclusive sua subjetividade. O pensador francês identificou que o habitus das crianças de classes sociais mais baixas não consiste no mesmo que dos educadores que pertencem a uma classe social mais elevada.

Dessa maneira, refletindo na perspectiva do *habitus* de Bourdieu, podemos entender que o livro didático possui esse importante componente de consagrar conteúdos

24. Desde meados de 2000 o Ministério da Educação vem instituindo regras para coibir o abuso das editoras com os professores, no que diz respeito à entrega de brindes, eventos em escolas, entre outros, o que nem sempre é cumprido pelos relatos de docentes. O envio de amostras para apreciação é permitido.

associados às classes dominantes, o que certamente gera insatisfação de boa parte dos estudantes que não se sentem identificados com as temáticas propostas. Um exemplo é a baixa incidência de autores negros e de mulheres nos livros de Sociologia. A falta de representatividade de segmentos historicamente marginalizados é uma característica das obras. Por que se privilegia determinado autor? A grande maioria das citações é de intelectuais homens e brancos, e isso é sentido por parte de professores e estudantes mais atentos.

É basilar trazer os teóricos da reprodução para compreender as dinâmicas que envolvem não só a elaboração do material didático no Brasil, mas também a compreensão do alunado em um país de dimensões continentais, diverso culturalmente e desigual socialmente. Para o filósofo Louis Althusser (1980), a escola é um aparelho ideológico do Estado que contribui para a sustentação da ordem social e política burguesa. Todas as características da sociedade capitalista se reproduzem no espaço escolar. Desta maneira, a escola ensina a diferentes crianças e jovens distintos padrões de comportamento, dependendo da classe que pertença e do trabalho realizará.

O filósofo brasileiro Demerval Saviani (1999), apontando a escola como reprodutora da cultura dominante, afirma que a instituição torna-se um aparelho ideológico da burguesia a serviço de seus interesses para impedir o desenvolvimento dos valores e concepções das classes populares e de suas lutas. Essa medida serve para qualificar o trabalho intelectual e desqualificar o trabalho manual. Um jovem estudante que não se sente familiarizado aos conteúdos trazidos pelo livro didático certamente não terá o entusiasmo e a familiaridade em trabalhar com o material. Sabemos que a motivação é um dos fatores determinantes do processo de ensino-aprendizagem, portanto cabe ao professor a necessária mediação do livro didático ponderando seu conteúdo ao contexto mais próximo da realidade dos estudantes.

Uma crítica trazida principalmente pelos teóricos da educação decolonial aos livros de Humanidades, dentre eles o de Sociologia, diz respeito à visão eurocêntrica nas obras. Apesar do § 2º do artigo 26-A, incluído na LDB pela Lei n. 11.645, de 2008, prever que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar...” (BRASIL, 2008b), é necessário buscar outras narrativas que incorporem elementos importantes da formação social, política e histórica do Brasil e do mundo, e que não estão presentes nos livros didáticos em sua representatividade.

Os conteúdos trabalhados no livro didático e no próprio ensino de Sociologia podem causar tensões com saberes e práticas tradicionalmente engendradas pelo ambiente escolar. No atual cenário de políticas conservadoras, de revisionismo histórico, percebem-se

diversas perseguições aos docentes das áreas de Humanidades, em especial aos professores de Sociologia. Isso também afeta a produção de material didático, pois autores já denunciaram, ainda que de maneira velada, a autocensura<sup>25</sup>.

Outra possível crítica feita às obras didáticas consiste na demora em incorporar os novos conhecimentos produzidos através de pesquisa universitária nos livros didáticos. Relacionado a esse ponto, é histórico o relativo desprezo que o ambiente universitário tem pelo universo escolar da Educação Básica, incluindo aqui os livros didáticos. A falta de prestígio dos cursos de Licenciatura em comparação ao bacharelado talvez seja uma chave importante para a compreensão desse contexto. Segundo a socióloga Anita Handfas, a tendência a supervalorização do bacharelado em detrimento da licenciatura se dá em função da própria desvalorização do professor na sociedade brasileira (HANDFAS, 2009). Por outro lado, Afrânio Silva, um dos autores do livro didático Sociologia em Movimento, pondera a crítica da demora da inserção de novos conteúdos, e aponta que a própria validação do conhecimento científico necessita de tempo e análise de pesquisadores, ressaltando que “é importante que os autores estejam atentos às mudanças e ao que vem se produzindo nos diferentes espaços acadêmicos”<sup>26</sup>.

A implementação dos livros didáticos no ambiente escolar brasileiro ainda é uma questão que carece de aperfeiçoamentos. Apesar da excelente intenção do Ministério da Educação ao publicar um Guia do Programa Nacional do Livro Didático, material que serve de análise para os docentes no momento que antecede a escolha das obras, muitas vezes o docente não tem acesso ao guia devido à precária divulgação nos espaços escolares. Quando isso ocorre, os professores acabam suscetíveis ao livro enviado sem seu parecer anterior.

O conteúdo dos livros talvez seja o aspecto mais controverso destes materiais. No Guia de 2015 para Sociologia salientava-se “a busca por uma equipe representativa das grandes regiões do Brasil, assegurando uma variedade de olhares sobre o livro didático, tendo em vista a diversidade sociocultural da escola nessas diversas regiões do país” (PNLD, 2015, p. 08). A esse respeito podemos apontar os diversos questionamentos de docentes de Sociologia, principalmente no interior do país, que não se identificam com as obras justamente pelo seu viés urbano, não contemplando elementos culturais do campo.

A preocupação com os preconceitos e estereótipos também é relevante. Carmo e Nascimento (2015) afirmam, ao analisar os livros de Sociologia do PNLD de 2015, que os povos afrodescendentes e as populações indígenas não são suficientemente apresentados

25. Como reconhece a própria Associação Brasileira de Editores e Produtores de Conteúdo e Tecnologia Educacional (ABRELIVROS), em matéria de sua página na Internet: <<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/8771-a-autocensura-nao-e-a-pratica-da-maioria-dos-autores-de-livros-mas-o-medo-de-ser-discriminado-paira-no-ar>>. Acesso em: 23 abr. de 2020.

26. Em entrevista aos autores do artigo no dia 22 de abril de 2020.



e retratados nas obras, tampouco as questões mais relevantes sobre essas temáticas são contextualizadas e aprofundadas (CARMO; NASCIMENTO, 2015). Ao se desenvolver uma obra com reprodução de velhos estereótipos apenas salienta-se que o próprio ambiente escolar por vezes favorece o conservadorismo.

As interpretações dos conteúdos tomadas como definitivas são validadas com o livro didático, e o professor, quase sempre, não tem o retorno das editoras ou do próprio Ministério da Educação diante do surgimento de algum questionamento. A resolução das demandas se insere na fragilidade dos livros que possuem o material de suplemento do professor. Sugerimos um canal aberto entre as editoras, autores e os professores para que dúvidas e sugestões possam ser colocadas para além do encarte do professor que acompanha a obra.

Dando significância ao conteúdo abordado, merece ser destacada na análise dos livros didáticos a maneira como a linguagem é determinada. Com tantas características regionais, ao padronizar um tipo de código de escrita, o direcionamento adotado acaba por unificar, mesmo que no padrão formal, os símbolos que serão aceitos ou não, perdendo assim importantes elementos regionais de linguagem.

Precisamos estar atentos à adequação dos livros didáticos à compreensão do aluno. Considerando a variedade do público a que se destina, pode-se afirmar seguramente que muitos não conseguem compreender a linguagem do material. O desafio da transposição didática, ou seja, transformar o conhecimento científico em conhecimento escolar, precisa estar no centro das preocupações de autores, editores, professores e todos os envolvidos com essas questões. É fundamental para o professor utilizar o material e abordá-lo com uma linguagem que se aproxime da realidade dos discentes, de forma que o conteúdo ensinado tenha sentido e significado.

As nossas críticas não manifestam uma negação do livro didático, mas a necessidade de aprimoramento dessa política. Pode-se afirmar que eles e outras fontes de recursos são complementares à aula e servem de material de importante apoio ao professor. Resaltamos, contudo, que a obra não pode ser um guia *stricto sensu* do trabalho docente. Esse exagerado apego ao livro didático é característica de uma pedagogia tecnicista, o que não concordamos. A criatividade é exigência para um catedrático de Sociologia. Este deve ser espécie de criador de conceitos, também capaz de criar materiais didáticos, bem como adaptar os materiais existentes, inclusive o livro, às demandas práticas da sala de aula. Assim sendo, chamamos atenção para utilização de outros materiais didáticos e para o cuidado para que o conteúdo presente nos livros não substitua a relevância do papel docente.

É sugestivo refletir, seguindo essa linha de raciocínio, sobre a importância de o professor ser também um pesquisador atento à relação entre o material disponível para a docência e a sua rotina de trabalho. É mister na prática docente a investigação crítica em prol das atividades produzidas em sala de aula. O pedagogo Pedro Demo (1999) afirma que a pesquisa adensa a instrumentação teórica - prática para o exercício da cidadania e participação do processo produtivo do conhecimento. Nesse contexto, pode-se afirmar, ainda de acordo com o autor, que o professor precisa ser um pesquisador, saber ler a realidade criticamente e fazer da pesquisa um princípio educativo, parte inerente do processo pedagógico. É no decorrer da pesquisa que professor e aluno fazem a leitura da realidade, transmitindo um olhar crítico para saber intervir de forma alternativa, com base na capacidade questionadora.

Além disso, para muitos estudantes no Brasil, o manual didático é o único tipo de livro que passa em suas mãos ao longo da vida. Para se ter uma ideia, dados de 2018 do Anuário Brasileiro da Educação Básica, publicado pela organização Todos Pela Educação, e referindo-se as escolas brasileiras com Ensino Médio, apenas 11,3% possuíam sala de leitura e biblioteca, com 53,8% possuindo apenas biblioteca e 20,6% só sala de leitura (ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2019).

Se já apontamos o desinteresse pela Licenciatura, faz-se relevante apontar que muitos professores que lecionam Sociologia não possuem formação na área. De acordo com os indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014), apenas 22,6% dos magistrados em Sociologia tinha formação superior de Licenciatura. Isso torna o livro didático ainda mais importante, pois muitas vezes se trata do único material da disciplina nas mãos do docente.

#### **4.1 Livros e aparatos tecnológicos na perspectiva docente**

Com a chegada dos novos aparatos tecnológicos, a educação passa a ganhar outros contornos. O diálogo com essas inovações científicas se faz presente no contexto educacional, mas não de maneira uniforme. Os recursos escolares que auxiliam a prática docente se multiplicam aproveitando os conhecimentos do mundo contemporâneo, e cada vez mais educadores questionam os antigos recursos pedagógicos, incluindo aí os livros didáticos.

A despeito de uma série de instrumentos tecnológicos que a realidade quase nos impõe, os livros didáticos continuam tendo importância no espaço escolar. Apesar da presença de outras linguagens atravessando a sociedade atual, elas não entram no planejamento das atividades didáticas escolares, sendo principalmente percebidas como um espaço de

caráter lúdico, complementar ou de entretenimento.

Porém, aos poucos isso vai se modificando, especialmente nos livros didáticos que tem que se adaptar e integrar as novas realidades virtuais. Espaços interativos - e aqui chamamos atenção para a interação com docentes e estudantes também -, produção de páginas de Internet com vídeos, elementos de multimídia, e outros adventos virtuais batem a porta dos novos livros didáticos. São desafios a mais para os professores, que inúmeras vezes não se sentem capacitados em avançar no contexto de cibercultura e ciberespaço (note-se a importância da educação continuada para o docente no que diz respeito ao acompanhamento profissional das novas tecnologias da informação).

Moreira e Rodrigues (2013) indagam se o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação, a partir do processo de globalização, vai gerar o fim da cultura do livro. Após avaliarem diversos aspectos concluem:

*Livro Didático pode deixar de ser o principal recurso didático em algumas realidades escolares, compartilhando em igualdade de condições com o uso de outros recursos tecnológicos, mas estará longe de se tornar um representante do arcaísmo pedagógico. Mesmo porque o saber para ser ensinado, aprendido e avaliado sofre um processo de seleção e segmentação. Ou seja, o saber escolar precisa ser didatizado a não ser que se mude radicalmente a concepção de escola (MOREIRA; RODRIGUES, 2013, p. 65).*

Ademais, os autores levantam outros questionamentos acerca da relação entre livros didáticos e novas tecnologias, dentre eles as escolas que recebem a maior parte dos livros impressos. Nesse sentido, apontam que são as escolas públicas que tem na política do livro didático uma de suas principais diretrizes, coordenada pelo programa do livro didático do governo federal. Já as escolas privadas estão se especializando em produzir seu próprio material didático apostilado, assim como, dentro de suas condições, vão se adequando de forma particular às novas TICs em sua prática pedagógica.

Portanto, precisamos observar que as TICs acirram as desigualdades educacionais, dentre tantas já existentes no país. Nessa perspectiva, Martín-Barbero (2003) salienta:

*O mais grave dos desafios que a comunicação propõe hoje à educação é que, enquanto os filhos das classes mais altas conseguem interagir com o novo ecossistema informacional e comunicativo a partir da própria casa, os filhos das classes populares - cujas escolas não têm, em sua imensa maioria, mínima interação com o ambiente informático, sendo que para eles a escola é o espaço decisivo de acesso às novas formas de conhecimento - acabam excluídos do novo espaço laboral e profissional que a cultura tecnológica configura (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 62).*

Admitimos que com a pandemia global o tema de trabalho docente virtual ganhou relevância. Contudo, o assunto tem que ser debatido levando-se em consideração aspec-

tos sociais, econômicos, e, principalmente, no cuidado de não haver maior precarização no trabalho docente.

## 5. Considerações finais

Este artigo teve como intuito refletir sobre a importância do livro didático de Sociologia na prática docente. Assim, elaboramos uma trajetória histórica da disciplina nos currículos brasileiros tendo em vista o entendimento de um percurso com suas intermitências no Ensino Médio e com poucas reflexões no seio acadêmico. Também relatamos um breve histórico dos livros didáticos no contexto educacional brasileiro, e apontamos com dados estatísticos a relevância e a grandeza das obras de Sociologia para docentes e estudantes brasileiros.

A preocupação com a qualidade da educação deve estar no cerne das políticas públicas desenvolvidas pelos governos e pelo Estado brasileiro. Isso significa também a construção de políticas públicas de educação continuada para os docentes. O estímulo ao aperfeiçoamento profissional é fundamental na busca pela educação de qualidade. E nessa perspectiva o debate sobre os livros didáticos se insere.

No que tange ao conteúdo dos livros de Sociologia, sentimos falta de maior representatividade de autores negros e de autoras mulheres. Apesar de alguns esforços, muitas narrativas de resistência histórica e sociológica ainda precisam se fazer mais evidentes. Muitos dos professores que lecionam Sociologia nas escolas brasileiras não possuem formação em Licenciatura na área. Isso tem grande relevância, não só para os estudantes, como também para os docentes, que não raro tem só aquela obra da disciplina à disposição.

Acreditamos que, apesar das inovações tecnológicas, muitas vezes benéficas no ambiente escolar, o livro didático continuará a ser uma ferramenta importante de transformação social. Também permanecerá sendo um material de apoio para a prática docente e um bom recurso didático para os estudantes. Contudo, é necessário utilizá-lo de maneira crítica e estimular que o seu uso seja objeto de debates e reflexões, contextualizando-o diante dos desafios que o exercício do magistério impõe.

Recebido em 30 de abril de 2020.

Aprovado em 15 de maio de 2020.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3.ed. Lisboa: Presença, 1980.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Todos pela educação**. 2019. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Em foco: história, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa”. In: **Educação e Pesquisa**. Revista da Faculdade de Educação da USP, vol.30, n.3. São Paulo, 2003.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. Dez curiosidades sobre o mercado de didáticos brasileiro. 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/livro-didatico>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 5. ed. Editora Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2008b.

BRASIL. **Lei n. 11.684**, de 2 de junho de 2008. Inclui Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF: Diário Oficial da União, Brasília, 2008a.

CARMO, Erinaldo Ferreira; NASCIMENTO, Silas Cássio Gomes. “O índio e o negro nos livros didáticos de Sociologia adotados no PNLD”. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol.7, n.14, 2015, pp.226-245.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. “A trajetória histórica da luta pela introdução de Sociologia no Ensino Médio no Brasil”. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. **Sociologia e Ensino em debate**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, pp.17-61.

CIGALES, Marcelo; ENGERROFF, Ana Martina Baron. “Uma cartografia do capital social dos pioneiros da Sociologia no Brasil: um estudo sobre os manuais escolares”. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs). **Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 6.ed. São Paulo, Cortez, 1999.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “As políticas para o livro didático durante a ditadura militar:

a Colted e a Fename”. In: **História da Educação**, vol.19, n.45, 2015, pp.85-102.

HANDFAS, Anita. “Formação de professores de Sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos”. In: HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Orgs). **A Sociologia vai à escola**. Rio de Janeiro: Quarter: FAPERJ, 2009.

INEP. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica**. Ministério da Educação, Brasília, novembro de 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Globalização comunicacional e transformação cultural”. In: MORAIS, D. (Org.) **Por uma outra comunicação - mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MEUCCI, Simone. **Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.

MOREIRA, Kênia Hilda; RODRIGUES, Eglem Oliveira Passone. “O Livro Didático e as Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação Escolar: o livro didático sobreviverá às novas tecnologias?” In: **Revista EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, vol.1, n.2, Dourados, jul/dez, 2013.

PNLD 2015. SOCIOLOGIA. **Guia de livros didáticos**. Ministério da Educação. BRASIL, 2015.

PNLD 2018. SOCIOLOGIA. **Guia de livros didáticos**. Ministério da Educação, Brasil, 2018.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o Ensino Médio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. “O ensino das Ciências Sociais/ Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas”. **Coleção Explorando o Ensino**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

## **NEM FORDISMO, NEM TOYOTISMO: FLEXIBILIZAR/PRECARIZAR O TRABALHO É O NEGÓCIO<sup>27</sup>**

JORGE BARRETO RIBEIRO<sup>28</sup>

### **RESUMO**

Este texto propõe discutir as flexibilizações organizacional e do trabalho como estratégia do capital para preservar sua rentabilidade. Assertiva verdadeira, se levarmos em conta que o Brasil tem implementado políticas desenvolvimentistas neoliberais às custas da precarização do trabalho. Que, apesar de alguns relativos avanços, permanecem, mesmo depois de mais de três décadas da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Trata-se de um texto teórico qualitativo, com fontes secundárias e método analítico dialético.

**Palavras-chave:** Flexibilizações do Trabalho e Organizacional; Inovação Tecnológica; Neoliberalismo.

## **NEITHER FORDISM, NOR TOYOTISM: FLEXIBILIZING / PREPARING WORK IS THE BUSINESS**

### **ABSTRACT**

This text to discuss the organizational and labor flexibilities as capital strategy to preserve its profitability; especially in peripheral countries. True statement, taken into account that Brazil has implemented its neoliberal developmentalist policies to labor casualization of expense. It is a qualitative theoretical text, with secondary sources and a dialectical analytical method.

**Keywords:** Organizational flexibility and labor; Technological Innovations; Neoliberalism.

27. Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

28. Possui Bacharelado na área de Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Sergipe (2002), Licenciatura na área de Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Sergipe (2003). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2006). Doutorado em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco (2011).

## Introdução

Este artigo, aborda as recentes transformações no mundo do trabalho e suas possíveis consequências para àqueles que não resta outra opção, senão vender a sua força de trabalho ao mercado de cunho liberal.

Para isso, abordaremos as novas racionalidades organizacionais, tais como flexibilizações da produção e do trabalho. Muitas vezes, traduzidas como trabalho empreendedor. Contextualizaremos com as experiências internacionais para, em seguida, inferir as consequências em países periféricos nitidamente conservador, a exemplo do brasileiro.

Apesar de alguns relativos avanços, nossas pesquisas apontam para a continuidade da modernização tipicamente conservadora; tendo em vista o histórico descaso com a proteção sistemática do trabalhador. Isso porque, em nome do livre mercado, as riquezas ficaram concentradas nos grupos como maior capacidade de hegemonia política; que expropria o trabalho a partir de baixas remunerações e qualificações. Prática acentuada, com a precarização da condição de vida dos trabalhadores com pouca ou nenhuma escolaridade e/ou que atuam em setores com baixa intensidade tecnológica. Este advento fez surgir novas denominações para o mundo do trabalho. Em termos conceituais, há quem acredite não mais existir o subpreletariado, mas sim, o trabalho precariado.

Acreditamos na importância desta proposta, tendo em vista que se a hipótese da emergência de políticas desenvolvimentistas fundamentadas na ideologia de extrema direita for procedente, precisamos refletir qual o mundo que queremos para o futuro. Isso significa considerar se queremos abdicar do projeto moderno, cujos princípios libertários são de igualdade e fraternidade.

## 2. O Fetiche da Tecnologia: agora dá para parar, pensa que dá

A sociedade pós-industrial tem em Domenico De Masi (1999) um dos maiores entusiastas. Na sua perspectiva, a automação permite pela primeira vez na história, uma divisão social que retira o fardo do trabalho humano. As atividades pesadas, rotineiras e cansativas serão progressivamente realizadas pelas máquinas. Daí a adequação do trabalho à verdadeira vocação humana: criar coletivamente a partir do conhecimento acumulado por cada um. O ócio passa a ter uma positividade, por ser reflexivo e criador. Aqui, o trabalhador vira um pensador.

Para muitos autores, se o ócio fomenta a criatividade/competitividade organizacional, no pós-Industrialismo, que demanda por constante inovação é possível inferir que o trabalho continua central para a reprodução do capital imaterial - cujo principal insumo



é o conhecimento. Ou seja, da técnica do saber aprender e do saber fazer. Então, “a hipótese do capitalismo cognitivo só ganha sentido no interior dessa dupla especificidade: a do conhecimento e a do sujeito que o produz” (CORSANI, 2003, p.21).

Aceito assim, o trabalho continua central para a reprodução da lógica do capitalismo, ainda que sob contradições (ANTUNES, 2005).

Aceitar tal assertiva, requer verificar a possibilidade de ser uma verdade universalizável. Para tanto, o modo de produção toyotista deve racionalizar não somente técnicas produtivistas, mas também, uma justa distribuição de riquezas, sobretudo, àqueles que são responsáveis pela reprodução do capital: o trabalhador. É o que pretendemos averiguar, a seguir.

Embora não pretendemos fazer da história um oráculo a fim de desvendar o futuro dos fenômenos sociais, mas, servir-se da história para retratar as contradições, conforme o método dialético marxiano (MARX, 2002). Feito esta ressalva, gostaríamos de observar os diversos obstáculos a serem superados de modo a tornar a relação entre trabalho e capital mais democrática.

### 3. Flexibilizar o Trabalho: dá para apertar um pouco mais o parafuso com a mais-valia relativa

Ainda que contenha uma maior complexidade, resguardamos aqui as principais características que distinguem a acumulação rígida - taylorfordista - da acumulação flexível - toyotista -, privilegiando os aspectos que afetam o processo de interação social do trabalho.

2.1 Flexibilizações do trabalho: quadro 1

TRABALHO INDUSTRIAL FORDISTA	TRABALHO INDUSTRIAL FLEXÍVEL
Trabalho especializado	Trabalho multifuncional
Pouca qualificação profissional	Qualificação profissional contínua
Organização verticalizada	Organização horizontal

Fonte: Adaptação dos modelos propostos por Harvey (2006).

O quadro acima mostra esquematicamente as mudanças essenciais da nova lógica produtiva, apresentando os principais processos de racionalização em busca de maior eficiência e eficácia no uso do trabalho vivo - exercido pelo homem.

Dito assim, esclarecermos o polissêmico conceito do trabalho flexível; a fim de apreendermos as suas especificidades na sociedade contemporânea. Atkinson (1987) assinala três possibilidades:

a) flexibilidade numérica: tem como propósito ajustar os números de funcionários ou de horas extras de acordo com as necessidades da empresa; podendo ser por demanda do mercado ou das mudanças estruturais. O uso de tal expediente permite adequar às flutuações dos ciclos produtivos e às condições legais e administrativas; b) flexibilidade funcional: diante de incertezas mercadológicas; exige-se a necessidade de qualificar os trabalhadores para habilitá-los ao trabalho multifuncional; capacitando-os para tomar iniciativas e corrigir possíveis problemas que ocorram durante os processos produtivos; c) flexibilidade remunerativa: é atrelada à flexibilidade funcional. Para incentivar a qualificação, há uma maior remuneração aos mais competentes. A remuneração é diferenciada, como estímulo para que os profissionais façam da qualificação um ideal contínuo.

Vale lembrar que a flexibilização do trabalho como racionalidade organizacional, é passível de efetivação a partir da inserção maciça de nova tecnologias nos processos produtivos. Dai, a necessidade do trabalhador qualificado estar constantemente aprendendo a fim de dominar a complexidade dos maquinários, cada vez mais sofisticados. A questão, aqui, é apreender se, em contrapartidas aos seus esforços qualitativos, o trabalhador tem tido ganhos remunerativos.

Tais inquirições são procedentes, tendo em vista que, a concepção de que a inserção de novas tecnologias nos processos produtivos seria benéfica, data de longa data.

Karl Marx, já no século XIX, nega tal possibilidade; tendo em vista que as inovações tecnológicas progressivamente retiram a subjetividade do trabalho; alienando-o. Tese encontrada na análise da mais-valia relativa. Marx rompe, então, com os economistas clássicos que dominavam o cenário para explicar os benefícios do livre mercado (ANTUNES, 2005).

Ainda segundo Antunes, Max diferencia o termo *força de trabalho* para extrair suas conclusões. É interessante a fundamentação de sua teoria ao investigar a diferença de tecnologias simples para as mais complexas, tomando como referência a *ferramenta* e o *maquinário*.

No primeiro caso, o profissional utiliza a ferramenta para fabricar bens. Ainda que

esteja presente a mais-valia absoluta, trata-se da técnica como extensão do homem. Na ferramenta, o controle da produção e o tempo necessário para produzir são determinados pelo trabalhador. A mercadoria é um produto de suas competências e habilidade, ou seja, dependente do seu conhecimento tácito. Há uma inversão na mais-valia relativa. Nesta, o homem passa a ser uma extensão da máquina. A força e o ritmo do trabalho são ditados pela maquinaria. Ela é quem determina o tempo e como deve ser produzido.

Esta estratégia permite ao capital controlar a totalidade das ações do trabalhador. Pois, “a manufatura desenvolve esse processo de desqualificação apenas parcialmente, porque tinha com base o trabalho artesanal” (ROMERO, 2005, p.85). Ainda que o trabalhador dependesse do capital para trabalhar, tinha alguma autonomia para lidar com os processos produtivos. O que não ocorre com a maquinaria. A lógica desta é

*a substituição de trabalho qualificado por trabalho simples; e, portanto, também, a redução da massa salarial ao salário médio, ou seja, a redução do trabalho necessário do trabalhador médio e a redução dos custos de produção da capacidade de trabalho simples (ROMERO, idem, p.86).*

Ao utilizar novas tecnologia, é preciso levar em conta que a máquina é uma força de trabalho dócil; por não fazer greve, nem lutar pelo reconhecimento de direitos. Atributo que torna esta tecnologia recorrente. Mais precisamente, “de modo intenso, permanente e continuado” na produção de bens e serviços (HOLZMANN, 2011, p.56). A tecnologia da automação serve para não ameaçar a lógica reprodutiva do capitalismo. Isso porque “se a informação passava pelo cérebro e pelas operações manuais do operador da máquina, agora se tenta fazer tudo isso automaticamente, evitando a intervenção do homem” (HOLZMANN, idem, p.57).

A insignificância da força do trabalho humano diante das revoluções tecnológicas, torna o homem desnecessário ou menos necessário possível.

Vale reforçar o ditado popular “se ficar o bicho pega, se correr o bicho come”. Dito em outras palavras, se continuar empregado não tem como sair da lógica reprodutiva de quaisquer das duas mais-valia que no fim, visa aumentar a produtividade mesmo ao custo da exaustão do trabalhador. Se cansar e não conseguir seguir o ritmo das máquinas cada vez mais sofisticadas, com o desemprego dificilmente conseguirá sobreviver de forma digna.

#### **4. Flexibilizar a Produção: mais uma volta no parafuso, dá para apertar um pouco mais com o trabalho empreendedor**

O uso de novas tecnologias, permitiu flexibilizar não somente o trabalho nos moldes

multifuncionais, mas também a flexibilidade da produção a partir dos pequenos empreendimentos organizacionais. Em grande parte, devido à miniaturização dos bens de capital - maquinários - e, sem dúvida o barateamento de diversos insumo.

### 3.1 Flexibilizações da produção: quadro 2

<b>MODELO RÍGIDO FORDTAYLORISTA</b>	<b>MODELO FLEXÍVEL TOYOTISTA</b>
Economia de escala	Economia de escopo
Produção padronizada	Produção flexível
Produção homogênea	Produção diversificada
Produção em massa	Produção em pequenos lotes
Produção com grandes estoques	Produção por demanda
Produção em grandes unidades fabris	Produção em pequenas unidades fabris

Fonte: Adaptação dos modelos propostos por Harvey (2006).

Isso permite à cada uma das média, pequena ou micro empresa produzir uma parte da totalidade do objeto a ser industrializado e vendê-la para outras, que irá apenas confeccionar os produtos nas linhas final de montagem. A título de ilustração, vejamos a fabricação de um celular no mercado global. O projeto, quase que inexoravelmente, é criado nos países centrais europeus ou norte-americano, enquanto que a manufatura se dá nos países periféricos; cujos componentes podem ser fabricados individualmente em diversos países independentemente da distância um do outro.

Esta racionalidade industrial, tem sido chamado genericamente chamado de Sistema Produtivo Local (VASOPOLO, 2005).). Podendo ser replicado a produtos de alta complexidade que exijam itens como softwares, ou de baixa complexidade como setores calçadista, de roupas, etc.

Ora, estaria na flexibilização organizacional o fomento de novas oportunidades para aqueles que desejam ter seu próprio negócio ou situado na condição de desempregado, desenvolver seu espírito empreendedor? Ser empreendedor, é ser dono dos meios de produção, de modo que resulte em todas as conquistas de direitos, a exemplo do que

aconteceu com a ascensão da burguesia nas sucessivas revoluções industriais?

Gostaria de destacar que esta racionalidade desenvolvida pelos teóricos da economia neoschumpeteriana, parece ser um verdadeiro mantra. A ponto de enfatizar que todo trabalhador é um empreendedor. Independente de trabalhar para si ou não. Com isso, vemos emergir um novo canto da sereia.

Ainda que não estejamos negando avanços pontuais, tal modalidade empreendedora está restrita inexoravelmente à tecnologia de alta complexidade. Mais precisamente, na produção de bens de maior valor agregado. Por isso mesmo, muito lucrativo. Basta ver o exemplo, de Bil Gates, etc. (ISAACSON, 2014). Em termos sociológicos, não parece fazer parte da maioria dos empreendimentos, dada a falta de igualdade de oportunidade a diversos insumos necessários à inovação.

Tal assimetria produtiva foi percebida logo em sua emergência. A sociedade Pós-Industrial vigente na segunda metade do século XX, fez Alain Touraine (1994) observar para o caráter diferenciado entre os países de capitalismo avançado e de capitalismo tardio, na produção imaterial.

A importância do trabalho já não está na produtividade equivalente à economia de escala, mas no conhecimento capaz de gerar inovação tecnológica, a fim de agregar valor ao produto na economia de escopo; adverte que o monopólio do capital estará a cargo de quem possuir mão de obra com maiores índices de escolaridade e melhor formação profissional. Desde então, as riquezas capazes de centralizar o poder mundial são oriundas do conhecimento e/ou da capacidade de monopolizar sua gestão.

Seguindo o entendimento de Touraine, a nova divisão internacional do trabalho consiste no fato de que os saberes dos países centrais criam bens e serviços tecnologicamente avançados, enquanto aos periféricos cabem executá-los. A sociedade pós-Industrial, na realidade, deveria ser chamada de a Sociedade Programada. São os países hegemônicos quem decidem o que produzir, como produzir e quem pode produzir. A soberania na nova ordem mundial está na concentração do conhecimento científico e tecnológico. A subordinação das nações periféricas, desde então, incide na dependência tecnológica. O novo monopólio do capital consiste, portanto, em centralizar tal recurso.

Disso decorre que, as flexibilizações organizacional e trabalhista não significam que todos os atores sociais pertencentes à cadeia produtiva, poderão democraticamente utilizar tecnologias de ponta e de alta complexidade, a exemplo da microeletrônica. As transferências tecnológicas são criteriosamente e sigilosamente controladas (FURTADO, 2000).

Os postulados acima, caracterizam a atual onda do capitalismo globalizado, persistentemente de cunho neoliberal. Este dado evidencia uma integração econômica, mas não política - isonomia de direitos.

Vejamos como alguns neoliberais, tentam legitimar tal discurso. Thomas Friedman (2005, p.131) em sua obra *O Mundo é Plano*, defende que a conectividade tecnológica, a exemplo da fibra óptica instalada na Índia, inicialmente de modo contingencial, ou seja, de acordo com as necessidades dos países centrais, possibilita às nações periféricas participarem do mercado global. Para Friedman, a flexibilização do trabalho, via terceirização, fomentou diversas parcerias econômicas entre os Estados Unidos da América e o mercado indiano. A primeira experiência ocorre num momento delicado, dada à ameaça dos computadores provocarem um desastre em escala mundial, especialmente, às atividades relacionadas à TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação. Estaria aí, inaugurada uma parceria exemplar. Assim, o “o ano 2000 deflagrou a disputa por cérebros indianos que cuidassem da programação para enfrentar o *bug* do milênio”. Avançando um pouco mais, compreendemos seu entusiasmo ao explicitar em suas próprias palavras, o que verdadeiramente lhe interessa em tal parceria: “Os engenheiros indianos eram necessários não só por serem muitos, mas exatamente em virtude de seu custo inferior”.

Anos mais tarde, a bolha da nova economia norte-americana, ou seja, as ponto. com, diante da escassez de investimentos, mais uma vez encontra como saída a barata mão de obra indiana. Partindo do princípio de que em “todos os Estados Unidos, a palavra de ordem era ‘o trabalho tinha que sair por menos’” (FRIEDMAN, idem, p.132).

Agrava o fato do autor insinuar que a janela de oportunidade criada pela fibra óptica representou um momento histórico para o país indiano; a ponto de concordar com a opinião local de que a verdadeira independência do país foi a do ano 2000. Pois, a parceria com as empresas ocidentais graças, à tecnologia da fibra óptica, “efetivamente gerou massa crítica e proporcionou a um número de indianos maior do que nunca, uma verdadeira liberdade de escolha com relação a como, para quem e onde trabalhar” (FRIEDMAN, idem, p.134).

Numa vertente positivista e tipicamente conservadora, ao apostar no intercâmbio tecnológico como agente unificador e pacificador das nações, Friedman reforça o viés da globalização do trabalho de cunho neoliberal econômico em detrimento do neoliberalismo político. É a rentabilidade do capital que lhe interessa, e não a isonomia de direitos.

Isso porque, parece não se importar que os recursos tecnológicos estejam a serviço das elites hegemônicas. Assertiva, duplamente preocupante. Primeiramente, o autor elogia as políticas de investimentos em ciência e tecnologia indianas, por atrair empresas e

gerar trabalho/renda à uma grande massa de desempregados. Secundariamente, crítica apenas à necessidade dos EUA voltar a investir na educação e qualificação profissional, sob o risco de perder a hegemonia do mercado econômico. Em vez de considerar que, investimentos educacionais, poderia ajudar os desempregados dos EUA, recuperarem seus postos de trabalhos.

Ora, Friedman não trata de esclarecer que a diminuição qualitativa da mão de obra nos EUA e a busca por trabalho mais barato e qualificado em outros países, estão necessariamente atrelados à mesma lógica: atender a racionalidade do capitalismo em preservar a extração da mais-valia, precarizando o trabalho. Portanto, em vez de lamentar o desmantelamento das organizações trabalhistas, a eliminação do direitos e às degradantes condições de trabalho - em nome da preservação das altas produtividade e lucratividade -, acredita na equalização dos salários. Sua matemática é de um simplismo que encobre a complexa problemática. Para o autor, como os salários estão sobrevalorizados nos países centrais, o deslocamento da mão de obra para as regiões periféricas significa um aumento dos proventos salariais nestes locais. Enquanto a sobrevalorização nos EUA terá que adequar-se à nova realidade de escassez do capital.

Esse é seu entendimento que dá nome ao título do livro *O Mundo é Plano*. Trata-se de uma globalização, fundamentada na regulação do mercado pela mão invisível smithiana; os desequilíbrios rentistas são automaticamente auto ajustados. A perversidade de sua equação consiste numa visão de um mundo plano, nivelado por baixo e não pelo alto. Já que é um defensor da busca por mão de obra barata e abundante. Como ele mesmo revela, os “engenheiros indianos eram necessários não só por serem muitos, mas exatamente em virtude de seu custo inferior” (FRIEDMAN, idem, p.131). A Índia, certamente, não é um caso isolado, porque o autor usa a mesma lógica para abordar o interesse pelo mercado chinês.

## 5 - Flexibilizar na Periferia: mais duas voltas no parafuso, aqui dá para arrochar

É possível conjecturar, que o mundo não é plano, mas parece ser cíclico. Se os ganhos trabalhistas, a princípio, eram irreversíveis no modelo ford-taylorista; a globalização de cunho neoliberal, implicou no revisionismo de direitos.

Vejamos, brevemente, o processo de precarização do trabalho. Na segunda metade do século XX, os Estados de capitalismo avançado através das políticas keinesianas, promoveram o crescimento econômico articulado à cidadania derivada do trabalho formal. Com isso, houve a massificação do emprego que permitiu também massificar o trabalho assalariado. Ainda que, como observa Robert Castel, a integração do trabalhador tenha

sido de forma subordinada, entretanto, a conquista de direitos - civis, políticos e sociais -, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, assegurou o acesso à bens e serviços que, antes, eram usufruídos pelos segmentos sociais que detinham grandes patrimônios. Portanto, essa promoção da condição de assalariado atropela a oposição irreduzível entre o trabalho e o patrimônio. “Bons salários, posição de poder e de prestígio, liderança em matéria de modos de vida e de modos culturais, segurança contra o acaso da existência não estão mais necessariamente ligados à posse de um grande patrimônio” (CASTEL, 1998, p.468). Castel chama atenção para as ameaças trazidas pela flexibilização do trabalho que resulta na formação de uma sociedade que Hannah Arendt denominou de “trabalhadores sem trabalho” (CASTEL, idem, p. 496).

Este adendo é um indicativo de que o modo de produção flexível toyotista é, na verdade, uma espécie de neofordismo. Pois as desigualdades e a subordinação ao capital permanecem intactas. As flexibilizações, na realidade, deterioram ainda mais as condições do trabalho (HARVEY, 2000). Já não se tem a garantia do quase pleno emprego vigente no modelo taylorfordista.

Os anos dourados da relação entre capital e trabalho - a sociedade salarial -, desaparecem diante das dificuldades das políticas keynesianas preservarem os direitos. Isto é, de universalizar e/ou ampliar os ganhos das classes trabalhadoras ou daqueles impossibilitados de trabalhar. Advento que começa a minar a legitimidade dos Estados capitalista (HABERMAS, 1987).

Estas inferências referentes à sociedade pós-Industrial, torna o caso brasileiro preocupante.

Levando conta o discurso de tom conservador, das principais instituições de fomento à economia global, não há uma solução satisfatória que proteja os trabalhadores mais vulneráveis, a curto prazo. Para “o Banco Mundial as causas principais do desemprego assentam-se na ausência de plena liberdade comercial e na ampla difusão tecnológica”.

Outra importante instituição como a OCDE, “identifica, além dos fatores conjunturais, a falta de empregos para todos como decorrência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequadas sobre o mercado de trabalho”. Enquanto a OIT, defende que a “escassez de vagas estaria mais associada às taxas insatisfatórias de crescimento econômico” (POCHMANN, 2002, p.39).

Se precarizar o trabalho faz parte do jogo do livre mercado, nos parece que o Brasil sempre foi vanguarda em tratar o trabalhador como um objeto descartável.

Vejamos, ainda que brevemente, a trajetórias do direito a ter direitos nos moldes



brasileiros. Aqui, a implementação dos direitos sociais, foram seletivos e outorgados pela ditadura de Vargas. Apenas trabalhadores urbanos e de carteira assinada, poderiam usufruir da cidadania. Houve um fordismo sem sindicalismo. Portanto, ausente da necessária liberdade de organização e mobilização a fim de resistir contra as opressões fabris (FIORI, 2001). Aliás o milagre econômico brasileiro dos anos 1970, não tem nada de milagroso. O crescimento de 10% ao ano, pode ser explicado por um padrão da “utilização da força de trabalho extremamente repressivo e predatório (deterioração salarial, altos índices de acidentes de trabalho e doenças profissionais, alta rotatividade no emprego, aumento de horas-extras e intensificação da jornada de trabalho)” (SAINSSAULIEU e KIRSCHNER, 2006, p.38).

Se a promulgação da Constituição de 1988 criou a expectativa de políticas mais justas e democráticas, a inserção do Brasil no mercado globalizado demonstra a continuidade da modernização conservadora. Evidenciada com a industrialização organizacional nos moldes do toyotismo; que implicou em modernizar excluindo o trabalhador da cidadania plena.

Dando continuidade ao conservadorismo, numa vertente neoliberal, flexibilizar, aqui, é sinônimo de precarizar. Dito mais precisamente, enquanto o modelo japonês implementou o toyotismo com garantias institucionais através do emprego vitalício e outras vantagens, no Brasil ocorreu a intensificação da já precária organização do trabalho. Isso significa que em vez da referência japonesa que tratou de proteger o trabalhador do mercado concorrencial capitalista, optou-se pelas matrizes neoliberais inglesa e estadunidense (OLIVEIRA, 2004, p.77).

A adoção do regime neoliberal é justificada pela crise do Estado-nação. Questionava-se a capacidade desta instituição regulamentar o mercado seja pela escassez de recursos financeiros, seja pela incapacidade de gestão. Dificuldades acentuadas no Brasil, pois, a década de 1980, tida como perdida, as políticas desenvolvimentistas focavam mais na financeirização econômica, do que no sistema produtivo e qualificação profissional (POCHMANN, 2002).

A nossa inserção no mercado global, em fins do século XX, se dá pelo encanto da sociedade em rede, viabilizada pelo fluxo informacional. (CASTEL, 1988).

De acordo com os teóricos neoschumpeterianos (VASOPOLLO, 2005), os arranjos produtivos locais são formados por empreendedores de pequeno e micro porte. São organizações produtivas, racionalmente adequado para absorver mão de obra desempregada ou tornar o trabalhador dono dos meios de produção. Tudo que lhe basta é o conhecimento, seja ele tácito ou adquirido por cursos profissionalizantes.

Nesta lógica, se o indivíduo não é capaz de ser empreendedor, estar desemprego deve-se ao fato de não ter qualificação suficiente ou ser destituído de saberes adequados às novas racionalidade produtivas.

Vejamos um pouco mais detalhado a racionalidade da flexibilização sob a ótica empreendedora. Se a rede for formada por bens de menor complexidade tecnológica, há ainda a chance do profissional ser dono do seu próprio negócio. A exemplo de alguns setores industriais, tais como os de confecções, calçadistas, moveleiros, dentre outros. Todavia, neste segmento o trabalho parece ser mais perverso: temos o empreendedorismo por necessidade e não por vocação (VASOPOLLO, idem). Pois, trabalha-se sob condições insalubres e rendimentos insuficientes para suprir suas necessidades elementares de cidadão. Enfim, em total abandono e sem proteção social, dada às condições precárias.

Há ausência sistemática de políticas públicas estatais, no que diz respeito a incentivos fiscais e investimentos em diversos recursos necessários à inovação tecnológica. O conjunto destes déficits, implica na formação de uma cadeia produtiva fundamentada pela sociabilidade privada (MELLO e SILVA, 2004).

Tomando como referência tais descrições, a tecnologia não passa de um fetiche. Dado, seu encanto emancipatório, mas, inacessível para a maioria dos pequenos empreendedores. E quando consegue adquiri-la, invariavelmente estão defasadas. É no âmbito privado das solidariedades familiares, de parentes, amigos e vizinhos que encontram estratégias para dar sustento aos seus empreendimentos (NOVAES, 2007).

Se a esfera pública estatal, foi ao longo do tempo ausente em assistir os trabalhadores mais desfavorecidos, não é nem um pouco alentadora a histórica recente brasileira. O abandono do trabalho está historicamente associada à ideologia liberal, para quem, ser livre para trabalhar é o suficiente para alcançar a igualdade.

Todavia, passada muitas décadas o trabalho informal, ou seja, sem carteira assinada é quem assegura direitos mínimo. É a realidade da maioria daqueles que precisam trabalhar para sobreviver. A renda de hoje, é apenas suficiente para o sustento do outro dia. E aqueles que conseguiram uma relativa estabilidade no emprego não ascenderam, conforme a denominada nova classe média brasileira. Suas conquistas, foram tão somente na ordem do consumo, mas, não na possibilidade de mudar a ordem política.

Na realidade, continuam sendo a ralé brasileira, pois, não conseguiram alterar substancialmente à sua condição socioeconômica. Basta haver uma crise econômica nacional ou instabilidade financeira global, que são os primeiros a serem demitidos e ficarem sem renda suficiente para atender suas carências elementares. Aumentando o contingente de trabalhadores flutuantes, ora empregado ora sem emprego (SOUZA, 2009).

Ainda que soe paradoxal, o trabalho parece servir para legitimar tanta a esquerda quanto a direita, considerando que ambas se aproximam de forma populista: falam em seu nome, não para emancipar aqueles que precisam trabalhar para sobreviver, mas mantê-los sob controle, durante as eleições. É o que Laclau (2013) chama de razão populista.

Trata-se da racionalidade do cálculo, da contabilidade dos votos; sem, em contrapartida, assegurar a cidadania plena que caracterizou o trabalho moderno ocidental.

Se estas agremiações partidárias, utilizam a ideologia enquanto distinção da orientação política, faz-se necessário rever os riscos do populismo, pois, o desemprego crônico tem deteriorado o mundo do trabalho, a ponto de ser criado um neologismo para conceituar esta atividade: o precariado.

Para Standing (2017), a progressiva precarização da condição de vida daqueles que dependem do trabalho para sobreviver, sobretudo relacionada aos direitos civis, político e sociais, tende a formar uma classe de não trabalhadores que agem fora da legalidade e, assim, participam de movimentos extremistas equivalente ao terrorismo. Esta seria, então, a nova classe perigosa. Representando uma ameaça direta para tudo aquilo que foi apostado e conquistado na modernidade representada pelo ideal revolucionário francês de 1789, que culminou com o Estado do bem-estar social.

Assim, o autor defende a necessidade de proteger os trabalhadores para que não recaiam na política de inferno - a exemplo do fascismo - e voltemos para a política do paraíso - as democracias inclusivas.

Se assim é, precisamos atentar para tal assertiva, tendo em vista a típica modernização conservadora do trabalho no caso brasileiro, mediante o neologismo precariado.

Em Ruy Braga (2012), a passagem do conceito subproletariado para precariado em regiões periféricas, se dá nos seguintes termos. O subproletariado está inserido no capitalismo fordista que teve seu auge durante o regime militar. A tese central de Braga, consiste na defesa de que, entre os pesquisadores da industrialização brasileira, existe a crença de que o êxodo rural para às regiões metropolitanas, reside no fato dos trabalhadores estarem em busca de uma vida estável. Ou seja, a preocupação era mais com os direitos sociais do que com as questões políticas.

Tese que o autor rechaça. Para isso, apresenta as sucessões de greves que se instauraram, com o fim do milagre econômico e a consequente perda de garantias vinculadas ao mundo do trabalho formal - de carteira assinada. Advento reconhecido pelo fortalecimento do partido dos trabalhadores pela via sindical, culminado com a vitória de seu maior representante carismático. A eleição de Lula para a presidência da República, em 2002 e

reeleição em 2006, respectivamente.

Sob o lulismo, temos a ocorrência do que Braga (2012, p.158) chama de virada “transformista”: a passagem do fordismo industrial, para o pós-fordismo financeiro; que atende ao capital meramente especulativo e volátil. Portanto, que sai do país, mediante qualquer ameaça de regulamentação que ameace o lucro fácil.

Tal pacto é efetivado, num contexto em que a massificação do trabalho se dá, mais uma vez, mediante o aumento de sua degradação. Agora, não somente pela baixa remuneração, mas igualmente pela flexibilização. Implicando, em sua maioria, na retirada de direitos historicamente assegurados.

Braga, recorre ao conceito marxiano da “superpopulação relativa”, para explicar como se dá o processo de racionalidade para legitimar o lulismo. São novas categorias sociais, incluídas no mercado: trabalhadores de baixa qualificação, pertencentes às camadas estigmatizadas como mulheres, pobres, etc., a exemplo do trabalho no *call center* (BRAGA, idem, p.22).

O que há novo, então, no termo precariado? Pela explanação, não parece mais do mesmo? Penso que Ruy, provoca para as novas racionalizações no mundo do trabalho, que é precarizar ainda mais. Seja pela baixa remuneração seja por retirar os direitos trabalhistas, numa sociedade caracterizada pela alta informalidade - trabalho sem carteira assinada. Todavia, gostaria de destacar sua ousadia maior: ao contrário da fácil aceitação de que a classes trabalhadora é contemporânea, seja uma categoria analítica sociológica alienada, ou seja, servindo apenas como massa de manobra eleitoreira, o autor acredita na capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora, de modo a resistir a opressão do capitalismo expropriador globalizado de cunho neoliberal.

Tal adendo é preocupante, tendo em vista a recente obra de Thomas Piketty (2014) *O Capital do Século XXI*. Na qual, o autor aponta para a permanência/volta da concentração de renda nas mãos de pouco, nos países centrais. Outro dado importante: a mobilidade social, está condicionada à herança oriunda dos bens familiares, portanto, privado.

Para sair desta armadilha, defende Piketty, faz-se necessário haver maciços investimentos em educação.

Do que foi dito até aqui, fica evidente que as políticas desenvolvimentistas brasileiras, tem sido capaz de modernizar através de novas racionalidade produtivas, mas, tal modernização se dá de forma seletiva na distribuição de diversos capitais necessários à preservação da dignidade humana, tais como cultural, econômico, etc. (SOUZA, 2009). O que envolve a aquisição dos históricos direitos civis, políticos e sociais.

Daí, salvo às devidas exceções, o trabalho continua servindo como fonte de reserva para extrair altas lucratividades, decorrentes das baixas remuneração e qualificação daqueles que precisam prover seu sustento desta atividade.

## 6. Considerações finais

Não negamos outras possibilidades interpretativas a respeito da reestruturação produtiva no Brasil. No entanto, nos parece evidente a continuidade da modernização conservadora das políticas desenvolvimentista que protegem o capital, em detrimento do aumento da precariedade do trabalho. A retirada do Estado no atendimento dos recursos necessário à inovação de bens e serviços, faz com que o trabalhador dono de empreendimento e/ou que estão na situação de empregabilidade fique à mercê da contingência do mercado neoliberal. A primazia da lucratividade explica que a cidadania oriunda do trabalho, está na escassez de “acesso a um vasto e heterogêneo conjunto de ativos que constituem a riqueza: educação, propriedade, crédito, informação e infraestrutura” (URANI, 2004).

Esperamos ter contribuído para a continuidade do debate em torno da questão social acerca do trabalho precarizado.

No caso brasileiro, o agravante é maior, tendo em vista que: os segmentos sociais já estabelecidos, irão herdar os bens monopolizados ao longo dos anos; enquanto a herança dos trabalhadores pobres, é herdar a pobreza de seus genitores.

Se o trabalho precarizado seguirá a perspectiva de Standing, rumo às insurgências radicais ilegais, a exemplo da terrorista, diante do ceticismo de um futuro melhor ou resistirá à opressão conforme indica Ruy Braga, extrapola os objetivos deste artigo. Ficando apenas, como sugestão para futuras pesquisas, especialmente se aceitarmos a hipótese de que estamos presenciando o agravando da economia liberal, sob a gestão de uma ideologia de extrema direita. Portanto, ultraliberal e ultraconservadora.

Recebido em 30 de abril de 2020.

Aprovado em 15 de maio de 2020.

## Referências

ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Mor (Orgs). **O Aveso ao Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ATKINSON, John. **Flexibilidad o Fragmentación? El mercado de trabajo del Reino Unido en La década de losochenta**. *Trabajo y Sociedad*, v. 12, n. 1, p. 99-121, Ene. 1987.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precarizado - do populismo à hegemonia Lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005a.

CASTEL, Robert. **Metamorfose da Questão Social: uma crônica do salário**. Tradução: Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, Alexandre Patez, SILVA, Gerardo e COOCO, Giuseppe. **Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

DE MASI, DOMENICO. **A Emoção e a Regra: grupos criativos na Europa de 1850-1950**. Tradução: Elia Ferreira Edel. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FIORI, José Luís. **Brasil no Espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Mundo é Plano: uma breve história do século XXI**. Tradução: Cristiana Serra e S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: paz e terra, 2000.

HABERMAS, Jürgen. A Nova Intransparência. A Crise do Estado do bem-estar social e o Esgotamento das Energias Utópicas. *Revista Novos Estudos Cebrap*. n. 18, p. 106-114, setembro 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HOLZMANN, Lorena. Automação. In: CATTANI, Antônio David e HOLZMANN, Lorena (Orgs). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

ISAACSON, Walter. **Os Inovadores: uma biografia digital**. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MELLO e SILVA, Ricardo. **Trabalho em Grupo e Sociabilidade Privada**. São Paulo: 34, 2004.
- NOVAES, Henrique T. **O Fetiche da Tecnologia: experiências das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Eurenice de. **O Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004 .
- PIKETTY, Thomas. **O Capital do Século XXI**. Tradução: Monica Boumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002
- \_\_\_\_\_. **Nova Classe Média: o trabalho na base pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ROMERO, Daniel. **Marx e a Técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SAINSSAULIEU, Renaud E KIRSCHNER, Ana Maria. **Sociologia da Empresa: organização, poder e cultura e desenvolvimento no Brasil**. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- STANDING, Guy. **O Precariado**. A nova classe perigosa. Belo Horizonte, Autêntica, 2017
- SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vivem**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica à Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- URANI, André. Construção de Mercado e Combate à Desigualdade. In: GIAMBIAGI, Fábio et al (Orgs.). **Reformas no Brasil: Balanço Geral**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- VASOPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

## RESENHA



## RESENHA

**OLIVEIRA, Luciano O aquário e o samurai. Rio de Janeiro: Limen Juri, 2017.**

MICHEL ZAIDAN FILHO<sup>29</sup>

Li, com muito gosto e interesse, o novo livro do prof. Luciano Oliveira; “O Aquário e o Samurai”, sobre a trajetória pessoal, intelectual e política de Michel Foucault - também conhecido como “o Nietzsche calvo de Saint German de pré”. A obra é um esforço notável (em suas 154 páginas) de divulgação crítica da caminhada empírica e epistemológica de um dos pensadores franceses mais influentes no século XX, dentro e fora da França. Foucault tem no Brasil uma verdadeira legião de adoradores, uma espécie de “tribo foucauldina” na academia e nos movimentos sociais. Sorvi-o quase de um só gole, como, aliás, fiz com outros livros de Oliveira: Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura (1994), A vergonha do carrasco (2000), etc. Seu estilo literário se compara ao do ensaísta Leandro Konder, na divulgação de autores e obras difíceis. Sendo superior pela rica e variada intertextualidade ou intersemiose com outras linguagens (música, cinema, literatura) O seu humor e ironia tornam a prosa mais leve e divertida. E sua irreverência intelectual diante dos ídolos, é extremamente salutar. Parece um nietzschiano ou um voluntariano diante da ciência ou da filosofia. Ou um cético metodológico. Em se tratando de um pensador tão influente como Michel Foucault, esta atitude tende a ser muito importante.

Oliveira divide a obra do autor em três fases: a fase epistêmica-arqueológica, a fase genealógica e a fase tardia da hermenêutica do sujeito. Ele faz remontar o início da segunda ainda à primeira, com o famoso livro A história da loucura (2014), na época clássica. E não considera a biopolítica e o biopoder, como uma nova fase depois da sociedade disciplinar. Talvez, como fase extensiva ou complementar a esta última, já que ela aparece mencionada na Microfísica do Poder (2018) e no primeiro volume da História da Sexualidade (2007). A fase genealógica é a que merece mais sua atenção.

Gostaria de fazer aqui algumas observações. A influência reconhecida por ele de Nietzsche sobre seu pensamento. E a última fase, que - para alguns - não seria a hermenêutica do sujeito. Mas a biopolítica e o biopoder. Sobre Nietzsche, a pouca atenção dada à herança retórica, neo nominalista e relativista do filósofo alemão, presente, sobretudo em seu conceito de “discurso”, como uma espécie de infra-estrutura substitutiva (algo já

29. Professor titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

presente nas famosas “epistemes” de *As palavras e as coisas* (2016). De modo semelhante, a influência darwinista na biologização das relações de poder, tal como aparece no livro: *A genealogia da moral*. Creio que ambos os aspectos guardam ou trazem sérias implicações para a compreensão da política, da moral e do conhecimento humanos.

Segundo, a não conexão atual e contemporânea entre o conceito (nietzschiano) de biopoder e o neoliberalismo triunfante, como forma de governabilidade social. A tese aparece com destaque nos últimos trabalhos de Foucault e foi usada por dois autores franceses, no livro: *A nova razão do mundo* (DARDOT; LAVAL, 2016). Os livros do autor estudado chegam a ser citados por Luciano, mas não estudados nessa perspectiva teórica e política. Senti falta, também, de um maior aprofundamento na hermenêutica do sujeito ou estilística da existência, mais ainda do uso canhestro que é feito pela historiografia brasileira desse conceito na história da escravidão africana no Brasil, por autores como: Silvia Lara e Bob Slenes na UNICAMP. Considero uma “forçação de barra”, como ele criticou apropriadamente em seu livro, tratando-se de outras transposições inadequadas da obra de Foucault para o contexto brasileiro. Os nossos foucaudianos tupiniquins não aceitam essa fase da estilística da existência. Ficam só com as outras duas: a fase arqueológica e, sobretudo, a genealógica.

É perfeitamente compreensível a ênfase de Oliveira na fase genealógica (Vigiar e Punir (2019), *O nascimento da clínica* (2006), *Vontade de Saber*), mais historicizada e sujeita ao critério empírico da prova ou dos fatos. E, portanto, sujeita ao critério popperiano da falsificação. Mas é em razão de seus estudos sobre a violência e os direitos humanos que talvez a obra de Foucault passou ser importante para ele.

Mas é igualmente importante ver as implicações macro-históricas, éticas e políticas extraídas da obra do autor francês pela esquerda libertária ultra-gauchista. Isto porque elas são muito sérias e merecem igual atenção. Acredito que sua interessante distinção entre o sujeito empírico e o sujeito epistemológico (a propósito do aparente paradoxo entre o niilista e o militante dos direitos humanos) não é suficiente para dar conta das implicações problemáticas de certas passagens da obra, por mais benevolentes e simpáticas que sejam as críticas de Luciano Oliveira a Michel Foucault.

É digna de elogio a postura crítica do livro, incluindo vastas passagens da bibliografia de analistas e biógrafos do filósofo francês, mas eu teria dado bem mais realce a hermenêutica do sujeito e suas consequências éticas e políticas para o uso contemporâneo de sua obra no mundo e no Brasil. Faz muito tempo que Foucault deixou de ser visto como um dos pensadores estruturalistas francês.

## Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Graal Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **A história da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Luciano. **O aquário e o samurai**. Rio de Janeiro: Editora Limen Juri, 2017.

## ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na **Revista Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema Double Blind Review, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo da avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 15 páginas e no máximo de 20 páginas, sem as referências.

Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor possua titulação mínima de mestre.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo**, **vínculo institucional**, **vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa**, **endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* - Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;

b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;

c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) - Conforme **Norma 6028** da ABNT;

d) *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa);

e) *keywords*;

f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;

g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente pelo sistema: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais>

**Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.**

**Editor - Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva**

*E-mail:* [revistacadernosocienciassociais@ufrpe.br](mailto:revistacadernosocienciassociais@ufrpe.br)

